

EDUARDA DA COSTA RODRIGUES

**TRANSFORMAÇÕES NA CASA E NOS MODOS DE MORAR NO RURAL  
MINEIRO: UMA ANÁLISE DAS DÉCADAS DE 1960 A 2010**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA  
MINAS GERAIS – BRASIL  
2017

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

R696t  
2017  
Rodrigues, Eduarda da Costa, 1993-  
Transformações na casa e nos modos de morar no rural  
mineiro : uma análise das décadas de 1960 a 2010 / Eduarda da  
Costa Rodrigues. – Viçosa, MG, 2017.  
xviii, 123f. : il. ; 29 cm.

Inclui anexo.

Orientador: Neide Maria de Almeida Pinto.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Inclui bibliografia.

1. Habitação rural - Minas Gerais. 2. Desenvolvimento rural. 3. População rural. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia Doméstica. Programa de Pós-graduação em Economia Doméstica. II. Título.

CDD 22 ed. 690.892

EDUARDA DA COSTA RODRIGUES

**TRANSFORMAÇÕES NA CASA E NOS MODOS DE MORAR NO RURAL  
MINEIRO: UMA ANÁLISE DAS DÉCADAS DE 1960 A 2010**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

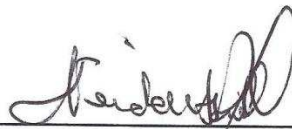
APROVADA: 30 de junho de 2017.



Angelita Alves de Carvalho



Maria das Dores Saraiva de Loreto



Neide Maria de Almeida Pinto

(Orientadora)

*Dedico essa dissertação aos meus pais, Helena e José Antonio, pelo cuidado, dedicação e amor destinados a mim em todos os momentos da minha vida. Além da transmissão de valores como, honestidade, comprometimento e seriedade, orientadores de suas vidas.*

## TREM BALA

Não é sobre ter todas as pessoas do mundo pra si  
É sobre saber que em algum lugar alguém zela por ti  
É sobre cantar e poder escutar mais do que a própria voz  
É sobre dançar na chuva de vida que cai sobre nós

É saber se sentir infinito  
Num universo tão vasto e bonito, é saber sonhar  
Então, fazer valer a pena cada verso  
Daquele poema sobre acreditar

Não é sobre chegar no topo do mundo e saber que venceu  
É sobre escalar e sentir que o caminho te fortaleceu  
É sobre ser abrigo e também ter morada em outros corações  
E assim ter amigos contigo em todas as situações

A gente não pode ter tudo  
Qual seria a graça do mundo se fosse assim?  
Por isso, eu prefiro sorrisos  
E os presentes que a vida trouxe pra perto de mim

Não é sobre tudo que o seu dinheiro é capaz de comprar  
E sim sobre cada momento sorriso a se compartilhar  
Também não é sobre correr contra o tempo pra ter sempre mais  
Porque quando menos se espera a vida já ficou pra trás

Segura teu filho no colo  
Sorria e abraça teus pais enquanto estão aqui  
Que a vida é trem-bala, parceiro  
E a gente é só passageiro prestes a partir

**Trem Bala - Ana Vilela**

## AGRADECIMENTOS

Não conseguiria concluir este trabalho e esta fase da minha vida sem a colaboração de muitas pessoas, mas, primeiro, agradeço a Deus, por ter colocado este desafio em meu caminho, me dado forças, coragem e determinação, principalmente nos momentos de desespero e falta de esperança, colocando as pessoas certas no meu caminho para me auxiliarem a chegar até aqui. Agradeço também a Nossa Senhora Aparecida, minha mãe intercessora, que me acudiu nos momentos de desânimo, choro e angústia me colocando em seu colo maternal e me dando calma.

Ao casal mais incrível que conheço e tenho a sorte de chamar de pais, Helena e José Antonio, que sempre me apoiaram em todas as decisões, fossem elas pessoais ou acadêmicas, sonhando e acreditando em todos os meus projetos. Me dando suporte físico, financeiro, e principalmente, emocional, sempre com muito amor, carinho e assertividade, sendo meus melhores e mais fiéis amigos, muitíssimo obrigada, tenho muita sorte em ter vocês como minha família.

Aos primos, tios, padrinhos, enfim, a toda a família por toda a torcida, apoio, orações, momentos de distração e conforto emocional, que sempre me apoiam da maneira mais natural e verdadeira, com todo o coração.

A CAPES, pela concessão da bolsa de estudo, sem a qual este trabalho não teria sido realizado.

A Universidade Federal de Viçosa por todas as oportunidades desde o início desta longa jornada, e mesmo antes da graduação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa e a todos os professores e funcionários que dele fazem parte, pelos ensinamentos, auxílio, conselhos, paciência, e principalmente, inspiração.

É de fundamental importância também agradecer minha orientadora, professora Neide Maria de Almeida Pinto, pela confiança, dedicação e empenho para a realização deste trabalho. Junto a ela, agradeço à professora Ana Louise de Carvalho Fiúza, por acreditar em mim e na minha capacidade, aceitando ser minha coorientadora e tendo se dedicado tanto ao longo deste trabalho, formando junto a mim e à professora Neide uma equipe empenhada em fazer sempre o melhor.

Aos professores que fizeram parte do meu aprendizado, pela oportunidade de expandir meus horizontes, instigar e estimular minha criticidade e criatividade.

Ao Sérgio Feliciano Come por ter aceitado prontamente participar como debatedor do seminário colaborando na construção dessa dissertação com suas contribuições.

Aos membros da Banca Examinadora, Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>. Maria das Dores Saraiva de Loreto e Dr<sup>ª</sup>. Angelita Alves de Carvalho por aceitarem o convite para participar da banca e me agradecerem com seus preciosos apontamentos.

Em especial agradeço aos fiéis amigos que foram de fundamental importância para a realização e conclusão deste trabalho, se mostrando atentos a mim, dispostos a me ouvir, e a tentar me ajudar a solucionar as questões que apareceram, principalmente a Márcia e à Camila, que foram incansáveis neste processo.

Aos grupos de pesquisa GERAR e Família e Sociedade que me permitiram partilhar momentos de descontração e muito aprendizado, contribuindo para o enriquecimento desse trabalho a cada reunião.

Ao Prof. Gustavo Bastos Braga que se mostrou disposto a compartilhar seus conhecimentos para a construção deste trabalho.

A equipe de natação LUVE - UFV, por ter me permitido fazer da piscina minha segunda casa, lugar de calma, risadas, felicidade, boas energias, torcida e muitos estímulos positivos.

Aos amores que foram e vieram, acalmando meu coração, me dando força e sendo empáticos, vocês também são parte deste trabalho e merecem o meu mais sincero agradecimento.

A todos que não mencionei, por esquecimento repentino, mas que foram de inquestionável importância para a conclusão deste trabalho, muito obrigada.

## **BIOGRAFIA**

EDUARDA DA COSTA RODRIGUES é filha de José Antonio Rodrigues e Helena Marta da Costa Rodrigues. Nasceu na cidade do Carmo-RJ, no dia 21 de abril de 1993. Coursou o Ensino Fundamental I na Escola Municipal Sales Marques, e a partir da 5ª série estudou no Colégio Além Paraíba onde no ano de 2014 concluiu o Ensino Médio, na cidade de Além Paraíba-MG. No ano de 2010, iniciou a graduação em Economia Doméstica na Universidade Federal de Viçosa (UFV), na cidade de Viçosa-MG. Durante a graduação foi bolsista de extensão nos anos de 2011 e 2012, e em 2013 se tornou bolsista do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica (PET/ED) onde permaneceu até a formatura em janeiro de 2015. Em março do mesmo ano ingressou no Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa (PPGED/UFV).

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE SIGLAS</b>	ix
<b>LISTA DE FIGURAS</b>	x
<b>LISTA DE GRÁFICOS</b>	xi
<b>LISTA DE TABELAS</b>	xii
<b>RESUMO</b>	xv
<b>ABSTRACT</b>	xvii
<b>ASPECTOS INTRODUTÓRIOS</b>	1
1. A CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA E SUA ABORDAGEM	1
1.1 O problema e sua justificativa .....	1
2. OBJETIVOS.....	5
2.1 Objetivo Geral.....	5
2.2 Objetivos Específicos .....	5
3. MARCO TEÓRICO DE ANÁLISE	7
1ª perspectiva: Aculturação .....	7
2ª perspectiva: Hibridização .....	10
3ª perspectiva: Manutenção das especificidades identitárias dos rurais .....	13
4. CONSTRUCTO.....	14
5. ESTRUTURAÇÃO DA DISSERTAÇÃO.....	15
Referências Bibliográficas.....	17
<b>ARTIGO 1 - Mudanças no perfil do sociodemográfico das famílias que vivem no campo em Minas Gerais: Uma leitura dos censos demográficos de 1960 a 2010</b>	19
1. Introdução.....	21
2. Metodologia.....	22
2.1 Amostra e cálculos.....	24
2.2 Pesos e pacote estatístico .....	25

3. Resultados e discussões.....	25
4. Considerações Finais.....	52
Referências Bibliográficas.....	55
<b>ARTIGO 2 - As transformações da casa e seu aparelhamento no meio rural em Minas Gerais: Um resgate a partir dos censos demográficos de 1960 a 2010</b>	<b>60</b>
1. Introdução.....	62
2. Metodologia.....	66
3. Resultados e Discussão.....	67
4. Considerações Finais.....	81
Referências Bibliográficas.....	83
<b>ARTIGO 3 - Morar no campo: Uma análise da microrregião de Viçosa-MG</b>	<b>86</b>
1. Introdução.....	88
2. Marco teórico.....	88
2.1 O avanço da cultura urbana no contexto das sociedades rurais.....	88
3. Metodologia.....	91
4. Resultados e discussões.....	93
4.1 Caracterização dos municípios pesquisados.....	93
4.2 Perfil sociodemográfico da população pesquisada.....	96
4.3 Características e infraestrutura básica das propriedades e das moradias.....	103
4.4 Bens de consumo e tecnologias domésticas dos domicílios.....	111
5. Considerações Finais.....	115
Referências Bibliográficas.....	117
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO.....</b>	<b>120</b>

## LISTA DE SIGLAS

- CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- GERAR - Grupo de Estudos Rurais: Agriculturas e Ruralidades
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- IPMUS - *Integrated Public Use Microdata Series, International*
- PIB - Produto Interno Bruto
- PRODEEM - Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios
- TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação
- UFV - Universidade Federal de Viçosa

## LISTA DE FIGURAS

### **ARTIGO 3 - Morar no campo: Uma análise da microrregião de Viçosa-MG**

**Figura 1** - Organização geográfica do estado de Minas Gerais ..... 94

## LISTA DE GRÁFICOS

### INTRODUÇÃO

**Gráfico 1** - Relação de moradores do campo x cidade entre as décadas de 1960 a 2010, no Brasil. ....4

### **ARTIGO 2 - Mudanças no perfil do sociodemográfico das famílias que vivem no campo em Minas Gerais: Uma leitura dos censos demográficos de 1960 a 2010**

**Gráfico 1** - Material das paredes dos domicílios de Minas Gerais entre as décadas de 1980 a 2010.....68

## LISTA DE TABELAS

### **ARTIGO 1 - Mudanças no perfil do sociodemográfico das famílias que vivem no campo em Minas Gerais: Uma leitura dos censos demográficos de 1960 a 2010.**

<b>Tabela 1</b> - Tamanho da amostra para o estado de Minas Gerais, de 1960 à 2010. ....	25
<b>Tabela 2</b> - Sexo dos moradores do campo e da cidade, de 1960 à 2010, em Minas Gerais. ....	25
<b>Tabela 3</b> - Razão por sexo de homens para mulheres de 1960 à 2010, em Minas Gerais. ....	26
<b>Tabela 4</b> - Idade dos moradores no campo no estado de Minas Gerais, 1960 à 2010. ..	28
<b>Tabela 5</b> - Caracterização dos moradores dos domicílios no campo e na cidade em 1960 e 2010, no estado de Minas Gerais. ....	32
<b>Tabela 6</b> - Estado civil dos moradores do estado de Minas Gerais, de 1960 à 2010 . ...	34
<b>Tabela 7</b> - Detalhamento do estado civil dos moradores em Minas Gerais, de 1960 à 2010. ....	37
<b>Tabela 8</b> - Número de cônjuges casados no civil ou em uma união na habitação em Minas Gerais, de 1960 à 2010. ....	40
<b>Tabela 9</b> - Número de pessoas vivendo na mesma casa em Minas Gerais, de 1960 à 2010. ....	42
<b>Tabela 10</b> - Número de cômodos na casa em Minas Gerais, de 1960 à 2010. ....	43
<b>Tabela 11</b> - Número de famílias por domicílio em Minas Gerais, de 1960 à 2010. ....	46
<b>Tabela 12</b> - Arranjos familiares presentes na casa em Minas Gerais, de 1960 à 2010. .	47

### **ARTIGO 2 - Mudanças no perfil do sociodemográfico das famílias que vivem no campo em Minas Gerais: Uma leitura dos censos demográficos de 1960 a 2010.**

<b>Tabela 1</b> - Presença de energia elétrica nos domicílios de Minas Gerais entre as décadas de 1960 a 2010. ....	70
<b>Tabela 2</b> - Destino dos dejetos nos domicílios de Minas Gerais entre as décadas de 1960 a 2010 . ....	71
<b>Tabela 3</b> - Condição de propriedade da moradia para os residentes no meio rural do estado de Minas Gerais, no período de 1960 a 2010. ....	73

<b>Tabela 4</b> - Presença de bens de consumo nas moradias em Minas Gerais entre as décadas de 1960 a 2010.....	75
<b>Tabela 5</b> - Posse de bens de consumo entre moradores entrevistados de municípios da Zona da Mata Mineira entre 2013 e 2015.....	78

### **ARTIGO 3 - Morar no campo: Uma análise da microrregião de Viçosa-MG**

<b>Tabela 1</b> - Caracterização geral das pesquisas realizadas nos municípios da mesorregião de Viçosa, MG, 2013 a 2015 utilizadas como fonte de dados.....	91
<b>Tabela 2</b> - Organização da apresentação dos resultados.....	92
<b>Tabela 3</b> - PIB em 2013 nas cidades pesquisadas da microrregião de Viçosa.....	93
<b>Tabela 4</b> - População total, população urbana e rural dos municípios da mesorregião de Viçosa, MG.....	94
<b>Tabela 5</b> - Sexo dos moradores do campo em cinco municípios da mesorregião de Viçosa, MG, 2010.....	95
<b>Tabela 6</b> - Estado Civil da população do campo, em cinco municípios da mesorregião de Viçosa, MG, 2010.....	96
<b>Tabela 7</b> - Estado conjugal da população do campo, em cinco municípios da mesorregião de Viçosa, MG, 2010.....	97
<b>Tabela 8</b> - Idade dos moradores em cinco municípios da mesorregião de Viçosa, MG, 2010.....	98
<b>Tabela 9</b> - Escolaridade dos moradores do campo, GERAR e IBGE (2010)* nos municípios da mesorregião de Viçosa, MG.....	99
<b>Tabela 10</b> - Número de moradores na habitação no campo, em cinco municípios da mesorregião de Viçosa, MG, 2010.....	100
<b>Tabela 11</b> - Renda das famílias do campo, em cinco municípios da mesorregião de Viçosa, MG, 2010.....	101
<b>Tabela 12</b> - Tamanho da propriedade no campo nos municípios da mesorregião de Viçosa, MG, 2013 a 2015.....	102
<b>Tabela 13</b> - Tempo de moradia na propriedade no campo, segundo as pesquisas realizadas nos municípios da mesorregião de Viçosa, MG, 2013 a 2015.....	103
<b>Tabela 14</b> - Tipo de saneamento nas moradias do campo nos municípios estudados da microrregião de Viçosa, 2010.....	103
<b>Tabela 15</b> - Tipo de material das paredes externas nos cinco municípios da microrregião de Viçosa, 2010.....	105

<b>Tabela 16</b> - Existência de banheiro ou sanitário nos municípios da mesorregião de Viçosa, 2010.....	106
<b>Tabela 17</b> - Número de cômodos nas cinco cidades da mesorregião de Viçosa, 2010.....	107
<b>Tabela 18</b> - Densidade de moradores por dormitório em cinco cidades da mesorregião de Viçosa, 2010.....	107
<b>Tabela 19</b> - Detalhes da casa no campo, no município de Araçuaia, MG, 2013.....	109
<b>Tabela 20</b> - Casas reformadas no campo, no município de Araçuaia, MG, 2013.....	110
<b>Tabela 21</b> - Bens de consumo na casa no campo nos cinco municípios da microrregião de Viçosa, 2010.....	111
<b>Tabela 22</b> - Bens de consumo na casa no campo, segundo as pesquisas realizadas nos municípios da microrregião de Viçosa, MG, 2013 a 2015.....	112

## RESUMO

RODRIGUES, Eduarda da Costa, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2017. **Transformações na casa e nos modos de morar no rural mineiro: Uma análise das décadas de 1960 a 2010.** Orientadora: Neide Maria de Almeida Pinto. Coorientadora: Ana Louise de Carvalho Fiúza.

O processo de urbanização e industrialização da sociedade brasileira ganhou ênfase no final do Século XIX e início do Século XX quando, principalmente, no centro sul do país iniciou-se a construção de ferrovias, portos, rodovias e estendeu-se a rede de energia elétrica no meio urbano. As mudanças pelas quais a sociedade urbana passa, sejam elas no âmbito tecnológico ou na esfera dos costumes e dos valores não ficam restritas apenas ao espaço citadino. No campo, tais transformações se evidenciaram de forma mais nítida a partir dos anos 1970 com a modernização da agricultura. A partir da aplicação desse pacote tecnológico emergiu uma nova maneira de interação do homem do campo com o tempo. Mas, em que ritmo e com que abrangência tais mudanças são absorvidas pelo campo? Tem-se como pressuposto nesse trabalho que as alterações socialmente vividas no campo não se restringiram ao meio de trabalho, se expandindo também para a esfera da vida doméstica. É dentro dessa perspectiva que se firmou o objetivo da presente pesquisa que foi o de analisar a forma como as mudanças no ambiente macrossocial mais amplo vêm se materializando nos modos de morar no campo. Especificamente pretendeu-se: compreender como a organização da vida das famílias que vivem no campo, na Zona da Mata mineira se relaciona com as mudanças na estrutura física da casa; identificar através dos dados do censo demográfico relativo ao estado de Minas Gerais as mudanças na estrutura física das casas e no seu aparelhamento, o perfil sociodemográfico das famílias e sua relação com o modo de morar, considerando o período compreendido entre os anos de 1960 e 2010; identificar as tecnologias tradicionais e modernas incorporadas na cotidianidade das famílias que vivem no campo no estado de Minas Gerais, e, compreender a forma como as tecnologias domésticas são incorporadas na cotidianidade das famílias que vivem no campo, na Zona da Mata mineira. Em termos metodológicos, utilizaram-se procedimentos de análise de dados secundários de duas fontes, os microdados dos censos demográficos, por meio do projeto *Integrated Public Use Microdata Series, International* – IPMUS - International, criado pelo *Minnesota Population Center, University of Minnesota*, correspondentes ao estado de Minas Gerais nos anos de 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Além destes dados, foi utilizado o banco de dados do

Grupo de Estudos Rurais: Agriculturas e Ruralidades (GERAR) referentes a pesquisas realizadas nos anos de 2013 a 2015 em cinco pequenos municípios da Microrregião de Viçosa: Araponga, Cajuri, Coimbra, Piranga e São Miguel do Anta. Foram analisados três grupo de variáveis: perfil socioeconômico dos moradores; características e infraestrutura básica das propriedades e das moradias; e, bens de consumo e tecnologias domésticas dos domicílios. A pesquisa constatou a forte influência da cultura urbana sobre a sociedade rural, no que diz respeito à configuração da família e da sua morada no estado de Minas Gerais. A família, vem se tornando cada vez mais uma unidade heterogênia em constituição. Por outro lado, efeitos do envelhecimento da população, ocasionado pela transição da estrutura etária brasileira trouxe um aumento na porcentagem de pessoas idosas na família. Na análise da infraestrutura básica das casas, em sua maioria, constatou-se serem abastecidas com água da rede geral, terem acesso à energia elétrica e possuírem banheiro. Porém o esgotamento sanitário público, o destino do lixo e o acesso à internet se configuram como um problema para os moradores do campo e evidenciam a falta de investimento público na infraestrutura do meio rural. Já com relação à estrutura da casa, percebeu-se a incorporação de tecnologias, eletrodomésticos e eletroeletrônicos. Pode-se dizer que a cultura urbana foi se tornando mais presente nos municípios pesquisados, em cada um dos anos analisados e, na maioria das variáveis consideradas. O campo se apresenta na atualidade como um espaço em transformação, o qual, pela evolução tecnológica reestruturou sua dinâmica consequentemente afetando as práticas cotidianas das famílias. Nesse sentido, a presença maciça de eletrodomésticos e eletroeletrônicos nas casas apontou para a busca dessa população rural pela facilidade e aceleração do tempo de execução das tarefas domésticas. Pode-se concluir que as sociedades rurais estão transformando o seu modo de morar pela incorporação elementos antes considerados característicos do morar citadino. Porém, a presença de alguns utensílios e equipamentos domésticos típicos do modo de vida rural atesta para a permanência de elementos associadas à cultura campesina e para um processo de hibridização dos modos de morar dos moradores do campo.

## ABSTRACT

RODRIGUES, Eduarda da Costa, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, June, 2017. **Transformations in the house and the ways of living in rural Minas Gerais: An analysis of the decades of 1960 to 2010.** Advisor: Neide Maria de Almeida Pinto. Co-Advisor: Ana Louise de Carvalho Fiúza.

The process of urbanization and industrialization of Brazilian society gained emphasis in the late nineteenth and early twentieth century when, mainly in the south central of the country began the construction of railroads, seaports, highways and the electric power network in the urban areas. The changes of the urban society at the technological or at mores and values fields are not restricted to the city. In the countryside, such transformations became clearer in the 1970s along the agriculture modernization. From the application of a technological package emerged a new way of interaction between the countryman and the time. But at what pace and extent are such changes absorbed by the countryside? It is assumed in this work that the changes socially experienced in the countryside were not restricted to the working environment, but also expanding to the sphere of domestic life. At this perspective, the goal of the present research was to analyze the way which the changes in the broader macro-social environment have been materializing in the ways of living in the countryside. Specifically, it was intended to: understand how the organization of the families' life that live in the countryside, of the Zona da Mata, Minas Gerais, is related to the changes in the physical structure of the house; to identify, through the data of the demographic census relative to the state of Minas Gerais, the changes in the physical structure of houses and their equipment, the sociodemographic profile of the families and their relation with the way of living, considering the period from 1960 to 2010; identify the traditional and modern technologies incorporated in the daily lives of the families who live in the countryside of Minas Gerais state; and to understand how domestic technologies are incorporated into daily lives of families living in the countryside of the Zona da Mata, Minas Gerais. Methodologically, secondary data analysis procedures from two sources were used, the demographic census microdata, were used through the Integrated Public Use Microdata Series, International - IPMUS - International, created by the Minnesota Population Center, University of Minnesota, corresponding to the Minas Gerais state at the years of 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 and 2010. In addition to these data, the Rural Studies Group: Agricultures and Ruralities (GERAR) database was used for analyze the period from 2013 to 2015 of five small municipalities of the Micro-region of Viçosa:

Araponga, Cajuri, Coimbra, Piranga and São Miguel do Anta. Three groups of variables were analyzed: the socioeconomic profile of the residents; characteristics and basic infrastructure of properties and housing; and consumer goods and households technologies. The research verified the strong influence of the urban culture on the rural society, related to the family and their home in the Minas Gerais state. The family, has become more and more a heterogeneous unit. On the other hand, the effects of the aging of the population, caused by the transition of the Brazilian age structure, brought an increase in the percentage of elderly people in the family. Analyzing the houses basic infrastructure, most of it was supplied with water from the general grid, had access to electricity and had a bathroom. However, public sewage disposal, waste disposal and internet access were a problem for rural residents and show the lack of public investment in rural infrastructure. Regarding the structure of the house, it was noticed the incorporation of technologies, appliances and electronics. It can be said that urban culture became more present in the municipalities surveyed, in each of the analyzed years and in most of the variables considered. The country field presents itself today as a space in accelerated transformation, by technological evolution restructured its dynamics consequently affecting the daily practices of families. In this sense, the massive presence of household appliances and home electronics indicates a search of rural population for the ease and acceleration of the time for performing household tasks. It can be concluded that rural societies are transforming their way of living by incorporating elements previously considered characteristic of the city residence. However, the presence of some utensils and household equipment typical of the rural way of life testifies to the permanence of elements associated with peasant culture. These aspects allow us to finally infer that a process of hybridization of the ways of living of the rural residents.

# ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

## 1. A CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA E SUA ABORDAGEM

### 1.1 O problema e sua justificativa

Os modos de morar no campo vem sendo, a partir de meados do Século XX, influenciados, de forma crescente, pelo processo de aproximação entre o campo e a cidade. Contudo, no início dos anos 2000, o processo de interiorização da indústria e da diversificação das atividades econômicas no campo tem acelerado a transformação das práticas cotidianas das famílias que vivem em sociedades rurais. Considerando que a casa é um dos espaços em que é possível perceber a influência do ambiente macrossocial sobre o microcosmo<sup>1</sup>, esta pesquisa buscou identificar possíveis ocorrências da influência do modo de vida urbano sobre os modos de morar dos rurais.

Segundo Pereira (2012), a partir da casa pode-se conhecer as pessoas que nela moram, seus valores, como estas pessoas se apropriam das mudanças que estão ocorrendo no mundo e quais aspectos do seu modo de morar não foram alterados. Esta investigação pretende realizar uma análise das práticas associadas ao modo de moradia, verificando se as mesmas expressam formas de aculturação plena ou de adaptação parcial às influências da cultura urbana ou ainda a possibilidade da manutenção de especificidades culturais relativas aos modos de morar no meio rural.

O processo de urbanização e industrialização da sociedade brasileira ganhou ênfase no final do Século XIX e início do Século XX, quando principalmente no estado de São Paulo, inicia-se a construção de ferrovias, portos, rodovias e estende-se a rede de energia elétrica no meio urbano. A economia do café estimulou ainda o desenvolvimento da indústria do setor têxtil, as fábricas de sabão e de velas.

Quando se olha especificamente para a cidade percebe-se que transformações dos modos de vida que se evidenciaram no final do Século XIX passaram a se desenvolver com mais força, culminado em um *boom* de urbanização, especulação imobiliária, aumento no número de empresas no território nacional e explosão populacional, que podem ser associados aos lucros obtidos com a cultura do café no país.

---

<sup>1</sup> Microcosmo é compreendido nesta dissertação como uma versão menor do mundo, neste caso expressa por meio do indivíduo e suas relações mais próximas que está contido num macrocosmo social global (WALL, 1993).

No campo, tais transformações se evidenciaram de forma mais nítida, a partir dos anos 1970, com a modernização da agricultura. Esta trouxe uma transformação na base técnica da produção agropecuária no Brasil e o campo passou a receber mais investimentos tecnológicos com a finalidade de torná-lo mais moderno. A partir da aplicação de um pacote tecnológico, emergiu, com o tempo, uma nova maneira de interação do homem do campo com o tempo. Nas sociedades rurais dispersas pelo território brasileiro tem-se observado, portanto, que o tempo vem deixando de ser o tempo das estações, da natureza, tendendo a ser o tempo do relógio, das máquinas, da fábrica, da reflexividade (GRAZIANO DA SILVA, 2013, FAVARETO, 2007, KAGEYAMA, 2008). Estas transformações na relação com o tempo permitem que emerja uma nova forma de viver a organização da sociedade, associada a uma revolução dos modos de produção e ao desenvolvimento de tecnologias. As alterações socialmente vividas no campo não se restringem ao meio de trabalho; mas, se expandem para a esfera da vida doméstica (WALL, 1998, PEREIRA, 2012). Também nas sociedades rurais, o tempo passou a custar um preço, “*time is money*”, como chamam a atenção Rambaud (1973), Candido (2001) e Silveira (2015). Tais autores ressaltam que as tecnologias para facilitar a vida dos seus usuários foram desenvolvidas e modificaram as práticas das pessoas nas sociedades rurais, pois permitiram que as suas atividades fossem realizadas de maneira diferente da tradicional. Por exemplo, antes da invenção da máquina de lavar, as roupas eram lavadas à mão, peça por peça, exigindo um grande gasto de horas na realização da tarefa. Lavar roupa se constitui em uma tarefa em estreita ligação com os costumes locais. Antes da máquina de lavar roupa as mulheres iam aos cursos d’água, juntas e durante a realização desta tarefa conversavam e cantavam<sup>2</sup>. Com a máquina de lavar, o processo de lavagem pode ser realizado enquanto o indivíduo está desenvolvendo outra atividade, e passa a não ser mais realizado em grupo, mas sim, individualmente, promovendo um rompimento com uma tradição existente anteriormente a esta tecnologia. Este exemplo nos permite verificar uma alteração nas relações, pois, uma tarefa antes coletiva se torna individual, e simultaneamente, há uma diminuição no tempo gasto na realização da mesma. Inclui-se como modificação o fato de que a lavagem de roupas à mão compreende uma atividade

---

<sup>2</sup> Esse processo foi descrito por Nádia Sampaio (2013), em relação às lavadeiras de roupas do rio Pardo, no sudoeste da Bahia. Em sua pesquisa a autora explicita que o modo de vida, comportamento e ações são os elementos que compõem a memória coletiva, no caso, as lavadeiras do rio Pardo. “As memórias aqui descritas manifestam as relações simbólicas, o formato social produzido pelas lavadeiras, as hierarquias, as posições sociais, criando e fortalecendo sentimento de identidade de grupo”. Ao lembrar histórias dos antepassados e recompor as práticas sociais, originam uma “maneira própria de viver uma realidade ligada com as práticas coletivas do passado”.

que envolve um grande gasto de energia por parte da pessoa que a executa, e, com a máquina de lavar, a tarefa é delegada a um equipamento, permitindo que haja um gasto menor de energia para a pessoa que desempenha a atividade.

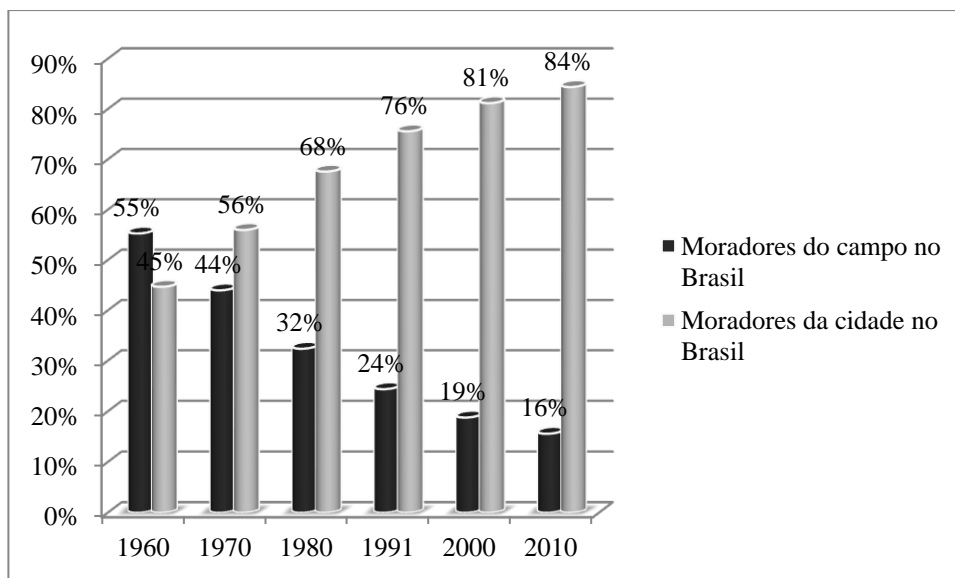
Nas sociedades pré-capitalistas, a jornada de trabalho era orientada pela duração do dia. Com a dinâmica industrial, o tempo de duração da jornada de trabalho passa a ser orientado pelo relógio, pelas normas contratuais e no final do mês o pagamento é realizado por meio de um salário. Passa a haver, então, uma relação contratual com carteira de trabalho, contribuição com o instituto de previdência, dentre outras formalidades a serem cumpridas pelo empregador que antes não existiam, pois os contratos de trabalho nas sociedades rurais eram orais e o salário se dava por meio de trocas de favores ou produtos.

Diante deste processo de mudanças nos modos de vida das sociedades pré-capitalistas para as capitalistas no meio rural percebeu-se que as alterações socialmente vividas no campo não se restringem ao meio de trabalho, mas se expandem para a esfera da vida doméstica. Assim, buscou-se, com esta pesquisa, analisar se questões relativas às transformações sociais contemporâneas observadas nas casas citadinas podem ser verificadas nas casas do meio rural. Ou seja, se a influência do modelo citadino se manifesta somente na infraestrutura básica, ou se difunde pelo uso dos espaços e seu aparelhamento? A casa nas sociedades rurais revelaria um processo de aculturação pleno dos modos de morar rurais pelos modos de morar urbanos, ou se observaria a manutenção de especificidades culturais dos rurais face aos modos de morar? Considera-se que as respostas aos referidos questionamentos podem contribuir para analisar a forma como as sociedades locais, no caso, as sociedades rurais, se relacionam às influências externas a ela.

A pesquisa foi realizada no estado de Minas Gerais. Utilizou-se, para tanto, dados secundários gerados por duas fontes distintas, o recenseamento brasileiro realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos anos de 1960 à 2010, além das pesquisas realizadas por investigadores do Grupo de Estudos Rurais: Agriculturas e Ruralidades da Universidade Federal de Viçosa (GERAR/UFV). Os dados do GERAR são relativos a pequenos municípios da Zona da Mata mineira. A partir desses dados analisou-se as características das casas destes moradores de pequenos municípios, assim como, dos dados relativos ao censo do IBGE. O período selecionado para o estudo com os dados secundários do IBGE compreendeu 50 anos: de 1960 a 2010. Tem-se como justificativa esse marco temporal o fato de 1960 marcar o

último ano em que a porcentagem de moradores que habitavam o campo ser maior do que a porcentagem de moradores na cidade, fato que se inverte nas décadas seguintes. Já o ano de 2010 foi considerado pelo fato de ser o ano da última edição do recenseamento brasileiro. O gráfico apresentado a seguir retrata a distribuição populacional brasileira entre as décadas de 1960 e 2010.

**Gráfico 1** - Relação de moradores do campo x cidade entre as décadas de 1960 a 2010, no Brasil.



Fonte: IBGE (1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010) por meio de IPMUS-International (2016).

O gráfico anterior apresenta a diminuição na porcentagem de moradores do campo a partir da década de 1960, gerando, conseqüentemente, um aumento gradativo e contínuo na porcentagem de moradores da cidade no Brasil. No ano de 2010, a população citadina alcançou 84% do total, enquanto a população do campo foi reduzida a 16% do total de moradores brasileiros.

O campo se apresenta na atualidade como um espaço em acelerada transformação que, pela evolução tecnológica, reestruturou sua dinâmica, conseqüentemente, afetando as práticas cotidianas das famílias. Dessa forma, a investigação buscou analisar a forma como as mudanças no ambiente macrossocial mais amplo vem se materializando nos modos de morar no campo.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo Geral**

O principal objetivo desta pesquisa foi, portanto, o de analisar a forma como as mudanças no ambiente macrossocial mais amplo vêm se materializando nos modos de morar no campo. Para tanto, buscou-se observar o perfil sociodemográfico das famílias que vivem na Zona da Mata mineira.

### **2.2 Objetivos Específicos**

- 1) Compreender como a organização da vida das famílias que vivem no campo, na Zona da Mata mineira se relaciona com as mudanças na estrutura física da casa;
- 2) Identificar através dos dados do Censo demográfico relativo ao estado de Minas Gerais as mudanças na estrutura física das casas e no seu aparelhamento, o perfil sociodemográfico das famílias e sua relação com o modo de morar, considerando o período compreendido entre os anos de 1960 e 2010;
- 3) Identificar as tecnologias tradicionais e modernas incorporadas na cotidianidade das famílias que vivem no campo no estado de Minas Gerais;
- 4) Compreender a forma como as tecnologias domésticas são incorporadas na cotidianidade das famílias que vivem no campo, na Zona da Mata mineira.

A motivação para a realização do presente trabalho se deu ainda durante a graduação no curso de Economia Doméstica na Universidade Federal de Viçosa (UFV) pela trajetória acadêmica, experiência e discussões adquiridas em disciplinas, como: Desenvolvimento de Comunidades, Habitação e Cidade, Agricultura Familiar, Extensão Rural, Sociologia Rural e Mundo Rural e Habitação, que permitiram visualizar o campo como lócus de interesse da pesquisadora pela singularidade que ele é capaz de apresentar, além da forma como as questões nele se manifestam. O destaque percebido com relação ao fenômeno das mudanças nos modos de morar no campo veio por meio de visitas técnicas realizadas durante as disciplinas, bem como o contato com moradores do campo e as discussões oriundas das observações realizadas. O fenômeno é evidente e compreendê-lo de forma mais pragmática se torna fundamental, pois a identificação das dinâmicas atuais estabelecidas entre o campo e a cidade e a percepção das mudanças nos modos de morar no campo são um tema contemporâneo e de relevância acadêmica e social. A importância desta pesquisa se justifica em termos do seu caráter inovador,

pela possibilidade analítica referente às manifestações advindas da sociedade urbano-industrial no ambiente doméstico, além de possuir alto poder de reprodutibilidade.

### 3. MARCO TEÓRICO DE ANÁLISE

Os conceitos escolhidos para a construção do marco teórico que orientou esta dissertação buscaram compreender a forma como a relação entre o local e o global se estabeleceria, podendo ser em termos de um forte processo de aculturação, em que as identidades locais seriam desarticuladas ou tal processo se construiria de modo que as identidades locais preservariam os modos de vida tradicionalmente presentes nas sociedades rurais? Ou ainda, poderia haver um processo de hibridização, através do qual se mesclariam as tradições locais com as influências globais, configurando uma nova síntese em termos dos modos de morar? Para tanto, três perspectivas possíveis foram elencados, sendo elas: a aculturação, a hibridização e a manutenção das especificidades.

#### **1ª perspectiva: Aculturação**

Rimbaud (1973) é um dos autores que se dedica a compreender e interpretar as transformações pelas quais o campo passou e vem passando e com isso se tornando parte da cidade, ou melhor, da “*cultura urbana*”. Em sua obra *Société Rurale et urbanisation*, um clássico da sociologia rural, retrato da França pós Segunda Guerra Mundial, o vínculo existente entre os citadinos e os rurais é apresentado com base no processo de urbanização do campo. A obra favorece a perspectiva dos estudos relacionados a força expansiva da cultura e do modo de vida urbano sobre o campo, ou como colocado pelo autor “*sociedade rural*”. A cultura urbana e seu modo de vida seriam expansivos, pois foram formados com base em símbolos utilizados universalmente e por esse motivo instigariam tanto as possibilidades quanto a intensidade de troca de conhecimento, referências e opiniões.

O conceito de urbanização para Rimbaud (1973) em nada se assemelha ao sentido demográfico, que trata de um espaço com elevado número de pessoas povoando ou o berço de técnicas e meios de produção. Para o autor, a urbanização está relacionada à disseminação de meios, atitudes e comportamentos originados na cidade, mas que estão dispersos por todos os espaços do globo, não se limitando à cidade. Estes meios, atitudes e comportamentos formam o modo de vida a que os rurais buscavam se aproximar, possuindo mais facilidade para aquisição de renda, possibilidades de emprego e etc. Trata-se da “invenção de um modo de vida em vias de se tornar universal e de realizar a unidade do homem social” Rimbaud (1973:2) em que

moradores da cidade e do campo participam ativamente do processo. “A urbanização se apresenta assim como um movimento complexo, econômico e social, intelectual e afetivo, definido por sua orientação e sua finalidade mais que por seu ponto de partida” (RAMBAUD, 1973:5).

Inicialmente em sua obra, Rambaud se dedica a evidenciar as particularidades do “campo ruralizado” em que as tradições estão fortemente presentes, há uma autonomia relativa e o grupo é bastante fechado sobre seus valores e regras. Com a maior proximidade que passa a existir entre urbano e rural, as vivências passam a ser compartilhadas por meio de um mesmo linguajar, pois estão próximos a um mesmo padrão de normas universais e em um tempo que passa a ser de todos, propiciando um maior intercâmbio entre os modos de vida rurais com os modos de vida da sociedade global.

O fato de haver uma maior proximidade entre a cultura urbana e a sociedade rural não significa que as relações e vivências passem a se desenvolver da mesma forma nos dois espaços, mas sim que este processo de aculturação é estabelecido de forma negociada. Os habitantes do campo desejam usufruir da parte positiva do modo de vida urbano, não de suas mazelas e sofrimentos (RAMBAUD,1973). Não se trata de um processo pacífico, mas sim cheio de conflitos, pois de acordo com características como sexo e idade, a tendência é para que haja uma maior ou menor suscetibilidade de aceitação à cultura urbana, por exemplo, mulheres, jovens e pessoas não ligadas a atividades agrícolas, em teoria, são mais simpatizantes da cultura urbana do que homens, idosos e agricultores.

Para Rambaud, o processo de urbanização é primeiramente mental para depois se tornar material. Cada grupo constrói o que o autor deu o nome de “*canevas*”, tela ou lona em tradução livre, que para ele representa a estrutura, no caso a vida tradicional rural, e que vai absorvendo aspectos de maior interesse dentre os que estão presentes na cultura urbana (atitudes, condutas, objetos, valores, bens de consumo), promovendo uma “*abertura de espírito*” (RAMBAUD, 1973:35). Trata-se de um processo extremamente complexo porque além dos aspectos sociais, financeiros, afetivos e intelectuais, existem também as especificidades que cada sociedade rural trás consigo (aspectos culturais, comportamentais, pensamentos, valores e regras pertencentes a cada grupo). Dessa maneira, pode-se compreender que a aculturação resultante de uma maior proximidade entre os modos de vida rural e urbano não acontece de maneira homogênea, nem em velocidade da absorção, nem em quantidade, pois as aquisições

variação de acordo com os interesses do grupo que serão diversificados de acordo com a condição em que se encontram.

Segundo Rambaud (1973), quando se fala em urbanização não se trata de um processo de mão única onde a cidade comanda e o campo só vai absorvendo as mudanças, mas sim de um fenômeno simultâneo de modo que moradores do campo e da cidade colaborem para as mudanças em cada um desses espaços, pois, existem pontos fortes a serem absorvidos pelo “outro grupo” .

A abordagem usada por Antônio Candido (2001) em sua obra nomeada “Os parceiros do Rio Bonito” é bastante próxima à teoria de Rambaud (1973) apresentada anteriormente. Na obra de Candido foram percebidos os problemas enfrentados pelos caipiras, com destaque aos problemas econômicos e de subsistência, dessa forma o trabalho focou na sociologia dos meios de vida. A pesquisa que originou o livro foi realizada de 1947 a 1954 em oito cidades que possuíam características caipiras no estado de São Paulo, sendo que a maior parte da pesquisa foi realizada na cidade de Bofete e objetivava descrever o processo de transformação humana e as características da urbanização do estado de São Paulo (a mudança na vida do caipira e a situação crítica do trabalhador rural).

Candido (2001) coloca que para um grupo existir é necessário que suas necessidades sejam sanadas por meio físico de maneira que soluções devam ser pensadas para a manutenção da vida em equilíbrio e levam em consideração a quantidade e qualidade das necessidades naturais e sociais. “As sociedades se caracterizam antes de tudo pela natureza das necessidades de seus grupos, e os recursos em que dispõe para satisfazê-las. O equilíbrio social depende em grande parte da correlação entre as necessidades e sua satisfação” (CANDIDO, 2001:29).

Algumas características e hábitos dificultam a integração dos grupos e sua sobrevivência, principalmente quando há necessidade de mudança de hábito (realização de ajustes). Cada grupo lida com os ajustes de uma forma e nem sempre as condições mínimas de sobrevivência são as melhores condições para a manutenção do grupo. Durante a obra, Candido (2001) nomeia a satisfação das necessidades como “*meios de vida*” ou “*modos de vida*”.

Ao analisar as transformações sofridas pela cultura caipira, após o latifúndio e o desenvolvimento das cidades, o autor vai apresentando as mudanças no modo de vida do caipira que se torna cada vez mais distante do seu funcionamento tradicional. Para entender o contexto devemos considerar a maneira em que o povoamento paulista

ocorreu “atividade nômade predatória” (CANDIDO, 2001:46). A sociedade caipira tradicional elaborou técnicas que permitiram estabilizar as relações do grupo (embora em nível que reputaríamos primitivos), os recursos naturais explorados sistematicamente, a dieta compatível com o mínimo vital, associado a uma vida social fechada baseada na economia de subsistência.

Motivados pela mudança Candido (2001) apresenta três tipos de caipiras, os que absorvem toda a influência da cultura urbana, os que absorvem alguns aspectos advindos da influência e os que não absorvem nada, mantendo seu modo de vida absolutamente tradicional. Portanto, para o autor, não se trata de um processo homogêneo, mas sim, uma mudança complexa cheia de especificidades de acordo com o grupo em que os aspectos tradicionais ainda possuiriam uma importante influência no modo de vida final.

## **2ª perspectiva: Hibridização**

Considerado pioneiro em pesquisas sobre o hibridismo das culturas latino-americanas, Néstor García Canclini tem várias pesquisas relacionadas à cultura urbana, dentre elas trabalhos focados na cultura popular, consumo de bens simbólicos e hibridização cultural. A perspectiva de abordagem híbrida defendida por Canclini (1998) se constrói com base na mistura entre várias áreas de estudo, como: sociologia, antropologia, estudos relacionados às comunicações e as artes. O autor considera que para pesquisar culturas o pesquisador não deve incorrer no erro de procurar a pureza nas tradições, sem a interferência de tecnologias, possibilidades econômicas e políticas que a modernidade possibilita, mas sim de compreender como esta tradição se perpetua na contemporaneidade. Canclini (1998) aponta contrária a visão de outros estudiosos que a modernidade não significa a substituição do tradicional pelos bens industrializados e novas tecnologias, mas sim, que por meio das novas tecnologias uma nova cultura, híbrida, pode ser criada, tanto pela reorganização de público e privado, como, pela desterritorialização de processos simbólicos.

Ao analisar o nível macro, Canclini (1998) aponta que a propagação das tecnologias permitiu que a cultura fosse exportada com mais facilidade. De acordo com o autor, a televisão no século XX e a internet no século XXI são parte de um fenômeno que aponta não só para alteração das características identitárias dos sujeitos e nações, mas além, sua massificação. Essa massificação não significa homogeneização, mas sim,

uma internacionalização de mão dupla, tanto dos países produtores de símbolos para os países receptores, quanto o contrário, capaz de estimular alterações culturais, econômicas e políticas.

Canclini (1998) apresenta que na América Latina a presença de diferentes culturas estrangeiras provocou um processo de mistura cultural, de modo que na modernidade, esta pluralidade se mantém, agregando moderno e tradicional. A busca dos governos pela independência e desenvolvimento que ocorreu por meio da modernização parcial também deu espaço para que tradições fossem mantidas. Por esse motivo, Canclini (1998: 15) se refere à América Latina como o lugar “onde as tradições ainda não se foram e a modernização não terminou de chegar”. Dessa forma, analisar a modernidade para Canclini requer considerar passado e presente dos diferentes agentes sociais envolvidos no processo (cultos e populares, massivos) que culminam no que o autor denomina culturas híbridas.

De acordo com o autor, a cultura urbana foi o fator intensificador da diversidade cultural, pois a cidade, representada pela cultura urbana é a “canalizadora” de informações, que oportuniza e promove interações entre local, nacional e global. Portanto, a expansão urbana é considerada um dos fatores que fortaleceu a hibridação cultural pela articulação entre campo e cidade permitida por ela. A existência de tempos históricos distintos coexistindo (tempo presente) foi denominada pelo autor como “heterogeneidade multitemporal”. Canclini aponta que exemplos de hibridação são frequentemente encontrados no espaço urbano.

De acordo com Canclini (1998), se no passado as artes e o folclore foram considerados o padrão de identidade dos sujeitos, as referências identitárias contemporâneas são formadas a partir da relação do homem com o meio, dado que esta relação é mediada pelos meios de comunicação e a globalização da vida urbana (iconografias e repertórios textuais). Nesta mesma obra o autor explica que a preferência por chamar a mescla cultural de hibridação ao contrário de mestiçagem ou sincretismo, se deu, pois, o termo mestiçagem se refere a misturas raciais, assim como o termo sincretismo se referiria somente a simbolismos relacionados a religião quando na verdade o termo hibridação ou hibridização vai muito além do que estes termos por considerar a mescla de culturas inteiras.

Ainda, de acordo com o autor, preservar e reproduzir tradições sem alterá-las não significa uma garantia de consolidação das tradições, pois deve-se pensar de forma mais complexa, dado que a utilização das novas tecnologias para manter as tradições

são um indicador mais forte de manutenção das tradições, apesar das adaptações. Neste sentido, o autor destaca também que este processo de reprodução das tradições com adaptações permitidas pelas tecnologias não é um processo obrigatoriamente melancólico para os populares.

Peter Burke é outro autor que trabalha com o conceito de hibridização cultural. De acordo com Burke (2003), a globalização cultural e hibridização são conceitos que se entrecruzam pois a tendência mundial é a de mescla cultural, logo, hibridização cultural. O autor denomina a mistura de culturas que gera uma mescla cultural geral de multiculturalismo, dado que diferentes culturas se relacionam e acabam sofrendo, voluntariamente ou não, alterações que resultam em pequenos novos elementos em cada uma dessas culturas. A medida que estes encontros vão acontecendo os sujeitos sociais vão incorporando novos elementos às suas culturas e elas vão se mesclando em um movimento amorfo, porém, constante (BURKE, 2003).

Para Burke (2003), apesar de haverem alterações na cultura, estas alterações são seletivas, desse modo, há fluidez e multiplicidade cultural, pois há espaço para haverem mudanças e permanências. O autor considera ainda que as fronteiras são oportunas às interações culturais, pois muitas vezes elas não são limites territoriais propriamente ditos, mas sim, representam limites entre culturas. Dessa forma, para o autor a proximidade entre duas culturas levaria a misturas que resultariam em algo novo, fruto das interações das diferentes culturas. As principais consequências de acordo com Burke (2003) com relação a esta mescla cultural estariam relacionadas à aceitação, rejeição, segregação ou adaptação às mudanças. Assim, pode haver resistência à mescla cultural propiciada pela globalização, coexistência de culturas em um mesmo contexto, adaptação parcial entre local e global ou o surgimento de uma nova ordem cultural.

O autor destaca ainda que a velocidade entre as mesclas não é a mesma independente do povo em questão, muito menos a forma com estas apropriações acontecem, assim sendo, a internalização destas transformações no imaginário popular acontecem em ritmo ainda diferenciado do que o que ocorre nas mudanças práticas, podendo a hibridização funcionar de maneira consciente ou não.

### 3ª perspectiva: Manutenção das especificidades identitárias dos rurais

Wanderley (2001) e Carneiro (2008) são duas autoras que defendem a perspectiva de manutenção das especificidades identitárias e culturais no campo, por meio da aproximação entre o campo e a cidade. Na perspectiva destas autoras, a maior proximidade entre campo e cidade permite que as trocas entre estes dois espaços sejam intensificadas e resultem em valorização econômica, social e cultural do campo e não em uma incorporação dos valores desenvolvem aspectos econômicos, culturais e sociais do campo de forma que o campo seja influenciador da cidade, e a cidade seja influenciadora do campo, e o aspecto que torna esta perspectiva diferenciada das outras duas apresentadas anteriormente e a crença na manutenção das características específicas do campo, mesmo durante este intercâmbio. Logo, o campo continuaria sendo um local de particularidades. Dessa forma as autoras consideram que as incorporações realizadas pelos rurais em seu modo de vida são consequência de uma “nova ruralidade”. Esta nova ruralidade não indicaria que as sociedades rurais estão desaparecendo, mas são somente o resultado da aproximação entre campo e cidade.

Na Tabela 1 são sintetizadas as perspectivas abordadas no marco teórico.

**Tabela 1** - Síntese das teorias do marco teórico

Perspectiva	Autores	Resumo
<b>Aculturação</b>	Rimbaud (1973) e Candido (2001)	Urbanização = processo gradual, individualizado e diferenciado de adoção cultural. As transformações nos modos de vida dos rurais sinalizam uma aculturação das sociedades rurais pela força expansiva da cultura urbana.
<b>Hibridização</b>	Canclini( 1998) e Burke(2003)	Nesta perspectiva se ressalta a noção de fusão para o surgimento de algo novo, que não manteria, portanto, as especificidades culturais pré-existentes. “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (CANCLINI, 1998: 18).
<b>Manutenção das especificidades</b>	Wanderley (2001) e Carneiro (2008)	Capacidade do rural de permanência no mundo contemporâneo, como um espaço integrado, embora específico e diferenciado, marcado por características específicas de vida e de trabalho. As transformações ocorridas no campo seriam resultado de uma “nova ruralidade”, que não indicaria o fim das sociedades rurais, mas, o maior intercâmbio entre o campo e a cidade.

**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos autores do marco teórico.

## 4. CONSTRUCTO

A seleção das variáveis de interesse para compreensão do modo de morar no estado de Minas Gerais foi realizada com base na operacionalização de dois importantes autores que retratam o modo de morar em suas obras, sendo eles Rybczynski (1996) e Algranti (1997). Ao analisar em seu livro como a ideia de conforto, privacidade, domesticidade e comodidade evoluíram ao longo do tempo, Rybczynski (1996) apresenta uma visão geral das mudanças que a casa veio sofrendo com o passar dos anos em países como Holanda, França e Estados Unidos. O autor afirma que mais importantes que as inovações tecnológicas da época são as mudanças nos hábitos domésticos que elas acarretam. Já Algranti (1997), em seu estudo, analisa a vida doméstica na colônia brasileira em suas primeiras décadas que pelo contexto de um país recém-descoberto no século XVI, que começa a ser desbravado pelos colonizadores, possui sua dinâmica associada às condições dadas à época, marcadamente associadas ao uso da mão de obra escrava nos espaços públicos e privados e pelo isolamento característico de um país ainda pouco urbanizado.

Foi construído um construto por meio de uma conjunção entre as questões fundamentais apresentadas em cada uma dessas obras relacionadas aos modos de morar e de forma mais pragmática, buscou-se a possibilidade de análise empírica desses aspectos com base na equivalência das questões investigadas pelo censo demográfico brasileiro e nos dados disponibilizados pelas pesquisas do GERAR. Esta foi a estratégia encontrada para abarcar da melhor forma possível o fenômeno das mudanças dos modos de morar (Anexo 1 – Artigo 1).

O construto foi segmentado em três grupos de variáveis, sendo eles:

- **Perfil socioeconômico dos moradores:** Idade, sexo, estado civil, número de moradores da casa, número de casais na casa, número de cômodos na casa, número de famílias morando na casa, arranjo familiar;
- **Infraestrutura básica da casa:** Presença de banheiro, forma de acesso à água, acesso a energia elétrica, acesso a sistema de esgoto público, destino do lixo;
- **Estrutura física da propriedade e da casa:** Tamanho da propriedade, material das paredes, saneamento, existência de banheiro e bens de consumo (eletroeletrônicos e eletrodomésticos).

## 5. ESTRUTURAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

A partir da definição dos objetivos específicos, a presente dissertação foi estruturada na forma de artigos, conforme apresentados a seguir:

**Artigo 1 - Mudanças no perfil sociodemográfico das famílias que vivem no campo em Minas Gerais: Uma leitura dos censos demográficos de 1960 e 2010.** Este artigo foi construído buscando responder ao objetivo específico 1, que dizia respeito à “compreender como a organização da vida das famílias que vivem no campo, na Zona da Mata Mineira interfere na estrutura física da casa”. Para tanto, buscou-se analisar quem são os moradores do campo no estado de Minas Gerais por meio de variáveis que apontam como as famílias estão constituídas, idade dos moradores e número de cômodos. A partir daí, buscou-se estabelecer uma relação entre o morador do campo e a forma com que os aspectos anteriormente citados se relacionam aos modos de morar estabelecidos, por exemplo por meio da dinâmica de transformação dos arranjos familiares e o número de moradores na casa.

**Artigo 2 - As transformações da casa e dos modos de morar no meio rural em Minas Gerais: Um recorte a partir dos censos demográficos de 1960 a 2010.** Este artigo foi desenvolvido em resposta aos objetivos específicos 2 e 3 que buscam “identificar através dos dados do Censo para o estado de Minas Gerais as mudanças na estrutura física das casas e no seu aparelhamento, considerando o período compreendido entre os anos de 1960 e 2010 e “identificar as tecnologias tradicionais e modernas incorporadas na cotidianidade das famílias que vivem no campo no estado de Minas Gerais”. Para tanto, analisou-se as transformações na estrutura física da casa e nos modos de morar da população que vive no meio rural, utilizando dados censitários da década de 1960 até 2010, referentes ao estado de Minas Gerais. Foram analisados dados relativos à infraestrutura da casa e aos bens de consumo presentes na casa.

**Artigo 3 – Morar no campo: Uma análise da microrregião de Viçosa – MG** foi desenvolvido em resposta ao objetivo específico 4, que se trata de “compreender a forma como as tecnologias domésticas são incorporadas na cotidianidade das famílias que vivem no campo, na Zona da Mata Mineira”. O artigo analisou aspectos relativos ao perfil socioeconômico e infraestrutura da casa com a finalidade de comparar o morar em

Minas Gerais, mais especificamente em cinco cidades da microrregião de Viçosa, a saber: Araponga, Cajuri, Coimbra, Piranga e São Miguel do Anta. Esses municípios, de acordo com Veiga (2004), são considerados pequenos municípios, uma vez que, todos possuem menos de 20 mil habitantes, baixa densidade demográfica, economia baseada na oferta de serviços de pouca diversidade – características típicas dos pequenos municípios de Minas Gerais.

## Referências Bibliográficas

ALGRANTI, Leila Mezan. **Famílias e vida doméstica**. In: *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 1, p. 83-154, 1997.

BURKE, P. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2003.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Trad. Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1998. 392p.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: Duas Cidades, v. 34, 2001.

CARNEIRO, Maria José. **“Rural” como categoria de pensamento**. Revista Ruris, Campinas, v.2, n.1, p.9-38, 2008.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. FAPESP, 2007.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. Nova economia, v. 7, n. 1, 2013.

IPUMS. *Integrated Public Use Microdata Series, International: Version 6.5* [dataset]. Minneapolis: University of Minnesota, Minnesota Population Center. 2017. <http://doi.org/10.18128/D020.V6.5>.

KAGEYAMA, Angela A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. UFRGS, 2008.

PEREIRA, Sandra Marques. **Casa e Mudança Social: Uma leitura das transformações da sociedade portuguesa a partir da casa**. Caleidoscópio, 2012.

RAMBAUD, Placide. **Société rurale et urbanisation**. Paris: Seuil, 1973.

RYBCZYNSKI, Witold; VON STAA, Betina. **Casa: pequena história de uma idéia**. Record, 1996.

SAMPAIO, Nádia. **Lavadeiras de roupa do rio: Geografia humanista e memória**. In: Colóquio Baiano Tempos, Espaços e Representações: Abordagens geográficas e históricas. 14 a 16 de Outubro, 2013. UESB, Bahia. Anais (on-line). Disponível em: < [http://periodicos.uesb.br/index.php/coloquiobaiano/article/viewFile/2872/pdf\\_99](http://periodicos.uesb.br/index.php/coloquiobaiano/article/viewFile/2872/pdf_99) > Acessado em 15 de Setembro de 2017.

SILVEIRA, Lidiane Nunes da. **Roça, uma marca registrada: O processo de valorização do rural na sociedade brasileira**. Tese (Doutorado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa. Viçosa-MG. 323p. 2015.

WALL, Karin. **Elementos sobre a sociologia da família em Portugal**. *Análise Social*, v. 28, n. 123/124, p. 999-1009, 1993.

WALL, Karin; BIGOTTE, Magda. **Famílias no campo: passado e presente em duas freguesias do Baixo Minho**. 1998.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A ruralidade no Brasil moderno**. In: Giarracca N, organizador. *Una nueva realidad en América Latina*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; 2001. p. 31-44.

## **ARTIGO 1**

**Mudanças no perfil do sociodemográfico das famílias que vivem no campo em Minas Gerais: Uma leitura dos censos demográficos de 1960 a 2010.**

**Changes in the sociodemographic profile of families living in the countryside in Minas Gerais: A reading of demographic censuses from 1960 to 2010.**

## **Resumo**

Este artigo busca analisar o perfil sociodemográfico das famílias que vivem no campo, refletindo sua relação com os modos de morar no campo, no estado de Minas Gerais. Como metodologia utilizou-se a coleta de dados dos censos demográficos do IBGE, por meio do projeto Integrated Public Use Microdata Series, International – IPMUS-International referentes aos anos de 1960 a 2010. Os dados evidenciaram um processo de masculinização rural, tendência de individualização e fragmentação das famílias, com redução do fenômeno de coabitação e menor homogeneidade dos arranjos familiares. Conclui-se que existe uma tendência de mudanças no campo, direcionadas aos valores e configurações citadinas.

**Palavras-chave:** Homem do campo, sociodemografia, família rural.

## **Abstract**

This article aims to analyze the sociodemographic profile of families living in the countryside, reflecting their relationship with the ways of living in the countryside, in the state of Minas Gerais. As a methodology, the data collection of IBGE demographic censuses was used, through the Integrated Public Use Microdata Series, International - IPMUS-International, project from 1960 to 2010. The data evidenced a process of rural masculinization, tendency of individualization and fragmentation of families, with a reduction in cohabitation phenomenon and a lower homogeneity of family arrangements. It is concluded that there is a tendency of changes in the countryside, directed to the city values and conformation.

**Key-words:** Country man, Sociodemography, rural family.

## 1. Introdução

A problemática de que trata esse artigo se insere nas discussões relativas à modernidade e às transformações que incidiram, em particular, sobre as sociedades rurais, produzindo novos modos de vida, inclusive, novos modos de moradia. A pesquisa realizada voltou-se para investigar as transformações que a sociedade urbano-industrial difundiu para os indivíduos e as famílias que vivem no campo. Segundo Giddens (1991), os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social, de forma sem precedentes – tanto em extensão, quanto em intencionalidade. As organizações sociais que surgiram a partir do XVII na Europa se expandiram para todo o mundo e estabeleceram possibilidades de interconexão social em todo o planeta. Este fenômeno trouxe alterações às características mais íntimas das pessoas.

Se o processo de globalização produziu efeitos em todos os pontos do mundo, não foram desprezíveis as influências desses processos econômicos, sociais, políticos e culturais na América Latina e no Brasil. Segundo Pereira (2012:27) “os comportamentos e os ideais mais modernistas tendem a contaminar mais precocemente os grupos sócio profissionais mais qualificados”. Entretanto, essas influências, também acabam por servir de referenciais aos grupos “menos qualificados”. Conforme aponta Kellerhals et. al. (1989), os impactos da modernização da família estão associados, primeiramente, ao estilo das interações intrafamiliares, particularmente, à distribuição dos papéis e do poder entre os membros da e na família, bem como às lógicas relacionais que caracterizam a conjugalidade e a parentalidade (PEREIRA, 2012). Essas mudanças colocam-se de forma particular na configuração da família e são detectáveis nas suas práticas, normas e valores. A compreensão desses processos que incidem sobre a família está relacionada, segundo Pereira (2012), em um nível mais macrosociológico:

*“às especificidades diretamente relacionadas com variáveis sociais, como a classe, a idade, o sexo ou o meio geográfico, se mais urbano ou rural; e em um nível mais microsociológico, relativo ao lado mais intimista da vida quotidiana, nomeadamente o tipo de interações que o(s) indivíduo(s) protagonizam, e ainda as auto narrativa sustentadas pelos próprios, as quais tendem a explicar, biograficamente, a sua situação atual e perspectiva de futuro”* (PEREIRA,2012, p.28).

Outro fator que impacta diretamente na conformação da sociedade brasileira é a transição demográfica que o país está passando. A mesma está resultando no envelhecimento da população e alteração das estruturas etárias. Segundo Carvalho e Rodríguez-Wong (2008), a diminuição no ritmo de crescimento da população compreendida entre 25 e 64 anos (idade ativa) levará, à longo prazo, a uma estabilização da porcentagem de pessoas compreendidas nesta faixa etária da população brasileira. Por outro lado, os idosos não acompanharão este ritmo de crescimento, e, contrariamente a ele, aumentará o ritmo de crescimento nesta faixa etária, logo, a transição da estrutura etária brasileira (envelhecimento da população) se dará pelo diferenciado ritmo de crescimento da população idosa em comparação as outras faixas etárias (referentes aos jovens em idade ativa).

Partindo dessas discussões relacionadas ao perfil das sociedades rurais, este artigo buscou analisar o perfil sociodemográfico das famílias que vivem no campo, por meio de dados do recenseamento brasileiro e, refletir, em que medida esse perfil está relacionado com os modos de morar no campo. Ou seja, a individualização – enquanto tendência do processo de modernização – se traduzia na diversificação e crescente diferenciação das formas estruturais familiares no campo? É esse aspecto que os dados apresentados nesse artigo, relacionados ao estado de Minas Gerais, procuraram revelar.

Pressupõe-se que, apesar de a família nuclear ainda ser a dominante, como constatou o estudo de Borsa e Nunes (2011) outros agrupamentos revelam novas composições, reflexo das opções subjetivas dos indivíduos (BILAC, 2006). No que diz respeito aos valores e ao peso das instituições tradicionais no direcionamento dos comportamentos dos indivíduos, essas mudanças se fazem sentir, seja no recuo do número de casais casados no religioso, no aumento do número de divórcio entre os casais, bem como na pluralização de outros modelos de família. Visivelmente, esses modelos não pressupõem o desaparecimento de lógicas mais institucionalistas presentes nos modelos familiares.

## **2. Metodologia**

Para a realização deste estudo foi utilizada uma abordagem quantitativa por meio da análise de microdados do censo demográfico, obtidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, por meio do projeto *Integrated Public Use Microdata Series, International* – IPMUS - International, criado pelo *Minnesota Population*

*Center, University of Minnesota*. Os microdados dos censos demográficos utilizados para a realização deste trabalho correspondem ao estado de Minas Gerais, nos anos de 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. A vantagem deste estudo é que pela análise dos dados disponibilizados pelo IBGE para as últimas cinco décadas para o estado de Minas Gerais, tem-se maior capacidade de embasar o estudo por meio de uma análise comparativa dos resultados verificados em cada década.

As análises foram realizadas a partir de um grupo de variáveis que permitiu que fosse construído um perfil das famílias que habitavam o campo. Para a construção desse perfil, foram consideradas as seguintes variáveis: sexo, idade, estado civil, número de pessoas na casa, número de casais na casa, número famílias na casa e tipo de arranjo familiar (casal com filhos, casal sem filhos, família extensa, família composta). A análise descritiva dos dados foi a estratégia usada para contribuir para a avaliação e compreensão dos resultados, pois os mesmos foram segmentados em dois tipos, os dados referentes aos moradores da cidade (CD) e os referentes aos moradores do campo (CP)<sup>3</sup>, para que fosse possível realizar uma comparação para além dos anos, entre estes diferentes espaços. Dessa forma, buscou-se compreender quais manifestações de fenômenos são observados no campo, permitindo que também fosse realizada uma comparação entre os pontos de convergência e divergência com relação aos resultados relativos à cidade.

A seleção das variáveis de interesse para compreensão do perfil sociodemográfico dos moradores do estado de Minas Gerais foi realizada com base na operacionalização de dois importantes autores que retratam o modo de morar em suas obras, sendo eles Rybczynski (1996) e Algranti (1997). Ao analisar em seu livro como a ideia de conforto, privacidade, domesticidade e comodidade evoluíram ao longo do tempo, Rybczynski (1996) apresenta uma visão geral das mudanças apresentadas pela casa ao longo dos anos em países como Holanda, França e Estados Unidos. O autor afirma que mais importantes que as inovações tecnológicas da época são as mudanças nos hábitos domésticos que elas acarretam. A autora brasileira Algranti (1997), analisou a vida doméstica na colônia brasileira nas primeiras décadas do século XVI. Naquele contexto de um país recém-descoberto, que começava a ser desbravado pelos colonizadores, os modos de vida e de moradia são bastante influenciados pela dinâmica associada às condições dadas à época, marcadamente associadas ao uso da mão de obra

---

<sup>3</sup> Neste estudo são usadas as categorias campo e cidade para se referir ao urbano e o rural justificadas pelo arcabouço teórico utilizado para fundamentar as discussões aqui apresentadas.

escrava nos espaços público e privado e pelo isolamento característico de um país ainda pouco urbanizado.

Foi construído um construto por meio de uma conjunção entre as questões fundamentais apresentadas em cada uma dessas obras e a sua possibilidade de análise empírica com base na equivalência das questões investigadas pelo censo demográfico brasileiro. Esta foi a estratégia encontrada para abarcar da melhor forma o fenômeno das mudanças dos modos de morar (Anexo 1).

## 2.1 Amostra e cálculos

A razão de sexo se constitui no número de homens para cada grupo de 100 mulheres, em determinado espaço geográfico. No caso deste artigo, utilizamos o estado de Minas Gerais como espaço geográfico analisado, além dos anos de 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 para o estudo. A razão de sexo relata a relação entre os sexos, permitindo-se compreender fenômenos sociais relacionados a essa distribuição e identificar variações temporais/geográficas - fato que justifica sua utilização nesta pesquisa. Quando o valor obtido for igual a 100, indica que o número de mulheres e homens é o mesmo. Quando este número for acima de 100, entende-se que há uma predominância de homens, e por fim, quando o número estiver abaixo de 100, há predominância de mulheres no território investigado. A equação utilizada para a realização do cálculo é:

$$\frac{\text{Número de residentes do sexo masculino}}{\text{Número de residentes do sexo feminino}} \times 100$$

Outro cálculo repetidamente utilizado neste estudo é o cálculo de aumento percentual, por meio da equação apresentada a seguir.

$$\frac{\text{Valor final} - \text{Valor inicial}}{\text{Valor inicial}} \times 100$$

A tabela 1, a seguir, apresenta o tamanho das amostras utilizadas pelo IBGE em cada um dos anos pesquisados.

**Tabela 1** - Tamanho da amostra para o estado de Minas Gerais, de 1960 à 2010.

	1960	1970	1980	1991	2000	2010
<b>Tamanho da amostra Minas Gerais</b>	500,787	611,642	666,496	986,073	1.173,214	1.176,760

Fonte: IBGE (1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010) por meio de IPMUS - International (2016).

## 2.2 Pesos e pacote estatístico

Para realização das análises, utilizou-se o sistema de análise on-line IPUMS. Um software de tabulação de alta velocidade desenvolvido no Programa de Métodos de Levantamento Assistido por Computador da *University of California – Berkeley Campus*. Para a seleção e extração dos dados, em todos os casos foi utilizado peso de pessoas.

## 3. Resultados e discussões

Ao se analisar a composição da população rural e urbana do estado de Minas Gerais, ao longo das décadas de 1960 a 2010, por sexo dos moradores (tabela 2), observou-se que, na década de 1960, 58,9% da população total era composta por habitantes do campo. Esta porcentagem se subdividia em 51,5% de homens e 48,5% de mulheres.

**Tabela 2** - Sexo dos moradores do campo e da cidade, de 1960 à 2010, em Minas Gerais.

		1960	1970	1980	1991	2000	2010
Campo	M	<b>48,5%</b>	<b>48,3%</b>	<b>47,8%</b>	<b>47,6%</b>	<b>47%</b>	<b>46,8%</b>
		2861860.0	2630425.0	2107405.0	1878916.6	1231699.9	1348367.3
	H	<b>51,5%</b>	<b>51,7%</b>	<b>52,2%</b>	<b>52,4%</b>	<b>53%</b>	<b>53,2%</b>
		3041380.0	2816060.0	2302905.0	2067836.1	1725027.3	1533020.4
<b>Total Campo</b>	<b>58,9%</b>	<b>46,9%</b>	<b>32,9%</b>	<b>25,1%</b>	<b>18,2%</b>	<b>14,7%</b>	
		5903240.0	5446485.0	4410310.0	3946752.8	3256727.3	2881387.7
Cidade	M	<b>52%</b>	<b>51,8%</b>	<b>52,3%</b>	<b>51,5%</b>	<b>51,3%</b>	<b>51,4%</b>
		2138360.0	3197875.0	4608290.0	6062072.0	7512275.3	8597902.7
	H	<b>48%</b>	<b>48,2%</b>	<b>48,7%</b>	<b>48,5%</b>	<b>48,7%</b>	<b>48,6%</b>
		1974140.0	2970615.0	4380895.0	5719714.3	7128753.5	8130344.6
<b>Total Cidade</b>	<b>41,1%</b>	<b>53,1%</b>	<b>67,1%</b>	<b>74,9%</b>	<b>81,8%</b>	<b>85,3%</b>	
		4112500.0	6168490.0	8989185.0	11781786.3	14641028.9	16728247.3

Fonte: IBGE (1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010) por meio de IPMUS - International (2016).

H: Homem / M: Mulher

Constatou-se que nos anos 1970, o número de habitantes do campo caiu para 46,9%, segmentados em 48,3% de mulheres e 51,5% de homens – tendência que se manteve com o passar dos anos. Por outro lado, houve um acirramento da tendência à diminuição da porcentagem de habitantes no campo: em 1991, verificou-se que este número diminuiu para 25,1%, e em 2010, para 14,7%. Seguindo a tendência, continuou havendo uma manutenção na diminuição do número de mulheres no campo que, em 2010, atingiu o valor de 46,8%. Concomitantemente, a porcentagem de moradores do sexo masculino atingiu 53,2% no campo, em 2010, seguindo a tendência apresentada anteriormente.

Ao realizar a análise do sexo dos moradores, na cidade, durante o mesmo período temporal, de 1960 a 2010, tem-se que: em 1960, as cidades mineiras abrigavam 41,1% do total de sua população. Dessa porcentagem, 52% da população era composta por mulheres e 48% por homens. No ano de 1970, o número de moradores da cidade aumentou para 53,1%, subdivididos entre 51,8% de mulheres e 48,2% de homens. Nas cidades, a tendência indicada a partir dos anos 1970 foi oposta à observada no campo: um vertiginoso aumento do contingente populacional nas cidades que atingiu, no ano de 2010, o percentual de 85,3% do total da população e a prevalência da população feminina (51,4%) em relação ao percentual dos homens (48,6%), como pode ser observado na tabela 2.

**Tabela 3** - Razão por sexo de homens para mulheres de 1960 à 2010, em Minas Gerais.

	1960		1970		1980		1991		2000		2010	
	CP	CD	CP	CD	CP	CD	CP	CD	CP	CD	CP	CD
<b>Homens para cada 100 Mulheres</b>	106,27	92,32	107,5	92,89	109,27	95,06	110,05	94,35	140,05	94,89	113,69	94,56

**Fonte:** IBGE (1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010) por meio de IPMUS - International (2016).

A partir dos dados apresentados na tabela 3, observa-se, portanto, que, no estado de Minas Gerais, no período compreendido entre 1960 e 2010, o processo de masculinização rural foi se tornando mais intenso. A razão por sexo que correspondia em 1960 a 106,27 homens para cada 100 mulheres morando no campo (CP) e, em 2010, esses valores aumentaram para 113,69 homens para cada 100 mulheres. Também na cidade (CD) percebeu-se uma tendência de aumento da presença dos homens, ainda que as mulheres sejam majoritárias. Em 1960, a razão por sexo era de 92,32 homens para cada 100 mulheres e, em 2010, passou a ser 94,56 homens para cada 100 mulheres.

De acordo com Samara (2002), em todos os censos demográficos realizados no Brasil<sup>4</sup> foi observada uma tendência de aumento na porcentagem de pessoas do sexo feminino com relação aos habitantes do país do sexo masculino. Agregado a este fato está a maior expectativa de vida feminina impactando diretamente os matrimônios e, por conseguinte, a organização das famílias e domicílios.

Percebeu-se assim, que os homens são a maior parte dos moradores do campo e, na cidade, as mulheres são maioria. Esses dados tornam evidente o fenômeno de masculinização do campo e feminilização da cidade, já apontado por autores como Froehlich et al. (2011), Costa et al. (2013), Camarano e Abramovay (1999). Costa et. al. (2013) apontam como um dos principais fatores de sua ocorrência a diminuição do número das atividades que exigem mão de obra na terra e que são causadas pela mecanização e modernização agrícola. Esta diminuição na demanda de mão de obra afeta direta e principalmente as atribuições da mulher no mundo produtivo agrícola e resulta em um êxodo rural feminino na busca por novos postos de trabalho na cidade, resultando na masculinização do campo.

Para além do fenômeno da masculinização do campo é importante perceber, como destacam Costa et. al. (2013) e Camarano e Abramovay (1999), a diferenciação por faixa etária da população. Em seu estudo no Rio Grande do Sul, Costa et. al. (2013) revelaram que o fenômeno da masculinização está localizado principalmente nas faixas etárias de 15 a 24 anos e de 25 a 59 anos; ou seja, está compreendido nas faixas etárias em que a pessoa é considerada em idade ativa. Outro fator destacado pelo estudo de Camarano e Abramovay (1999) e também citado por Costa et. al. (2013), como importante para as transformações demográficas no campo, está relacionado às particularidades regionais com relação aos ritmos de fluxo de migração. Como exemplo, os autores Camarano e Abramovay (1999) citam “o declínio nas taxas de saída do campo nas regiões Sudeste e Sul nos anos 90”, como a expressão mais importante deste fenômeno.

Assim, seguindo na construção do perfil sociodemográfico dos moradores do campo, foi considerada como segunda variável de análise, a idade dos residentes. Para a apresentação dos dados de idade, foi feita a divisão dos segmentos em faixas etárias a fim de tornar mais clara a visualização das possíveis transformações que esta variável é capaz de apontar. Dessa forma, a idade foi categorizada em estratos, considerando **crianças**, pessoas com até 9 anos de idade; **adolescentes**, pessoas de 10 a 19 anos de

---

<sup>4</sup> O primeiro recenseamento demográfico foi realizado durante o Império, em 1872 (IBGE, 2016).

idade; **jovens adultos**, pessoas de 20 a 39 anos de idade; **adultos**, pessoas de 40 a 59 anos de idade e **idosos**, pessoas com 60 anos ou mais anos de idade.

A porcentagem de crianças em 1960 no campo era de 33,9% da população total da zona rural, conforme apresentado na tabela 4.

**Tabela 4** - Idade dos moradores no campo no estado de Minas Gerais, 1960 à 2010.

		1960		1970		1980		1991		2000		2010	
		CP%	CD%	CP%	CD%	CP%	CD%	CP%	CD%	CP%	CD%	CP%	CD%
Cr	Menos de 1 ano	3,2	2,9	3,5	2,7	3,3	2,9	2,2	2	1,9	1,7	1,2	1,3
	1 a 9 anos	30,7	25,9	28,5	24,6	26,1	21,2	22,7	19,6	18,9	16,2	14	12,4
Ado	10 a 19 anos	23,6	23,2	25,1	25,3	24,8	24,2	23,1	21,2	22,2	20	19	17,1
JA	20 a 29 anos	16,2	16,9	15,2	16,1	15,5	18,9	17,6	18,4	15,7	17,9	14,7	17,9
	30 a 39 anos	10,9	11,9	10,5	11,4	10,2	11,8	11,8	14,9	13,6	15,5	13,7	15,6
Ad	40 a 49 anos	7,7	8,6	7,8	8,5	8,5	9	8,8	9,7	10,5	12,2	12,8	13,6
	50 a 59 anos	4,8	5,7	5,3	5,7	5,9	6	6,7	6,7	7,9	7,7	10,6	10,5
Id	60 a 69 anos	1,7	3,4	2,8	3,5	3,8	3,8	4,6	4,5	5,6	5,1	8,3	6,2
	70 a 79 anos	1	1,3	1,1	1,4	1,7	1,8	2	2,2	2,8	2,7	4,1	3,8
	80 a 89 anos	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,3	0,5	0,8	0,9	1	1,5	1,5
	90 anos ou mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,1	0,1
Não reportado		0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	-	-	-	-	-	-
Total		100%											

Fonte: IBGE (1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010) por meio de IPMUS - Internacional (2016).

Cr: Crianças / Ado: Adolescentes / JA: Jovens Adultos / Ad: Adultos / Id: Idosos

No ano de 1970, o grupo mineiro de crianças diminuiu para 32% dos habitantes do campo. A partir de 1980 a presença de crianças no campo foi diminuindo e estas passaram nesta década a representar 29,4% da população rural, caindo para 20,8%, no ano de 2000, e para 15,2%, em 2010. Já na cidade, no ano de 1960, as crianças representavam 28,8% do total de moradores, estando, portanto, em porcentagem inferior à encontrada no campo no mesmo período. Em 1970, esta porcentagem caiu para 27,3%, manifestando tendência de diminuição ao longo das décadas, 21,6% em 1991 e 13,7% em 2010. É possível concluir, portanto, que o número de crianças diminuiu tanto

no campo quanto na cidade, no estado de Minas Gerais; porém, no campo esta diminuição foi menor do que na cidade. Esta diminuição provavelmente está relacionada às mudanças no regime demográfico sofridas pela população brasileira nas últimas décadas. Estas mudanças alteraram o cenário de alta natalidade e alta mortalidade para uma nova perspectiva de baixa natalidade e baixa mortalidade, resultando no envelhecimento da população (LEBRÃO, 2007).

Com relação ao grupo nomeado de adolescentes, compreendido aqui como pessoas de 10 a 19 anos de idade, no campo, em 1960 eles eram 23,6% do total da população e, em 1970, se tornaram 25,1%. Em 1980, representavam 24,8% e desde esta época sua representatividade foi diminuindo. Em 1991, os adolescentes eram 23,1% dos moradores do campo e, em 2010, este valor atingiu os 19%. Ao analisar os dados para a mesma faixa etária na cidade, observou-se que, no ano de 1960, os adolescentes eram representantes de 23,2% da população; em 1970, se tornaram 25,3%, e, em 1980, 24,2%. Entretanto, sua porcentagem de participação na população total da cidade, assim como ocorreu no campo foi diminuindo, atingindo o valor de 17,1%, no ano de 2010.

No que diz respeito aos jovens adultos, população com idade entre 20 e 39 anos, eram 27,1% da população total do campo em 1960 e, em 1970, este número equivalia a 25,7%. A representação do grupo foi aumentando continuamente até o ano de 1991, em que os jovens adultos eram 29,4% da população do campo. Em 2010, os jovens adultos equivaliam a 28,4% dos moradores do campo. Na cidade, em 1960, a porcentagem de jovens adultos era de 28,8% e, apesar da diminuição sofrida em 1970 para 27,5%, nas décadas seguintes, o grupo de jovens adultos só aumentou e alcançou, em 2010, a representação de 33,5% do total de moradores das cidades, no estado de Minas Gerais. Pode-se dizer que a porcentagem de jovens adultos no campo, em 2010, correspondia a um número relativamente próximo a um terço da população total de habitantes do campo, 28,4%. Essa, portanto, era a faixa etária na qual a maior parte das pessoas que vivia no campo em 2010 estava compreendida. Também na cidade esta é a faixa etária que compreende a maior quantidade de pessoas dentre o total de habitantes.

Quando se observa a população de adultos, grupo de pessoas entre 40 e 59 anos de idade, nota-se que estes representavam cerca de 12,5% dos moradores do campo em 1960. Em 1970, este número era de 13,1% e foi aumentando até alcançar, em 2010, o valor de 23,4% dos moradores do campo. Também nas cidades esta tendência se manteve, o que pode ser notado pelo fato de, em 1960, os adultos corresponderem a 14,3% dos moradores. Embora em 1970 este percentual tenha caído para 14,2%, a

tendência ao longo dos anos foi de crescimento desta faixa etária na cidade: a partir de 1980 passou a representar 15% do total de moradores; em 2000, alcançou 19,9% e atingiu, em 2010, 24,1% do total de moradores. A faixa etária relativa à população de adultos (pessoas de 40 a 59 anos) compreendia o segundo maior contingente de pessoas no estado de Minas Gerais, ocupando a mesma posição tanto na cidade quanto o campo, ficando atrás apenas da população de jovens adultos (pessoas de 20 a 39 anos). Observa-se assim, tanto no campo como na cidade, que, dos anos 1980 em diante, a população predominante era composta por pessoas em idade produtiva.

Com relação à faixa etária dos idosos, cujo grupo inclui todas as pessoas com mais de 60 anos, adotou-se uma análise segmentada por década: 60 a 69 anos, 70 a 79 anos, 80 a 89 anos 90 ou mais anos. Tal distinção foi adotada para uma melhor caracterização de um grupo que abarca um período superior a 30 anos. Os idosos na faixa etária de 60 a 69 anos, em 1960, eram apenas 1,7% dos moradores do campo; em 1970, este número cresceu para 2,8%, e, na década seguinte, 1980, para 3,8%. Seu crescimento foi sucessivo até o último ano dos nossos dados, 2010, quando idosos na faixa de 60 a 69 anos representavam 8,3% dos moradores das áreas rurais. Na cidade os idosos com 60 a 69 anos eram 3,4% do total de moradores; em 1970, o número subiu para 3,5% e, em 1980, empatou com a porcentagem de idosos rurais na faixa de 60 a 69 anos que era de 3,8%. A partir daí o número foi crescendo até alcançar o valor de 6,2%, no ano de 2010, ficando, no entanto, inferior à porcentagem de idosos no campo.

Também na faixa etária de 70 a 79 anos percebe-se a tendência de crescimento dessa população ao longo dos anos. Em 1960, eles representavam 1% dos habitantes do campo. Já nos anos 1980 atingiram 1,7% e, em 2010, chegaram à porcentagem de 4,1% do total da população residente no campo, no estado de Minas Gerais. Da mesma forma, na cidade, a faixa de idade de idosos de 70 a 79 anos era em 1960 de 1,3%. Em 1991, este número alcançou 2,2% e, em 2010, 3,8%. A faixa etária de 80 a 89 anos era de 0,1%, em 1960, tanto no campo como na cidade e, mesmo que esse aumento tenha sido discreto entre os anos, tanto na cidade como no campo atingiu o valor de 1,5%, em 2010. Tais dados evidenciam tendências apontadas em estudos, como o de Lebrão (2007), que aponta que as transformações sofridas no sistema de saúde pública, bem como o acesso às tecnologias voltadas para a saúde no cuidado como fatores diretamente ligados à possibilidade de maior longevidade e envelhecimento da população.

De maneira geral, considerando todas as faixas etárias que compõem a categoria de idosos, percebe-se que, em 1960, os idosos no campo representavam 2,8% do total de moradores. Em 1980, este número aumentou para 5,6%, e, em 1991, continuou crescendo, chegando a alcançar 7,4%, no ano de 2000, 8,3% e, em 2010, 14,1% da população total do Estado. Na cidade o resultado foi bastante parecido com o do campo. Em 1960, 4,7% dos moradores da cidade eram idosos; em 1970, este número aumentou para 5,1% e, em 1980, para 5,9%. Em 2000, atingiu 8,8% e, em 2010, chegou a 11,6%. Ou seja, os dados apontam para uma tendência de crescimento da porcentagem de idosos na população em Minas Gerais.

Com base nas análises realizadas, pode-se afirmar que o perfil etário dos moradores do campo se transformou consideravelmente com o passar dos anos. Para Lebrão (2007), as melhores condições de vida e acesso à saúde das pessoas não são a única explicação para os resultados obtidos com relação a uma maior presença de idosos tanto no campo como na cidade. Segundo ele, a transição etária que o país está passando é a maior justificativa para o fenômeno. Entretanto, segundo Carvalho e Rodríguez-Wong (2008), para se afirmar a existência de uma transição na estrutura etária de um país, dois aspectos devem ser considerados: o tamanho da população e sua distribuição por idade. E, para que haja alteração nestes componentes, outros aspectos demográficos como a fecundidade, a mortalidade e as migrações são relacionados. Dessa forma, a alteração dos dois primeiros fatores está diretamente relacionada aos nossos resultados. “A fecundidade é a grande definidora da estrutura etária, tendo a mortalidade apenas um papel secundário” (CARVALHO, 2004:6). Dessa forma, o declínio rápido e generalizado da fecundidade no Brasil é o responsável pelas alterações na estrutura etária brasileira.

Conforme sintetizado na tabela 5, em 1960, a casa no campo era habitada em grande parte por crianças de até 9 anos de idade, que representavam 33,9% da população. O segundo maior grupo de moradores era o dos jovens adultos entre 20 e 39 anos de idade, o qual representava 27,1% da população. Havia em 1960 uma presença pouco expressiva de idosos (2,8%) na casa. Já em 2010, ano final da nossa análise, pode-se perceber um perfil etário dos moradores do campo muito diferente deste primeiro apresentado, em função da predominância de crianças adolescentes terem sido substituídas, em 2010, pelos jovens adultos, faixa etária compreendida entre 20 e 39 anos. O segmento destes jovens adultos ganhou proeminência nos anos de 2010, representando 28,4% das pessoas que viviam no campo. O segundo grupo mais

expressivo de moradores do campo passou a ser o de adultos (pessoas na faixa etária de 40 a 59 anos), que representavam 23,4% dos moradores em 2010. A presença das crianças e adolescentes que, em 1960, se dava de maneira tão massiva se tornou pouco expressiva, representando 15,2% e 19%, respectivamente. A surpresa veio com relação à faixa etária dos idosos que, em 1960, tinha pouca expressividade; mas, em 2010, passou a representar 14% dos moradores do campo. Percentual esse que representa um grande salto comparativamente às décadas anteriores. Esta porcentagem de idosos tem grande significado ainda quando se pensa que a universalização da aposentadoria rural se deu em 1992. Estudos, como o de Barros (2014), apontam, inclusive, para a influência do acesso à aposentadoria no processo de urbanização dos modos de vida no campo.

**Tabela 5** - Caracterização dos moradores dos domicílios no campo e na cidade em 1960 e 2010, no estado de Minas Gerais.

	Caracterização dos moradores dos domicílios em 1960		Caracterização dos moradores dos domicílios em 2011	
	Campo %	Cidade %	Campo %	Cidade %
<b>Crianças</b>	33,9	28,8	15,2	13,7
<b>Adolescentes</b>	23,6	23,2	19,0	17,1
<b>Jovens adultos</b>	27,1	28,8	28,4	33,5
<b>Adultos</b>	12,5	14,3	23,4	24,1
<b>Idosos</b>	2,8	4,8	14,0	11,6
<b>Total</b>	100%			

Fonte: IBGE (1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010) por meio de IPMUS - International (2016).

Já na cidade, em 1960, a casa era habitada em sua maioria por dois grupos distintos, o das crianças de até 9 anos de idade (28,8%), e bem próximo a eles, em porcentagem, os jovens adultos com idade entre 20 a 39 anos, que representavam 27,1% da população citadina. O segundo grupo etário que mais possuía moradores na cidade eram os adolescentes, pessoas de 10 a 19 anos de idade, que abarcavam 23,2% dos moradores da cidade. Os adultos (pessoas na faixa etária de 40 a 59 anos) representavam 14,3% e os idosos 4,8%. Registra-se também na cidade o predomínio de uma população jovem, nos anos de 1960, quando comparada com 2010. Na década de 2010, notou-se um claro envelhecimento da população citadina. Grande parte do contingente populacional citadino, especificamente 33,5%, era formado por jovens adultos, e o segundo grupo que possuía maior quantidade de moradores eram os adultos, que somavam 24,1% do total de moradores da cidade em 2010. Os adolescentes decaíram no total da população, se tornando, em 2010, 17,1% do total de moradores

citadinos e atrás deles as crianças com 13,7%. Tal tendência de envelhecimento da população pode ser ilustrada pelo crescimento do grupo de idosos que, na década de 1960, não chegava a 5%, alcançando 11,6% da população da cidade. Este resultado evidencia o quanto a população idosa se tornou representativa e alcançou, tanto no campo como na cidade, mais de 10% da população. Ao somarmos os idosos do campo e da cidade na década de 2010, percebe-se que eles saltaram de 7,5% em 1960 para 25,6% da população do estado de Minas Gerais, em 2010. Segundo Salgado (2002), usualmente é considerada idosa toda pessoa que possui mais de 65 anos. E, quando a proporção de idosos é maior que 10% do total da população, considera-se que esta população apresenta uma estrutura velha (considerando a idade).

De acordo com Carvalho (2004), no Brasil, a taxa de crescimento é a resultante da diferença entre a taxa bruta de natalidade (TBN) e a taxa bruta de mortalidade (TBM). Na década de setenta, houve declínio de mortalidade no país, fato que ajudou no contrabalanceamento causado pela queda na fecundidade que resultou em um estreitamento da pirâmide etária relativa à população com menos de 10 anos de idade, pelo número reduzido de nascimentos. Assim, com diminuição contínua da proporção de crianças na população brasileira iniciou-se o processo de envelhecimento da população brasileira. Para Carvalho (2004:8), “a estrutura etária é resultante da fecundidade e mortalidade do passado, das 7 ou 8 décadas anteriores”, as quais definem “a estrutura etária relativa, e das funções de fecundidade e mortalidade correntes”.

Seguindo a tendência nacional, a população residente no campo e na cidade, no estado de Minas Gerais brasileira também envelheceu. Além do envelhecimento, também foi possível observar outras mudanças no seu perfil demográfico, como as mudanças no estado matrimonial, conforme apresentado na tabela 6.

**Tabela 6 - Estado civil dos moradores do estado de Minas Gerais, de 1960 à 2010** <sup>5</sup>.

	1960		1970		1980		1991		2000		2010	
	CP %	CD %	CP %	CD %	CP %	CD %	CP %	CD %	CP %	CD %	CP %	CD %
<b>Solteiro ou nunca casado</b>	65,2	64,4	66,1	65,5	62,6	60,9	59,6	56,2	54,2	51,4	46,2	45,9
<b>Casado ou em uma união</b>	31,3	29,9	30,1	29,1	33,1	33,3	36,4	36,8	40,1	38,9	45,2	41,4
<b>Separado ou divorciado</b>	0,9	1,5	0,9	1,4	0,6	1,3	1	2,7	2,7	5,7	5	8,4
<b>Viuvo (a)</b>	2,8	4,2	2,9	3,9	2,8	3,7	2,7	3,9	3	4	3,6	4,3
<b>Desconhecido ou desaparecido</b>	-	-	-	0,1	0,9	0,8	0,3	0,4	-	-	-	-
<b>Total</b>	100%											

Fonte: IBGE (1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010) por meio de IPMUS - Internacional (2016).

Os dados da tabela 6 apontam que os mineiros ficaram menos solteiros, no decorrer dos últimos 50 anos. Entre as décadas de 1960 para 2010, expressivas transformações ocorreram na condição matrimonial. O número de pessoas solteiras ou que nunca haviam se casado no campo em 1960 em Minas Gerais, era de 65,2% da população. Apenas na década de 1970 esta porcentagem aumenta, passando a 66,1%. A partir da década de 1980, passa a haver um declínio na porcentagem de solteiros ou nunca casados, que atinge, no ano de 2010, 46,2% do total de moradores do campo.

A diminuição da condição de solteiro fica mais evidente ao se observar os dados relativos à porcentagem de casados ou em uma união estável em 1960, que representava 31,3% dos habitantes do campo. Há um movimento contrário ao observado no número de solteiros ou nunca casados, visto que, a partir da década de 1980, a porcentagem de casados no campo só aumentou: 33,1%, em 1980; 36,4%, em 1991; 40,1%, em 2000; 45,2%, em 2010.

As alterações referentes ao estado civil também se relacionam com as alterações na estrutura etária da população brasileira apontadas por Carvalho (2004); Carvalho e Rodríguez-Wong (2008). Segundo esses autores, há um envelhecimento da população,

<sup>5</sup> Esta variável envolveu a fusão entre duas formas de caracterizar o estado civil, a primeira delas é o estado civil que se baseia nas uniões perante a lei, a segunda é o estado conjugal que se baseia em como as pessoas realmente vivem (coabitações, uniões consensuais, dentre outras). A escolha por agregar estes dois tipos de informação se deu por sua complementariedade a partir da visualização dos dados. Caso houvesse a escolha por separar as uniões por tipo, a porcentagem de pessoas não pertencentes ao universo pesquisado seria muito alta, não permitindo uma clara visualização das tendências apontadas pela variável como um todo, que neste caso são a nossa maior preocupação. Dessa forma, visualiza-se a tendência de uma maior porcentagem de pessoas vivendo em um relacionamento, seja ele regulamentado perante a lei, ou não.

consequente de uma diminuição da fecundade e que resulta em uma diminuição da natalidade. Este fenômeno leva ao envelhecimento da população, logo, a porcentagem de pessoas com idade para se casar aumenta, ocasionando em uma maior porcentagem de pessoas casadas ou em uma união.

Contudo, para os moradores do campo, se por um lado, houve um número maior de casados, por outro, este aumento também resultou em um maior número de separações e divórcios. Um dos indícios das alterações provocadas pela modernidade está associado às modificações nas formas de interação dos indivíduos. Por isso, tradições, costumes, hábitos e outras práticas sociais estão sendo alteradas pelas pessoas para que elas correspondam às suas novas expectativas e desejos (GIDDENS, 2002). O referido autor chama de relação “pura” o fato de, em um relacionamento, o casal (pessoas envolvidas) criar suas próprias regras, independente do que é pregado nos âmbitos local e global. As regras são elaboradas por eles, de acordo com o que consideram “melhor” de cada um. Os meios e as instituições sociais, políticas, religiosas, educacionais, científicas, dentre outras, passam a ter uma participação “menor” em suas vidas. Elas não ditam mais as regras sobre o que é certo ou errado, continuam existindo; mas, tem seu poder diminuído. Simultaneamente a importância do eu para o mundo se mostra mais forte, orientadora das ações.

Dentro do contexto analisado, as colocações de Giddens (2002) permitem inferir que o valor dado às uniões passa a ser relativizado de acordo com o casal e que, por causa disso, a dissolução de relacionamentos, que outrora era algo inimaginável, passa a ser a decisão mais plausível para que ambos possam seguir suas vidas, buscando a satisfação de si mesmos.

Ainda remetendo aos dados apresentados na tabela 6, observa-se que as porcentagens referentes às pessoas separadas ou divorciadas no campo, representavam, em 1960, 0,9% da população, se mantendo praticamente estável até o ano de 1991, quando o percentual de separados ou divorciados ficou em 1%. Todavia, no ano de 2000, houve um crescimento deste percentual, alcançando, 2,7% da população. E, mantendo esta tendência de crescimento, em 2010, tendo chegado a porcentagem de separados ou divorciados no campo em Minas Gerais a 5%.

A cidade manifestou as mesmas tendências sociodemográficas relativas ao campo quando se observou a condição matrimonial; ou seja, houve um aumento no percentual de casados, assim como, de divorciados e separados. Em 1960, os separados ou divorciados do estado de Minas Gerais representavam 1,5% da população da cidade.

Este número permaneceu estável até o ano de 1991, quando cresceu de forma ainda mais significativa que no campo, alcançando a porcentagem de 2,7% da população. Análogo aos resultados relativos ao campo, na cidade, de acordo com o censo demográfico do ano de 2000, a porcentagem de pessoas separadas ou divorciadas cresceu, chegando a 5,7%. Este percentual aumentou ainda mais em 2010, alcançando 8,4% do total da população, crescimento muito superior ao observado no campo. Também à respeito ao número de viúvos, tanto no campo quanto na cidade, notou-se um aumento percentual.

Em relação ao número de viúvos, os dados apresentados na tabela 6 mostram que, em 1960, esse segmento era de 2,8% no campo e 4,2% na cidade, alcançando, em 2010, as porcentagens de 3,6% no campo e 4,3% na cidade. De acordo com Nicodemo e Godoi (2010) e Salgado (2002), as mulheres são representantes da maior parte dos idosos em todo o mundo e a expectativa de vida feminina é de cinco a sete anos a mais que a expectativa de vida dos homens. Outro fator apontado por Salgado (2002) e Barros (2014), é que a proporção de viúvas é superior à de viúvos na faixa etária de idosos, pois, tradicionalmente, os homens tendem a se casar com mulheres mais jovens. Dessa forma, a probabilidade de sobrevivência da mulher com relação aos homens se torna maior. Outra razão que pode ser considerada com relação a este resultado é a maior porcentagem de recasamentos de homens viúvos do que de mulheres, conforme dados da tabela 6, apresentada anteriormente.

Como pôde ser observado, ao longo das últimas seis décadas, pode-se estimar que a população de casados, que era menor do que a de solteiros, aumentou, e, em contrapartida, a população de solteiros que era maior, em Minas Gerais, diminuiu. É plausível afirmar assim, que, em 2010, as casas no campo fossem compostas por agregados populacionais com porcentagens muito próximas de casados e solteiros. Assim, quando se observa a condição matrimonial na cidade, onde a porcentagem de solteiros era, em 2010, de aproximadamente 46%, e a de casados de 41%, registra-se uma maior desigualdade nos percentuais que aqueles observados no campo. Dessa forma, é de se esperar que as casas citadinas, embora também pudessem apresentar, em 2010, conglomerados populacionais mais equilibrados entre si, ainda assim, apresentavam uma composição mais desigual entre as porcentagens de casados e solteiros, do que as casas do campo.

Uma outra especificação interessante na condição matrimonial pode ser observada no lócus no qual se realiza a cerimônia: civil e/ou religioso, tal qual se apresenta na tabela 7.

**Tabela 7** - Detalhamento do estado civil dos moradores em Minas Gerais, de 1960 à 2010.

	1960		1970		1980		1991		2000		2010	
	CP%	CD%	CP%	CD%	CP%	CD%	CP%	CD%	CP%	CD%	CP%	CD%
Casado no civil	1,9	1,8	2,2	2,1	2,7	3	3,2	4,2	3,8	4,9	5	5,8
Casado no religioso	7,2	2,5	5,1	1,6	3,2	1,1	1,9	0,7	1,8	0,7	1,6	0,7
Casado no civil e no religioso	21,4	24,5	21,9	24,2	25,7	26,9	28,2	27,4	28,8	25,5	28,2	23,8
<b>Total</b>	<b>30,5</b>	<b>28,8</b>	<b>29,2</b>	<b>27,9</b>	<b>31,6</b>	<b>31</b>	<b>33,3</b>	<b>32,3</b>	<b>34,4</b>	<b>31,1</b>	<b>34,8</b>	<b>30,3</b>

Fonte: IBGE (1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010) por meio de IPMUS - Internacional (2016).

\*Nesta tabela são desconsiderados os valores para solteiros, separados ou divorciados e viúvos.

Observa-se nos últimos 50 anos que, tanto no campo, como na cidade, houve um crescimento do número de casados no civil com relação ao religioso. Contudo, a concomitância do casados no civil e religioso também aumenta. Assim, observa-se, de fato, uma expansão dos direitos civis para o campo, em virtude do crescimento das uniões realizados em cartório. Detalhando esta afirmação, podemos observar que, com relação aos que se declararam casados ou em uma união, os dados apontam que, em 1960, o número de casados somente no civil no campo era de 2,1%. No ano de 1980, esta porcentagem alcançou a marca de 2,7% e, em 2010 chegou a 5%, representando uma porcentagem de aumento de 28,48% desde os anos de 1960. Este resultado é contrário ao número de pessoas casadas somente no religioso que diminuiu, de 7,6%, no ano de 1960, para 5,1%, na década de 1980, diminuindo ainda mais no ano de 2010, em que marcou 1,6%. Esta porcentagem equivale a uma diminuição de 89,24% no número de pessoas casadas somente no religioso de 1960 a 2010. No caso de pessoas casadas tanto no civil quanto no religioso, temos que, em 1960, no campo, em Minas Gerais, esta modalidade correspondia a 21,6% das uniões. As porcentagens chegaram a 28,2% das uniões em 2010.

Em adição ao campo, constatou-se também os dados sobre as segmentações do estado civil para a cidade. Em 1960, a porcentagem de casais casados somente no civil era de 2%. Em 1991, este número aumentou para 4,2% e atingiu no ano de 2010, 5,8%,

em 2010, representando um aumento de 1233,24%<sup>6</sup> ao longo dos anos analisados. Pessoas casadas somente no religioso, eram, em 1960, 3%, e foram diminuindo através das décadas, chegando a 0,7%, no ano de 2010. Já no caso das uniões realizadas no civil e no religioso, que, em 1960, representavam 21,6%, foram aumentando continuamente até alcançarem, em 1991, 27,9% das uniões. A partir deste ano, os matrimônios celebrados no civil e no religioso passaram a diminuir, alcançando 23,8%, no ano de 2010.

Quando a variável união consensual é analisada, a porcentagem de moradores do campo em Minas Gerais que se enquadravam em uma união consensual em 1960 era de 0,7%. Esta porcentagem foi aumentando ao longo dos anos de modo que, em 1980, alcançou 1,6%. A tendência de aumento se mantém e os que se declararam em uma união consensual em 2010 foram 10,2% dos moradores do campo no estado de Minas Gerais. Este número representa um aumento de 590,8% ao comparar os valores de 1960 com os valores de 2010. Já os que se declararam em 1960 estarem casados representavam 30,6% dos moradores do campo. Esta porcentagem oscilou até 1980 quando ela alcançou os 31,6% dos moradores do campo mineiro e firmou uma tendência de aumento, alcançando, em 2010, 34,7%. Apesar destes valores, uma grande porcentagem dos moradores do campo ficou contida no grupo NIU (fora do universo)<sup>7</sup> sendo os valores referentes a este grupo, em 1960, 68,7%. As porcentagens de pessoas fora do universo foram diminuindo através dos anos, porém, em 2010 eles ainda representavam 55% do total de respostas para esta variável.

Quando se analisam os resultados para as cidades mineiras, tem-se que, os que se declaravam em uma união consensual, em 1960, era 1,1%. As porcentagens foram subindo até que, no ano 2000, alcançou os 7,7%, e em 2010 chegou aos 10,9%; aumento de 3747,6%<sup>8</sup>, se comparado ao ano de 1960. Já os que não estavam em uma união consensual, mas casados, eram 28,8% em 1960. As porcentagens deste grupo

---

<sup>6</sup> No ano de 1960, os 2% referentes aos moradores da cidade casados somente no civil representavam 72.520,0 pessoas. Já em 2010 os 5,8% representavam 966.868,4 pessoas. Utilizando a fórmula de porcentagem de aumento  $(\text{Valor Final} - \text{Valor Inicial} / \text{Valor Inicial} * 100)$  alcançou-se a porcentagem de 1233,24%.

<sup>7</sup> NIU (fora do universo): O universo é a população em risco de ter uma resposta para a variável em questão. Em alguns casos, não há informações independentes em uma amostra para verificar um universo. Os casos que estão fora do universo para uma variável são rotulados como "NIU (fora do universo)" na página de códigos. As diferenças no universo de uma variável em amostras são uma questão comum de comparabilidade de dados.

<sup>8</sup> No ano de 1960, o 1,1% referentes aos moradores da cidade em uma união consensual representavam 42.220,0 pessoas. Já em 2010 os 10,9% representavam 294.980,4 pessoas. Utilizando a fórmula de porcentagem de aumento  $(\text{Valor Final} - \text{Valor Inicial} / \text{Valor Inicial} * 100)$  alcançou-se a porcentagem de 3.747,6%.

oscilaram ao longo dos anos sem apresentar uma tendência, porém, em 2010 eles alcançaram 30,2% dos moradores da cidade 327,1%. Ao longo dos anos, os moradores das cidades mineiras que não se incluíam nesse universo diminuíram tendo começado a análise, em 1960, representando 70% dos cidadãos, e terminando, em 2010, com 58,9% de representação.

Comparando os resultados obtidos no campo com os da cidade, tanto com relação à variável estado civil, quanto a variável união consensual, houve uma tendência de acompanhamento dos valores, guardadas as diferenças de proporção e de porcentagem entre as amostras envolvidas, pois a maior parte da amostra considerada nos dois casos se declarou casada.

Tal afirmação pode ser feita, pois, houve diminuição no número de pessoas solteiras, assim como, aumento no número de pessoas casadas, de pessoas separadas e divorciadas, tanto no campo, como na cidade. O mesmo aconteceu com os casados somente no civil ou no religioso, tendo havido aumento no primeiro tipo e diminuição do segundo tipo. Já com relação ao número de pessoas casadas no civil e no religioso, com relação aos anos 1960 até o ano de 1980, houve um aumento. Porém, a partir de 1991, o número diminuiu e, em 2010, representava 23,8% dos casos. Os dados apontam, portanto, para uma maior valorização de pessoas casadas no religioso até a década de 1960, onde os valores tradicionais colocavam-se como forte referência para o comportamento dos indivíduos. Entretanto, à medida que outras indicações comportamentais colocaram-se, associadas à emergência dos valores individuais na sociedade moderna, divórcios, separações e as próprias uniões realizadas no civil, colocaram-se como possibilidade, não somente de manutenção dos direitos patrimoniais, mas de felicidade individual, atingindo tanto o campo, como a cidade.

Na casa do campo, em 1960, predominavam os solteiros que somavam mais de 60% do total de moradores do campo (tabela 6) e, em segundo lugar, os casados ou pessoas em uma união. As separações estavam pouco presentes, somando menos que 1% dos casos. Em 2010, no campo, o número de solteiros passou a ser menos que a metade do total de moradores e o de casais subiu para 45,2%. Separações e divórcios que, em 1960, não chegavam a 1% passaram a expressar 5% dos casos. Com isso, em resumo, pode-se afirmar que os rurais estavam se casando mais, assim como estavam se separando mais, no ano de 2010.

Na cidade a situação foi bem parecida com a observada no campo. Em 1960, havia alto índice de solteiros, pouco menos de um terço de casados ou em uma relação,

e menos de 2% de separações. No ano de 2010, constatou-se que o número de solteiros diminuiu se comparado ao ano de início da análise, assim como, o número de matrimônios aumentou. As separações e divórcios também aumentaram alcançando 8,4%. Em resumo, a mesma constatação feita para o campo pode ser aplicada à cidade, pois houve um maior número de pessoas casadas, assim como de divórcios e separações.

As variáveis estado civil e número de casais na casa ajudam a reconstituir, juntamente com outras variáveis, apresentadas na tabela 8, o perfil das famílias que vivem no campo no estado de Minas Gerais e sua organização/composição, bem como, perceber alterações no núcleo familiar mais estrito. Continuando a construção do perfil do morador que vive no campo e sua relação com o morar, foram coletados os dados referentes ao número de casais casados, habitando na mesma casa, que permitiu observar que o número de habitações com um casal predomina tanto no campo quanto na cidade, acompanhando uma tendência urbana de casas compostas por famílias nucleares. As famílias extensas que conviviam em uma mesma moradia, característica típica do modo de vida rural, vão se tornando menos frequentes. De forma específica, os dados apontam que, no estado de Minas Gerais, as moradias sem a presença de casais aumentaram em porcentagem, de forma que passaram de 10%, em 1960, para 12,2%, no ano 2000, e para 15,9%, em 2010. Do mesmo modo, na cidade, as mudanças com relação ao número de casais presentes na habitação apresentaram tendências similares às observadas no campo. Em 1960, as residências sem a presença de casais casados eram 17,1%; em 2000, este número aumentou para 21,9% e, em 2010, chegou a representar 25,9% dos domicílios na cidade em Minas Gerais, tendência, portanto, mais forte que aquela observada no campo (tabela 8).

**Tabela 8** - Número de cônjuges casados no civil ou em uma união na habitação em Minas Gerais, de 1960 à 2010.

	1960		1970		1980		1991		2000		2010	
	CP%	CD%	CP%	CD%	CP%	CD%	CP%	CD%	CP%	CD%	CP%	CD%
<b>Sem casais</b>	10,0	17,1	10,7	17,5	10,4	16,3	11,3	18,8	12,2	21,9	15,9	25,9
<b>1 casal</b>	87,5	79,5	87,1	79,5	87,3	80,9	86,1	78,2	84,8	75,4	80,7	71,3
<b>2 casais</b>	2,4	3,2	2,1	2,9	2,2	2,7	2,5	2,9	2,9	2,6	3,2	2,7
<b>3 casais</b>	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1
<b>Total</b>	100%											

Fonte: IBGE (1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010) por meio de IPMUS - International (2016).

Os dados apresentados na tabela anterior mostram que, embora as casas habitadas por um único casal predominem no campo, este tipo de composição domiciliar sofreu uma diminuição ao longo dos 50 anos analisados. A partir de uma análise mais detalhada, é possível perceber que, na casa rural, em 1960, o número de casas sem casais casados era de 10% e das habitações com um casal eram quase 90% dos casos. Já no ano de 2010, o número de moradias sem casais casados passou a 16%, e a porcentagem de habitações com somente um casal diminuiu, ficando próximo dos 80%. Também na cidade, as habitações sem a presença de casais casados se tornaram bastante representativas, chegando a ser mais que um quarto da condição de habitação dos domicílios da cidade, no estado de Minas Gerais. Da mesma forma em que aconteceu no campo, as habitações, cujos componentes era de apenas um casal, diminuíram sua representação na cidade.

Os dados anteriores evidenciaram, portanto, a tendência tanto no campo quanto na cidade de casas compostas por famílias com um casal, com ou sem filhos. Quando se analisa mais especificamente o número de habitantes por casa, percebe-se que houve uma redução do mesmo ao longo das cinco décadas analisadas. Os resultados apontam para uma diminuição na quantidade média de moradores, tanto nas casas situadas no campo, quanto nas casas citadinas. Como pode ser observado na tabela 9, as habitações que possuíam, em 1960, mais de cinco pessoas equivaliam a 77,8% do total de moradores do campo. Casas com até quatro pessoas representavam 22,2% do total de habitações. Os dados de 1960 nos permitem afirmar que as famílias tinham em média seis moradores e que pouco menos de um terço delas abrigava nove ou mais pessoas, podendo este número chegar a 27 pessoas. Acrescentamos que, na cidade, em 1960, 73,6% das habitações abrigava cinco ou mais moradores, já as casas com até quatro moradores representavam 26,5% das habitações citadinas. Portanto, na cidade, podemos afirmar que pouco mais de um quarto dos moradores habitava em casas com até quatro moradores, sendo esta a mesma tendência observada no campo.

**Tabela 9** - Número de pessoas vivendo na mesma casa em Minas Gerais, de 1960 à 2010.

Nº de Pessoas	1960		1970		1980		1991		2000		2010	
	CP%	CD%	CP%	CD%	CP%	CD%	CP%	CD%	CP%	CD%	CP%	CD%
<b>1 a 4</b>	22,2	26,5	22,4	25,9	28,2	32,6	34,4	44,2	44,3	56,4	61,1	69,1
<b>5 a 7</b>	37,2	37,1	36,5	37,9	37,5	40,1	42	42,5	40,5	36,1	31,5	27,3
<b>8 a 10</b>	30,1	25,8	28,0	25,1	25,9	21	18,6	10,8	12,3	6,2	6,1	3,2
<b>11 ou +</b>	10,5	10,6	13,1	11,1	8,4	6,3	5	2,5	2,9	1,3	1,3	0,4
<b>Total</b>	100%											

Fonte: IBGE (1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010) por meio de IPMUS - International (2016).

De acordo com os dados do recenseamento de 1970, a tendência de distribuição do número de moradores nas casas do campo e da cidade, em Minas Gerais, permanece muito próxima às observadas na década de 1960. Entretanto, é na década de 1980 que as mudanças se tornam mais evidentes. As habitações com até quatro pessoas passaram de 22,2% na década de 1960 para 28,2% dos moradores do campo na década de 1980. No que diz respeito às cidades, as casas com até quatro moradores passaram a representar 32,6% dos domicílios. Concomitantemente a esta tendência de aumento do número de casas com até quatro moradores, observou-se uma diminuição na porcentagem de domicílios com cinco ou mais moradores, tanto no campo, quanto na cidade, na década de 1980, em Minas Gerais. A mesma tendência observada na década de 1980 se manteve na de 1990. Domicílios com até quatro moradores passaram a representar 34,4% dos domicílios ocupados no campo, em Minas Gerais. Seguindo a mesma tendência de diminuição no número de moradores por habitação do campo, na cidade, em 1991, os números não foram muito diferentes: a porcentagem de habitações com número reduzido de moradores, de até quatro pessoas, aumentou para 44,3% nas casas citadinas. Para se ter uma ideia mais clara do quanto a diminuição do número de moradores nos domicílios foi impactante para a família, foi possível observar que a média de moradores por habitação que, em 1960, era de seis moradores por domicílio, passou a ser de quatro pessoas, em 1991.

No ano 2000, a tendência verificada de diminuição na quantidade de moradores da casa foi mantida. No campo a maior porcentagem de moradores por moradias, como observado na década anterior, se alterou novamente e diminuiu ainda mais o seu tamanho. Habitações com até quatro moradores equivaleram a 44,2% das moradias no campo, no estado de Minas Gerais. Também na cidade pode-se perceber um aumento na porcentagem de habitações com um número reduzido de moradores. Casas com até

quatro moradores representavam, em 2000, 56,4% das habitações citadinas contra 44,3% em 1991.

Quando se observa os últimos dados disponibilizados pelo censo, em 2010, percebe-se a permanência desta tendência de diminuição do número de habitantes por domicílio em Minas Gerais, tanto no campo como na cidade. No ano de 2010, no campo temos que habitações com até quatro moradores representavam 61,1% do total das casas rurais mineiras, contra 44,3%, em 2000. Já na cidade, em 2010, as habitações com até quatro moradores passaram a representar 69,1% do total de moradias citadinas contra 56,4% na década de 2000. Goldani (1994), já na década de 1990, destacava esta tendência de que a partir da segunda metade do século XX encontrava-se em curso relacionada à redução no tamanho das famílias brasileiras, bem como uma maior diversificação nos arranjos domésticos e familiares.

A configuração familiar nas sociedades rurais em Minas Gerais seguiu a tendência presente nas famílias citadinas. Do mesmo modo, a casa também foi incorporando os parâmetros da especificidade de cada cômodo e deixando para trás o padrão multifuncional verificado nas casas do Brasil Colônia e Império. Dessa forma, o número de cômodos foi aumentando paulatinamente ao longo das últimas cinco décadas, como pode ser observado na tabela 10. Os dados do censo de 1960 a 2010 expressam esta tendência, ao mostrarem o número de cômodos da casa rural: em 1960, a porcentagem de domicílios rurais com oito ou mais cômodos correspondia à 13,7% e, em 2010, este percentual alcançou 23,6% das moradias. Na cidade o número de cômodos na habitação seguiu a mesma tendência verificada no campo. Em 1960, 43,7% das moradias possuía de cinco a sete cômodos. Esta porcentagem foi aumentando até que, em 2010, as moradias com cinco a sete passaram a ser 60,5% das moradias citadinas.

**Tabela 10** - Número de cômodos na casa em Minas Gerais, de 1960 à 2010.

Nº de Cômodos	1960		1970		1980		1991		2000		2010	
	CP%	CD%	CP%	CD%	CP%	CD%	CP%	CD%	CP%	CD%	CP%	CD%
<b>1 a 4</b>	34,4	31,7	32,1	34,1	27,3	30,1	21,2	20,8	16,1	18,1	13,1	13,9
<b>5 a 7</b>	48,6	43,7	50,2	44,2	52,4	46,8	55,8	53,4	59,2	55,4	63,3	60,5
<b>8 ou +</b>	13,7	20,6	17	18,9	20,2	21,9	23	24,9	24,6	25,9	23,6	25,2
<b>Total</b>	100%											

Fonte: IBGE (1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010) por meio de IPMUS - International (2016).

À medida que o número de moradores da casa, tanto do campo como da cidade, foi diminuindo até atingir a média de quatro moradores, a porcentagem de habitações com cinco a sete e oito ou mais cômodos foi aumentando, também no campo como na cidade. Estes dados apontam que, conforme há uma diminuição no número de moradores da casa no campo, simultaneamente a esta diminuição, há um aumento do processo de individualização na habitação, dado que a razão entre o número de ocupantes e o número de cômodos foi inversamente proporcional. Dessa forma, a valorização da intimidade, um dos marcos da sociedade burguesa, pode ser observado nestes dados, revelando uma tendência à individualização e busca por privacidade por parte dos membros da família, de modo que o indivíduo tenha prioridade em comparação ao coletivo.

De acordo com Carvalho e Almeida (2003), as transformações nas estruturas familiares são um fenômeno que está envolvendo todas as sociedades urbanas ocidentais. Silva e Hasenbalg (2000) apontam que a transição demográfica brasileira foi resultante de uma modificação no comportamento reprodutivo que ocasionou mudanças na composição, nos recursos e na estrutura das famílias. Os principais fatores que resultaram na alteração do perfil das famílias brasileiras foram: a queda da taxa de fecundidade, o aumento da esperança de vida ao nascer, a redução no tamanho das famílias, o aumento no número de casais sem filhos, o aumento das separações e divórcios, o envelhecimento da população brasileira, com maior expectativa de vida das mulheres, e o conseqüente aumento do percentual de viúvas na população (GOLDANI, 1994, CARVALHO; ALMEIDA, 2003, BRUSCHINI, et. al. 2004). Estes fatores permitiram que a família brasileira fosse se tornando mais complexa em composição, muito “motivada” pelo aumento no número de separações, divórcios e recasamentos, pois estas alterações permitem que novas famílias sejam constituídas.

Também na França, Rambaud (1973) já destacava esta tendência de diminuição no número de moradores na casa do campo, na década de 1960, a qual seguia o modelo citadino. O autor argumentava que havia um indicativo de transformação no campo ruralizado, pois, nesta sociedade, a presença de muitos moradores nas casas se justificava pela necessidade de mão de obra para manutenção da família e produção para autoconsumo, sendo esta uma das justificativas para as famílias extensas do passado. Com a crescente industrialização da agricultura e o desenvolvimento de novas ocupações rurais não agrícolas, ao longo do pós Segunda Guerra Mundial, o isolacionismo das propriedades rurais foi dando lugar a formas integradas de relação

com o mercado de trabalho, de serviços e de bens advindos da sociedade urbano-industrial.

Desde o Brasil Colônia a família é retratada como sustentáculo das relações sociais e normas de conduta, predominando nas narrativas o modelo patriarcal, porém, dentro deste processo de transformação das relações entre campo e cidade, os arranjos familiares também se modificam. Dados do censo do ano de 1960 apontavam que os domicílios rurais de Minas Gerais unifamiliares equivaliam a 87,4% do total de domicílios no campo. Embora a literatura acadêmica tenha sempre destacado as numerosas famílias patriarcais rurais como uma característica da sociedade agrária brasileira, dados do censo apontam que, na cidade, a porcentagem de habitações com uma única família equivalia a 78,5%; sendo, portanto, menor do que a porcentagem encontrada no campo.

Quando se observa os dados relativos às décadas posteriores nota-se a tendência de crescimento da porcentagem de uma única família por domicílio tanto no campo como na cidade. No campo, em 1970, o grupo de casas ocupadas por uma única família aumentou de 87,4%, em 1960, para 89,4%. Por outro lado, na cidade, a porcentagem de uma única família habitando um domicílio também aumentou com relação à década anterior, mas, ainda assim, manteve valores inferiores aos encontrados no campo. Em 1970, moradias citadinas ocupadas por uma família foram 82% enquanto na década de 1960 era de 78,5%. Em 1980, no campo os números mantiveram as tendências verificadas anteriormente, dessa forma, a porcentagem de casas com uma família cresceu de 89,3% em 1970 para 95%. No caso da cidade, a tendência de aumento de uma única família por domicílio também foi mantida. O número de habitações com somente uma família passou de 82%, em 1970, para 91,4%, em 1980, se aproximando da porcentagem encontrada no campo. Na década de 1990, no campo, a porcentagem de domicílios que abrigavam somente uma família chegou a 96,5%. O mesmo aconteceu na cidade: a porcentagem de habitações que abrigava somente uma família continuou crescendo chegando a 94,7% das moradias. Já no ano de 2000, essas tendências se mantiveram até que, em 2010, os dados apontaram que, quando se tratava do campo, 97,7% das moradias abrigavam somente uma família. Os resultados para a cidade foram bem próximos aos obtidos no campo, de modo que 97,4% dos domicílios citadinos abrigavam apenas uma família, conforme pode ser observado na tabela 11, que se segue.

**Tabela 11** - Número de famílias por domicílio em Minas Gerais, de 1960 à 2010.

	1960		1970		1980		1991		2000		2010	
	CP %	CD %	CP %	CD %	CP %	CD %	CP %	CD %	CP %	CD %	CP %	CD %
<b>1 Família</b>	87,4	78,5	89,4	82	95	91,4	96,5	94,7	98,4	98	97,7	97,4
<b>2 Famílias</b>	8,3	14,1	7,4	13,1	4	6,9	2,8	4,7	1,4	1,8	2	2
<b>3 ou + Famílias</b>	4,3	7,4	3,2	4,9	1	1,7	0,7	0,6	0,2	0,2	0,3	0,6
<b>Total</b>	100%											

Fonte: IBGE (1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010) por meio de IPMUS - International (2016).

Desta forma, é de se esperar que diante de domicílios nos quais predominem a moradia de uma única família, os arranjos familiares sejam condizentes com um pequeno número de habitantes. De forma geral, os dados apresentados na tabela 12 apontaram que, apesar do arranjo familiar nuclear (casal com filhos) ter se mantido predominante desde o censo de 1960, este tipo de família apresentou uma tendência de queda. De forma contrária, domicílios compostos pela família com agregados cresceu ao longo das décadas.

O dado mais significativo em termos dos arranjos familiares presentes nos domicílios mineiros do campo e da cidade nos dados do censo relativos aos últimos 50 anos diz respeito ao expressivo crescimento das unidades domiciliares unipessoais (pessoas morando sozinhas). Neste tipo de arranjo, houve um aumento de 181,52%, quando se compara o censo de 2010 com o de 1960. Também as famílias compostas apenas pelo casal, sem filhos, obtiveram o segundo maior aumento observado por meio dos dados do Censo. Este arranjo familiar aumentou 76,9%, em 2010, comparado aos percentuais de 1960. A família monoparental também foi um tipo de arranjo familiar que se tornou mais expressivo ao longo das décadas na população do campo em Minas Gerais. Já as “famílias compostas”, aquelas resultantes de recasamentos em que meios irmãos convivem, bem como, possuem madrastas e padrastos, além da presença de agregados outros que não membros consanguíneos. Em 1960, representavam 12,2% das famílias do campo, em Minas Gerais, já no Censo de 2010, este número caiu para 2%, representando uma diminuição de 92%.

**Tabela 12 - Arranjos familiares presentes na casa em Minas Gerais, de 1960 à 2010.**

	1960		1970		1980		1991		2000		2010	
	CP%	CD%	CP%	CD%	CP%	CD%	CP%	CD%	CP%	CD%	CP%	CD%
<b>Unidades domiciliares unipessoais</b>	0,6	1,1	0,9	1,1	1,4	1,3	1,5	1,7	2,1	2,6	3,6	4,0
<b>Casal sem filhos</b>	2,7	2,5	2,8	2,4	3,6	3,5	4,2	4,3	5,5	5,5	9,6	8,1
<b>Casal com filhos</b>	62,6	46,4	63,6	50,0	67,8	57,0	66,9	56,0	63,9	54,4	56,1	48,3
<b>Mono parental</b>	4,8	5,7	5,0	6,8	5,1	7,0	5,5	8,0	5,4	9,6	5,7	10,2
<b>Família estendida</b>	15,9	19,3	13,1	14,4	16,3	21,3	18,0	24,0	20,5	24,7	21,8	26,0
<b>Família composta</b>	12,2	20,3	9,5	15,5	4,8	8,2	3,3	4,9	1,9	2,2	2,0	1,8
<b>Não familiar</b>	0,2	0,5	0,4	0,5	0,3	0,4	0,3	0,4	0,1	0,3	0,4	0,7
<b>Outros tipos</b>	1,0	4,2	4,7	9,3	0,7	1,3	0,3	0,7	0,6	0,7	0,8	0,9
<b>Total</b>	100%											

Fonte: IBGE (1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010) por meio de IPMUS - International (2016).

Os destaques com relação aos arranjos familiares na cidade, no estado de Minas Gerais, foram bem parecidos com as tendências verificadas no campo e apresentadas anteriormente. Assim como no campo, as unidades domiciliares unipessoais aumentaram em 1421,19% na cidade, se comparando os dados do censo de 2010 com os de 1960. Também as famílias constituídas apenas pelo casal, sem filhos, se tornaram mais expressivas, tendo aumentado 1228,12%, em comparação realizada entre 1960 e 2010. Outro arranjo familiar que aumentou sua representação foram as famílias monoparentais que, em 2010, passaram a representar 10,2% das famílias citadinas mineiras, número 635,22% maior do que os registrados no ano de 1960. Já as famílias estendidas cresceram em 446,53% nos 50 anos analisados. As famílias nucleares, compostas do casal e seus filhos permaneceram como o principal arranjo familiar. Apesar disso, se comparado a outros modelos de família, o arranjo nuclear não obteve através dos anos o maior aumento em expressividade, tendo crescido 323,56%: ou seja, menos do que o aumento da representação da família composta pelo casal sem filhos, por exemplo, mas ainda mantendo-se como líder em representação. O único modelo que sofreu diminuição entre as décadas analisadas foi a família composta que caiu de 20,3%, em 1960, para 1,8%, em 2010, diminuição de 446,53%. Porém, ainda assim sua presença é mais expressiva nas cidades que no campo.

Na década de 1960, os três arranjos familiares que estavam mais presentes, tanto no campo, como na cidade eram: família nuclear, família estendida e família composta. No campo, o casal com filhos era o arranjo familiar que mais abrangia os moradores, abarcando 62,6% dos moradores do campo, em 1960. Em segundo lugar ficavam as famílias estendidas, compostas pelo núcleo familiar mais estrito (casal e filhos) com a presença de outros familiares de convívio regular, situação que agregava 15,9% das famílias do campo, em 1960. E, em terceiro lugar ficavam as famílias compostas, que eram representantes de 12,2% dos lares rurais mineiros em 1960.

No contexto citadino, os arranjos que se destacaram são os mesmos do campo (família nuclear, família estendida e família composta), porém, as porcentagens eram diferentes. As famílias nucleares, em relação aos outros tipos de família, também eram maioria na cidade, somando 46,4% das famílias citadinas mineiras. O segundo tipo familiar mais comum na cidade, em 1970, eram as famílias compostas, as quais representavam 20,3% das famílias. Em terceiro lugar, ficavam as famílias estendidas, representantes de 19,3% dos arranjos familiares citadinos, em 1960, no estado de Minas Gerais.

Na década de 1970, os arranjos familiares mais presentes nas casas mineiras continuaram sendo os mesmos da década passada (família nuclear, família estendida e família composta) tanto no campo, quanto na cidade, dessa forma, a maior parte dos dados permaneceu estável. Contudo, pode-se destacar a família nuclear, como não só tendo se mantido como o tipo de família mais presente nos lares do campo em Minas, como também tendo aumentado sua porcentagem de representação de 62,2%, em 1960, para 63,6%, em 1970. Já a família estendida teve sua presença diminuída com relação à década anterior, de 15,9%, em 1960, para 13,1%, em 1970, e a família composta também diminuiu sua representatividade de 12,2%, em 1960, para 9,5%, em 2010, diminuição de 28,19%. De igual maneira, na cidade, a porcentagem de famílias compostas por casais com filhos aumentou de 46,4%, em 1960, para 50%, em 1970. Da mesma forma como ocorreu no campo, na cidade, a família composta diminuiu sua representatividade de 20,3%, em 1960, para 15,5%; além disso, também a família estendida sofreu uma diminuição, só que de 19,3%, em 1960, para 14,4% em 2010.

No ano de 1980, a representatividade das famílias compostas pelo casal com seus filhos manteve a tendência de aumento apresentada na última década e chegou a 67,8% das unidades familiares rurais. As famílias estendidas recuperaram a queda observada entre as décadas de 1960 e 1970 e passaram a representar 16,3% das famílias

do campo, em 1980. Já a família composta, manteve sua tendência de queda verificada em 1970, quando ela representava 9,5% em 1970 e em 1980, chegou a 4,8% das famílias, diminuição de 70,68% em comparação a década de 1960. Mesmo não sendo um dos tipos de família mais encontrados no meio rural, em 1980, as moradias unipessoais ganharam representatividade chegando a 1,4% das famílias, um aumento de 63,96% se comparado a 1960. Na cidade, o percentual de casais com filhos também aumentou consideravelmente em 1980, atingindo 57% das unidades familiares citadinas, aumento de 168,39%, comparando com 1960. Famílias estendidas alcançaram a representatividade de 21,3%, um considerável aumento após a queda verificada na década anterior, em que tinha passado a 14,4%. Já as famílias compostas mantiveram sua tendência de queda, diminuindo de 15,5%, em 1970, e chegando, em 1980, a 8,2% de representatividade entre as famílias citadinas em Minas Gerais. Por outro lado, na cidade, o arranjo familiar, que apesar de não ser um dos mais expressivos mereceu destaque em 1980, foi o dos casais sem filhos, que apresentou um crescimento em sua porcentagem de 2,5%, em 1970, para 3,5%, em 1980, representando um crescimento de 212,15%, comparado a 1960.

No ano de 1991, as famílias nucleares e estendidas mantiveram-se como os arranjos familiares mais expressivos, mas sofreram uma importante alteração em termos percentuais<sup>9</sup>. Já o modelo de família composta cedeu lugar, em termos de representatividade, para a família monoparental<sup>10</sup>. Assim, no campo, em 1991, a porcentagem de casais com filhos, apesar de ter se mantido como o mais preeminente arranjo familiar, diminuiu para 66,9%, representando um encolhimento de 11,68%, com relação a 1980. Seguindo as tendências apresentadas anteriormente para o campo, a família estendida se tornou mais expressiva em 1991, representando 18% das famílias rurais do estado de Minas Gerais. E, em terceiro lugar, por ordem de representação, ficou a família monoparental, que passou de 5,1% de representação, em 1980, para 5,5% dos arranjos familiares do campo. As tendências citadinas verificadas na última

---

<sup>9</sup> Essas mudanças também foram apontadas no estudo de (FADUL, 2000).

<sup>10</sup> Os estudos de Goldani (1994), Scarpellini e Carlos (2011) apontaram aspectos semelhantes ao destacar que a revolução sexual e a entrada das mulheres no mercado do trabalho foram alguns dos fatores que resultaram em mudanças na família. O aumento das separações, motivadas pelos dois fatores indicados anteriormente, resultou no fenômeno social de aumento na porcentagem de famílias compostas por homens ou mulheres solteiros e seus filhos (maior peso das famílias monoparentais entre os arranjos domésticos), sendo que nestes casos, as famílias chefiadas por mulheres são mais expressivas em porcentagem do que as chefiadas por homens. Ao mesmo tempo surgiram também outras configurações familiares: “as famílias monoparentais, constituídas por um dos genitores e os filhos, famílias reconstituídas, formadas por casais separados com filhos de relações anteriores, as famílias homossexuais, com um casal homossexual e filhos e, também, casais sem filhos” (SCARPELLINI e CARLOS, 2011:3).

década foram mantidas, logo, a família nuclear permaneceu sendo o arranjo familiar mais encontrado, sendo 54,4% das famílias. A família estendida apresentou um crescimento de 47,53% com relação a década anterior, tornando-se o arranjo familiar de 24,0% da população citadina mineira. Já a família monoparental, passou a ser o terceiro arranjo mais encontrado nos lares mineiros, e apresentou variação interessante tendo crescido em representação para 8%, aumento de 49,61% comparativamente à década anterior.

No ano 2000, tanto a cidade, quanto o campo, presenciaram uma nova modificação nos arranjos familiares identificados como os mais expressivos<sup>11</sup> nos lares mineiros, tendo sido eles: a família nuclear, a família estendida, a família sem filhos e a família monoparental. No campo, em Minas Gerais, as famílias nucleares, após a queda registrada para 66,9%, em 1991, no ano de 2000 continuaram diminuindo, tendo sido registrado como o arranjo familiar de 63,9% da população do campo. Já a família estendida, manteve sua tendência de crescimento chegando a 20,5%, do total de famílias moradoras do campo em Minas Gerais, em 2000. Além disso, a família monoparental passou para 5,4% em 2000 e a família composta pelo casal sem filhos cresceu 13% ao longo dos anos analisados, chegando aos 5,5%, em 2000. Análogo aos resultados obtidos no campo, na cidade, as famílias integradas pelo casal com filhos também diminuíram sua representatividade com relação à década anterior, que chegou a 54,4% - uma diminuição de 20,66% com relação ao ano de 1991. Novamente, a família estendida seguiu a tendência e registrou, em 2000, um novo aumento, passando de 24%, em 1991, para 24,7%, em 2000, um crescimento de 27,85%; enquanto a família monoparental passou de 8%, em 1991, para 9,6%, no ano 2000, o que representa um aumento da ordem de 48,26% com relação ao ano de 1991.

No ano de 2010, todas as tendências manifestadas tanto para o campo como para a cidade foram intensificadas, como registraram os dados censitários. A família unipessoal passou a representar 3,6% das unidades familiares do campo, aumento de 181,52%, em comparação com o ano de 1960. Já o modelo de casais sem filhos, que, em 1960, representou somente 2,7% das famílias rurais também se intensificou,

---

<sup>11</sup> Fonseca, (2002) e Bilac (2006) apontaram em seus estudos que modelos hegemônicos e homogêneos de família são difíceis de ser identificados no Brasil quando os arranjos familiares contemporâneos são analisados. Pois, embora ainda ansiado por muitos, o modelo de família nuclear em muitos casos não é alcançado pelas condições instáveis em que vive a população, não permitindo sua generalização. Dessa forma, outros modelos passam a existir, sendo eles: famílias monoparentais, casais sem filhos, ou a presença ainda marcante de parentes na unidade familiar.

alcançando o percentual de 9,6%, em 2010 – um crescimento da ordem de 76,93% ao longo das décadas. No caso dos casais com filhos, apesar de esse modelo ter se mantido como o tipo familiar predominante ao longo de todos os anos de nossa análise, tanto no campo como na cidade, a sua representação no total de famílias do estado de Minas Gerais diminuiu, alcançando 56,1%, em 2010, equivalente a uma diminuição de 56,26% em comparação com o ano de 1960. Já a família estendida aumentou sua frequência ao longo dos anos, chegando, em 2010, a representar 21,8% das famílias rurais mineiras. Por outro lado, as famílias compostas foram se tornando menos frequentes no campo mineiro e, em 2010, passaram a representar somente 2% das famílias, uma diminuição de 92,02% ao longo dos nossos 50 anos de análise.

Falando agora das famílias moradoras das cidades mineiras, no ano de 2010, 4% das famílias citadinas eram unipessoais, crescimento de 1421,19%, desde o ano de 1960. A família integrada pelo casal sem filhos também aumentou sua representação nos lares mineiros, chegando a 8,1%, o que representou um aumento de 1228,12% em comparação realizada entre 1960 e 2010. Já as famílias formadas pelo casal com filhos tiveram sua representação diminuída ao longo dos anos na cidade, assim como ocorreu no campo, chegando a 48,3%, pela primeira vez abaixo dos 50%, desde o início da nossa análise. Apesar destas diferenças de representatividade, a família formada pelo casal com os filhos ainda possui a maior representação entre todos os arranjos familiares. Por sua vez, a família monoparental cresceu em 635,22% sua participação desde o ano de 1960 e alcançou, em 2010, 10,2% das famílias citadinas mineiras. A família estendida, no ano de 2010, continuou acompanhando a tendência de crescimento e se tornou representante de 26% das famílias moradoras da cidade em Minas Gerais, tendo crescido 446,3%, nos últimos 50 anos. Também seguindo as tendências verificadas ao longo dos anos, a família composta, no ano de 2010, diminuiu ainda mais sua representação, tornando-se apenas 1,8% das famílias citadinas mineiras.

Por meio dos dados referentes aos diferentes tipos de arranjo familiar e da incidência de cada um deles, tanto na cidade quanto no campo, é possível verificar as transformações nos modelos de família, resultando em uma aproximação entre os arranjos familiares presentes nas áreas urbanas e rurais. Esta aproximação, como apontam Medeiros e Osório (2001), permite afirmar que a maior parte da população vive em moradias com pessoas com as quais tem algum laço sanguíneo. Este fato pode ser percebido por meio da diminuição contínua, que pode ser observada no arranjo familiar composto, único arranjo familiar dentre os analisados que considera a presença

de agregados outros, que não membros consanguíneos. Esta tendência retrata o que Medeiros e Osório (2001) chamam de “limitação do espaço domiciliar a um espaço de coabitação de membros de uma única família”.

Contudo, os autores destacam também que esta tendência não deve levar ao raciocínio errôneo de que está havendo uma padronização dos arranjos familiares brasileiros, pois os dados nos mostram o contrário. O mesmo pôde ser observado em nossa pesquisa, de modo que pôde-se evidenciar que, apesar da família nuclear ter se mantido como o principal arranjo familiar encontrado tanto no campo como na cidade, ela veio perdendo espaço proporcionalmente a outros tipos de família que foram se tornando mais frequentes com o passar do tempo. Ao longo das cinco décadas, os outros arranjos, a saber, as famílias estendidas (compostas pelo núcleo familiar, além dos parentes), o arranjo unipessoal ou a família formada pelo casal sem filhos demonstraram um aumento discreto, porém, contínuo em relação aos outros arranjos de famílias. Esses dados apontam, conforme destacou Medeiros e Osório (2001), para uma tendência de distanciamento do padrão de família nuclear em direção aos arranjos familiares estendidos. Ou seja, os arranjos familiares, tanto no campo, quanto na cidade, tendem a se tornar cada vez menos uniformes, migrando para outros arranjos que não o da família nuclear. Finalmente, pode-se ressaltar que os arranjos familiares, tanto no campo, quanto na cidade, se tornaram menos uniformes, migrando para outros arranjos que não o da família nuclear.

#### **4. Considerações Finais**

Esta pesquisa mostrou a forte influência da cultura urbana sobre a sociedade rural, no que diz respeito à configuração da família e da sua morada. Os dados do censo entre os anos de 1960 e 2010 em relação ao estado de Minas Gerais mostraram que houve um aumento no número de famílias nucleares e diminuição no número de famílias extensas. Este fenômeno aponta para a tendência de individualização das famílias em seus domicílios, também verificada por meio do aumento na porcentagem de habitações com número superior de cômodos, de modo a indicar uma relação inversamente proporcional entre o número de moradores e o de cômodos. A família nuclear, composta pelos progenitores com seus filhos, apresentou uma tendência de desagregação, seguindo a tendência de fragmentação presente na sociedade urbano-

industrial. Ao mesmo tempo, outros arranjos familiares, como a família unipessoal, ou a família formada pelo casal sem filhos, ganharam espaço, tornando a família, cada vez mais uma unidade heterogênea.

A idade dos moradores também foi modificada e as casas rurais passaram a abrigar, em sua maioria, jovens adultos (pessoas de 20 a 39 anos) e adultos (pessoas de 40 a 59 anos), não mais sendo a casa no campo composta, em sua maioria, por crianças e jovens. O fator idade está muito relacionado à diminuição no tamanho das famílias, pois quanto menor o tamanho das unidades domiciliares, menor o tamanho da prole, logo, menor a quantidade de pessoas de baixa idade na família. Esta diminuição da natalidade está relacionada também ao envelhecimento da população ocasionado pela transição da estrutura etária brasileira que leva a um aumento na porcentagem de pessoas idosas (acima de 60 anos) que pode ser verificada por meio da visualização do encurtamento da base da pirâmide etária brasileira. Outra tendência verificada por meio dos resultados da presente pesquisa é que os moradores do campo têm se casado, bem como, se separado mais. Tendência esta também relacionada à transição na estrutura etária, como foi apresentado no texto.

Uma análise da trajetória histórica da família por meio das variáveis analisadas, permitiu tornar palpável a constituição das mesmas, traçando assim um perfil sociodemográfico. Este só foi possível graças às alterações nos padrões identificados desde o ano inicial de nossas análises e à observação e verificação dos fatores relacionados a elas, com o passar dos anos, uma vez que uma análise de 50 anos permite visualizar claramente as mudanças em curso.

Os apontamentos da presente pesquisa acerca das mudanças nos modos de morar no campo, mais especificamente, relacionadas ao perfil do sociodemográfico das famílias que vivem no campo, em Minas Gerais, podem auxiliar os pesquisadores a obterem um panorama de como este processo vem ocorrendo e quais são os principais fatores que estão/estavam relacionados diretamente aos resultados obtidos, permitindo uma ampliação da compreensão do fenômeno. A partir dos dados construídos, pode-se dizer que a cultura urbana foi se tornando mais presente no campo em cada um dos anos analisados e, na maioria das variáveis consideradas, os resultados alcançados foram bastante próximos entre a cidade e o campo, ou os dados do campo, pelo menos, apontaram uma tendência de mudança direcionada para os resultados já verificados na cidade.

Finalmente, deve-se considerar que, esta pesquisa valeu-se dos dados do censo demográfico para delimitar o perfil sociodemográfico das populações investigadas. Esse aspecto em alguma medida pode se constituir um fator limitante na medida em que algum aspecto importante pode não ter sido considerado na construção do estudo, o que pode ser visto como uma limitação do trabalho. Porém, por se tratar de dados característicos de todo o estado de Minas Gerais, a confiabilidade e a representatividade dos dados superam essa possível limitação. Assim, sugere-se que, em pesquisas futuras, este perfil também seja construído para outros estados, permitindo, que comparações e caracterizações por região sejam realizadas, além de uma atualização dos dados após a divulgação do censo demográfico que está previsto para ser divulgado em 2020.

## Referências Bibliográficas

ALGRANTI, Leila Mezan. **Famílias e vida doméstica**. In: *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 1, p. 83-154, 1997.

BARROS, Vanessa Aparecida Moreira de. **A aposentadoria rural e as mudanças nos modos de vida dos idosos que vivem no campo: Em análise os municípios de Piranga e São Miguel do Anta, Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa. Viçosa- MG. 176p. 2014.

BILAC, Elisabete Dória. **Gênero, vulnerabilidade das famílias e capital social: algumas reflexões**. Novas metrópoles paulistas: População, vulnerabilidade e segregação. Campinas: Unicamp/Nepo, p. 51-65, 2006.

BORSA, Juliane Callegaro; NUNES, Maria Lucia Tiellet. **Aspectos psicossociais da parentalidade: o papel de homens e mulheres na família nuclear**. *Psicologia Argumento*, v. 29, n. 64, p. 31-39, 2011.

BRUSCHINI, Cristina; PUPPIN, Andrea Brandão. **Trabalho de mulheres executivas no Brasil no final do século XX**. *Cadernos de pesquisa*, v. 34, n. 121, p. 105-138, 2004.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais (RBEP)*, v. 15, n. 2, p. 45-46, jul./dez. 1999.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; ALMEIDA, Paulo Henrique de. **Família e proteção social**. *São Paulo em perspectiva*, v. 17, n. 2, p. 109-122, 2003.

CARVALHO, José Alberto Magno de. **Crescimento populacional e estrutura demográfica no Brasil**. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.

CARVALHO, José Alberto Magno de; RODRIGUEZ-WONG, Laura L. **A transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade do século XXI**. *Cad. Saúde Pública*. p. 597-605. 2008.

COSTA, Cassiane da; FROEHLICH, José Marcos; CARPES, Ricardo Howes. **Masculinização rural: Uma abordagem a partir da regionalização por sistemas agrários no Rio Grande do Sul**. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 30, n. 2, p. 465-483, 2013.

FADUL, AnaMaria. **Telenovela e família no Brasil**. *Comunicação & Sociedade*, v. 22, n. 34, p. 11-39, 2000.

FONSECA, Claudia. **Olhares antropológicos sobre a família contemporânea**. *Pesquisando a família: Olhares contemporâneos*, p. 55-68, 2002.

FROEHLICH, José Marcos; RAUBER, Cassiane da Costa; CARPES, Ricardo Howes; TOEBE, Marcos. **Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS**. Santa Maria: Ciência Rural, Vol. 41, nº 9. 2011.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. 2.ed. São Paulo: UNESP, 1991.

GUIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOLDANI, Ana Maria. **Retratos de família em tempos de crise**. Estudos feministas, p. 303-335, 1994.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sínteses históricas: Censos Demográficos**. Disponível em: < <https://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/censos-demograficos.html> > Acessado 7 de dezembro de 2016.

IPUMS. Integrated Public Use Microdata Series, International: Version 6.5 [dataset]. Minneapolis: University of Minnesota, Minnesota Population Center. 2017. <http://doi.org/10.18128/D020.V6.5>.

KELLERHALS, Jean, TROUTOT, Pierre-Yves e LAZEGA, Emmanuel. **Microsociologia da Família**. Mem Martins, Publicações Europa-América. 1989.

LEBRÃO, Maria Lúcia. **O envelhecimento no Brasil: aspectos da transição demográfica e epidemiológica**. Saúde Coletiva, v. 4, n. 17, 2007.

MEDEIROS, Marcelo; OSÓRIO, Rafael G. **Arranjos Domiciliares e Arranjos Nucleares no Brasil: Classificação e Evolução de 1977 a 1998**. Rio de Janeiro, RJ (Brasil): IPEA, jun. 2001. 45 p.

NICODEMO, Denise; GODOI, Marilda Piedade. **Juventude dos anos 60-70 e envelhecimento: estudo de casos sobre feminização e direitos de mulheres idosas**. Revista Ciência em Extensão, v. 6, n. 1, p. 40-53, 2010.

PEREIRA, Sandra Marques. **Casa e Mudança Social**. Uma leitura das transformações da sociedade portuguesa a partir da casa. Lisboa. Caleidoscópio. 2012.

RAMBAUD, Placide. **Société rurale et urbanisation**. Paris: Seuil, 1973.

RYBCZYNSKI, Witold; VON STAA, Betina. **Casa: pequena história de uma ideia**. Record, 1996.

SALGADO, Carmen Delia Sánchez. **Mulher idosa: a feminização da velhice**. Estudos interdisciplinares sobre o envelhecimento, v. 4, 2002.

SAMARA, Eni de Mesquita. **O que mudou na família brasileira? Da colônia à atualidade**. Psicologia USP, v. 13, n. 2, p. 27-48, 2002.

SCARPELLINI, Marister; CARLOS, Viviani Yoshinaga. **Monoparentalidade Feminina e Vulnerabilidade Social: a realidade de mulheres chefes de família no município de Apucarana**. Anais II Simpósio Gênero e Políticas, Londrina, 2011.

SILVA, Nelson do Valle; HASENBALG, Carlos. **Tendências da desigualdade educacional no Brasil**. Dados, v. 43, n. 3, 2000.

**- Anexo 1 -**

<b>Rybczynski (1996) Europa - Século XVI a XVIII</b>	<b>Algranti (1997) Brasil – Século XVI a XIX</b>	<b>Variáveis empíricas</b>
<b>Conforto</b>		
<b>França (Séc. XVI a Séc. XIX)</b>	<b>Brasil (Séc. XVI a meados Séc. XVIII)</b>	
Cômodo único e enfumaçado (Séc. XVI)	Poucas portas e janelas obrigando pelo clima a realizar as tarefas fora de casa	Material das paredes
Sem luz elétrica (até Séc.XIX)	Atividades delineadas pela luz do sol	Número de banheiros
Móveis como elemento de distinção social, multifuncionais (Séc.XVI)	Mobiliários e utensílios básicos	Instalações sanitárias
Falta de saneamento básico, uso de utensílios para descarte dos dejetos (Até Séc.XIX)	Transporte da água pelos escravos	Fonte da água
		Esgoto
		Eletricidade
		Destino do lixo
		Televisão
		Geladeira
		Rádio
		Celular
	Falta de instalações sanitárias e sistema de esgoto	Maq. Lavar (automática ou semiautomática)
Paredes que não auxiliavam no aquecimento (Até Séc.XVII)	Casas construídas com material encontrado na região	Computador
		Internet
		Telefone fixo
		Veículo (carro ou moto)
<b>Privacidade</b>		
<b>Holanda (Séc. XVI a Séc. XVII)</b>	<b>Brasil (Séc. XVI a meados Séc.XVIII)</b>	
Casa é local de trabalho e moradia (até Séc. XVI)	Casa palco de varias atividades	Número de pessoas vivendo na mesma habitação
Casa é um salão grande sem divisões ou funções específicas (Séc. XVI)	A casa não se limita a construção principal, possui outras áreas	Número de casais casados na habitação
Banhos coletivos e um momento social (meados Séc. XVI)	Local de trabalho e local de convivência se misturam	Número de mães e pais na casa

Muitos moradores na casa (família, agregados, empregados e aprendizes) (Séc. XVII)	Muitos moradores (família, escravos e empregados), além de ser abrigo para viajantes	Número de famílias por domicílio
Separação de locais de dormir de senhores, criados e seus filhos (Séc. XVII)	Subdivisão da casa sem se importar com a intimidade	Classificação da família
	Atividades de limpeza realizadas do lado de fora da casa	Número de cômodos Número de quartos
<b>Domesticidade</b>		
<b>Holanda (meados Séc. XVII a início Séc. XVIII)</b>	<b>Brasil (Séc.XVI a meados Séc. XVIII)</b>	
Compreensão da vida familiar (meados Séc.XVII a início Séc.XVIII)	Relações concubinárias	Estado civil
Casa organizada de acordo com a necessidade (A partir Séc. XVII)	Rua ou igreja espaços de sociabilidade	Religião
Mudança na forma como o indivíduo se vê (A partir Séc. XVII)		
Casa passa a ser local privado (A partir Séc.XVII)	Os escravos realizam todas as tarefas	Status da atividade
Os moradores cuidam das necessidades da família e dos afazeres da casa (A partir meados Séc.XVII)		Ocupação
		Status do Emprego
<b>Comodidade</b>		
<b>França (Séc. XVII)</b>	<b>Brasil (fim do Séc.XVIII e início Século XIX)</b>	
Móveis como parte da decoração (Séc. XVII)	Valorização da decoração de interiores, aconchego e modernidade	
Aumento no número de cômodos e fixidez na localização (A partir Séc. XVII)		
Divisão da casa e especialização dos cômodos (A partir Séc.XVII)		

## **ARTIGO 2**

**As transformações da casa e seu aparelhamento no meio rural em Minas Gerais: Um resgate a partir dos censos demográficos de 1960 a 2010.**

**A change of the house and its equipment's in Minas Gerais countryside: A rescue from demographic censuses from 1960 to 2010.**

## **Resumo**

As mudanças pelas quais a sociedade urbana passa, sejam elas no âmbito tecnológico ou na esfera dos costumes e dos valores não ficam restritas apenas ao espaço citadino. As sociedades rurais também são perpassadas por estes processos de transformação. Mas, em que ritmo e com que abrangência tais mudanças são absorvidas pelo campo? Este artigo analisou as transformações na estrutura física da casa e no seu aparelhamento, identificando as tecnologias tradicionais e modernas incorporadas na cotidianidade das famílias que vivem no campo, utilizando dados censitários da década de 1960 até 2010, referentes ao Estado de Minas Gerais. Os dados dos censos demográficos usados foram obtidos no projeto Integrated Public Use Microdata Series, International – IPMUS-International que se dedica a inventariar e disseminar microdados do recenseamento de todo o mundo e que, no caso do Brasil, foram obtidos com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Os resultados apontam para uma redução no número de pessoas nas habitações e a conformação do processo de individualização e privatização das famílias rurais que refletem sobre seu padrão de consumo habitacional. Esse se expressa por meio do processo de adoção à lógica urbana, mantendo, entretanto, certas práticas rurais. Conclui-se, portanto, sobre existir uma hibridização dos modos de morar da população rural.

**Palavras-chave:** Habitação rural, modos de morar, Censo demográfico, IPUMS.

## **Abstract**

The changes of the urban society at the technological or at mores and values fields are not restricted to the city. Rural societies are also permeated by these transformation processes. But at what pace and extent are such changes absorbed by the countryside? This article analyzes the transformations in the physical structure of the house and its equipment, identifying the traditional and modern technologies incorporated into the everyday life of families living in the countryside. Therefore, it was used the census database of the Minas Gerais state from 1960 to 2010. The data of the demographic censuses were obtained in the Integrated Public Use Microdata Series, International - IPMUS-International project that is dedicated to make inventory and disseminate microdata from the census of the whole world. In the case of Brazil, the data were obtained with the Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE. The results indicate a reduction in the number of people in the residences and a process of individualization and privatization of the rural families that reflect on their pattern of housing consumption. This is expressed through the process of adoption of urban logic, while maintaining certain rural practices. In conclusion, there is a hybridization of the rural population's ways of living.

**Key-words:** Rural housing, ways of living, Demographic census, IPUMS.

## 1. Introdução

A casa, segundo Pereira (2012), se constitui em um espaço que absorve e corporifica a cultura hegemônica em um determinado tempo e em uma sociedade específica. No Brasil Colônia e Império, por exemplo, a casa patriarcal apresentava uma estrutura física sem a demarcação acentuada da privacidade. Neste período, a noção de público e privado não se manifestava de forma nítida e a ação das famílias dos Senhores de Engenho e dos Coronéis do café se confundia com o próprio poder de mando do Estado Português. Ao se observar a estrutura física da casa durante o período da Colônia e do Império, observa-se esta mesma indistinção entre o público e o privado: o espaço da intimidade e o culto ao privado não existiam. Nesse período, a casa era constituída por meias paredes e a passagem interna entre os quartos consubstanciava uma forma de morar que revelava a não demarcação entre o público e o privado existente na sociedade brasileira. A família extensa, com membros de várias gerações, convivia no espaço doméstico com escravos e outros agregados (ALGRANTI, 1997).

De acordo com Freyre (1980), o domínio senhorial era composto pela casa-grande, a senzala de cima, o pomar, o galinheiro, o chiqueiro, a senzala, o açude, o curral, a roda de engenho, a casa de purgar, o picadeiro, a casa de caldeira, o encaixamento, a casa de farinha, a estribaria, o tanque de mel, a destilaria e o cemitério. Ou seja, em um mesmo espaço, o mundo do trabalho, da religião e da casa se misturavam, sob a égide de um Senhor com o seu poder de mando local.

A escravidão que assolou o país por quase 400 anos se constituiu no sustentáculo desta sociedade de latifúndios, dentro da qual as Casas-Grandes e as Senzalas se ergueram. A falta de recursos e produtos a que os desbravadores estavam acostumados estimulou o desenvolvimento de uma rudimentar indústria doméstica, que processava alimentos, roupas e artefatos necessários para a sobrevivência. A casa não se limitava, portanto, à construção principal, mas, incorporava, também, o quintal, com a criação de aves, porcos e vacas. Escravos e índios realizavam todas as tarefas necessárias para a manutenção das casas. Em meados do século XVI, a lavoura de açúcar se disseminou, tornando-se, segundo Freyre (1980), presente no modo de viver, de produzir e nas relações pessoais dos indivíduos em toda a sociedade:

*“A Casa-Grande de engenho, que o colonizador começou, ainda no século XVI a levantar no Brasil — grossas paredes de taipa ou de pedra e cal, coberta de palha ou telha-vã, alpendre na frente e dos lados, telhados caídos num máximo de proteção contra o sol forte e as chuvas tropicais — não foi*

*nenhuma reprodução das casas portuguesas, mas uma expressão nova, correspondendo ao nosso ambiente físico e a uma fase surpreendente, inesperada, do imperialismo português: sua atividade agrária e sedentária nos trópicos; seu patriarcalismo rural e escravocrata. Desde esse momento que o português [...] tornou-se luso-brasileiro; o fundador de uma nova ordem econômica e social; o criador de um novo tipo de habitação” (FREYRE, 1980, p.35).*

Neste tipo de habitação, brancos e negros se misturavam dentro da casa-grande, tendo as suas relações marcadas pela força e pelo poder do Senhor, que invadia a vida sexual e doméstica, constituindo a base de uma sociedade fortemente hierarquizada e violenta. No modelo de família patriarcal, uma grande parentela se expandiu, resultante de estupros, relações concubinárias e filhos ilegítimos. A rotina da casa-grande pode ser compreendida de maneira mais clara a partir de alguns exemplos das atividades realizadas pelos escravos, como o transporte de água, retirada de rios, poços e cisternas, do esvaziamento do urinol ou dos potes, que recebiam os excrementos, da limpeza realizada do lado de fora da casa, da alimentação; enfim, de todas as atividades relacionadas com a vida na casa (ALGRANTI, 1997). Essa dinâmica de funcionamento da Casa Grande era parte do tripé, sob o qual se sustentava a economia colonial: monocultura, mão de obra escrava e família patriarcal.

Quanto aos mobiliários e utensílios, estes se limitavam ao básico indispensável para suprir as necessidades de abrigo, repouso, alimentação e trabalho. Até o século XVIII, as redes eram o móvel de dormir que mais predominava nas casas, por sua facilidade de montagem e desmontagem, sendo uma opção prática para os cômodos multifuncionais, bem como, para cumprir a sina de seus moradores de buscar sempre um pedaço de terra para sobreviver, no sertão à dentro (ALGRANTI, 1997). As casas das pessoas menos afortunadas refletiam seu caráter improvisado, típico de seminômades que permanecem em um lugar até quando não lhes expulsam. Estas moradias eram feitas do que a natureza ofertava e não possuíam mais que dois ou três cômodos, para dormir e cozinhar, sendo que às vezes, havia uma pequena oficina. Por outro lado, as casas abastadas possuíam mais cômodos, com quartos enfileirados e no fim a cozinha, revelando a falta de privacidade, que caracterizava o período Colonial e Imperial no Brasil. Circundando a casa, existia frontalmente, o alpendre e nos fundos, o quintal. Nas casas dos mais abastados, candeeiros de barro, com banha de porco ou azeite de mamona e pavio de algodão desafiavam, por algum tempo, a escuridão. Para os demais, as luzes da lua e do fogo eram mais usuais. Até na capital, em 1817,

utilizava-se lampião de latão com azeite de mamona ao invés de lâmpadas de vidro ou velas.

Entre o final do século XIX e início do século XX, ferrovias, portos, rodovias, energia elétrica, impulsionados pela economia do café estimularam o desenvolvimento da indústria do setor têxtil, as fábricas de sabão e de velas foram se erguendo, principalmente, em São Paulo. Com a queda da bolsa de Nova York, em 1930, houve um estímulo para a substituição de importações, que também favoreceu o desenvolvimento das incipientes indústrias brasileiras. Contudo, a queda da bolsa trouxe outros efeitos para a economia, dentre eles a bancarrota dos senhores do café, levando-os a ceder espaço aos colonos estrangeiros e aos parceiros. Estas transformações na estrutura agrária, sobretudo, do interior paulista, foram observadas por Candido, em seu trabalho “Parceiros do Rio Bonito”, realizado na década de 1950 no interior paulista. O autor descreve as transformações da agricultura no interior paulista, face ao incipiente processo de industrialização e urbanização das cidades.

Candido (2001) retratou, na referida obra, especificamente, como a vida dos caipiras paulistas foi passando por um processo de transformação que acompanhou as novas dinâmicas econômicas da sociedade brasileira. Para os caipiras retratados por Candido (2001), a passagem de uma economia autossuficiente para o âmbito de economia capitalista trouxe sintomas de crise social e cultural que repercutiu em toda a organização da sua vida social, com rupturas de equilíbrio em todos os planos (ecológico, econômico, cultural, social e psíquico) do caipira. Em 1948, as casas dos parceiros descritas por Antônio Candido obedeciam à planta comum da habitação caipira, dividida em quatro peças de parede a meia altura, sem forro. Parte apreciável das atividades domésticas e do próprio conforto pessoal do caipira se processava no seu exterior. No entorno da casa, ficava o chiqueiro, a chocadeira, a moenda manual, o pilão de pé, a horta e as árvores frutíferas. A vida do caipira se pautava pelo ritmo da agricultura de semisubsistência. As plantações incluíam feijão, arroz e milho, como produtos principais; secundariamente, mandioca e, muito raro, batata-inglesa.

A expansão da economia capitalista trouxe alterações, adaptações aos novos interesses e, às vezes, até o desaparecimento de alguns padrões tradicionais relacionados à vida do caipira. No que diz respeito às relações de trabalho e de comércio, o processo de urbanização trouxe como uma de suas consequências, a abertura de novos mercados e daí a penetração em áreas rurais, de bens de consumo até então desconhecidos. Nas palavras de Candido:

*Necessidades novas, que criam ou intensificam os vínculos com a vida das cidades, destruindo a sua autonomia e ligando-a estreitamente ao ritmo da economia geral, da região (em contraste com a economia particular, centralizada na vida do bairro e baseada na subsistência) (CÂNDIDO, 2001, p. 207).*

Com os novos padrões de vida, técnicas, usos e crenças, o caipira adquiriu novas necessidades de vida. Com isso, por exemplo, ele deixa de utilizar os equipamentos caseiros tradicionais, que ele próprio manufacturava, passando a fazer maior uso de produtos industrializados. Na fase anterior, em que o dinheiro era quase ausente, sucede-se outra em que ele (o dinheiro) assume um papel fundamental, no incremento da compra e venda. Na fase anterior, o consumo de bens produzidos *in loco*, bem como, a troca de bens e serviços dentro de uma organização fechada, voltada para o grupo e para o local. Entretanto, com a difusão da cultura urbana um novo padrão de consumo passa a se impor, símbolo de prestígio e de “status” social:

*“Toda vez que surge, por difusão da cultura urbana, a possibilidade de adotar os seus traços, o caipira tende a aceitá-los, como elemento de prestígio. Este, agora, não é mais definido em função da estrutura fechada do grupo de vizinhança; mas da estrutura geral da sociedade, que leva à superação da vida comunitária inicial” (CANDIDO, 2001, p. 228).*

Com Vargas, o Brasil se urbaniza e amplia as bases para a sua industrialização. Os caipiras paulistas de Bofete, como de todo o Brasil, também são afetados por estas mudanças. Na década de 1940, a siderurgia ganha impulso no Brasil e com ela as bases para o desenvolvimento de uma sociedade urbano-industrial. A migração interna do meio rural para os centros urbanos cresce de forma expressiva entre 1950 e 1980. A economia de subsistência do caipira, entre os anos de 1920 e 1950, ainda coexiste com a agricultura comercial, a qual não destruiu neste período o cerne da cultura caipira. Na fase de expansão da economia capitalista, contudo, a agricultura de base comercial se fortalece a partir dos anos de 1950. Este processo, conforme já se mencionou, repercute em toda a organização da vida social do caipira, rompendo com o equilíbrio em todos os planos, alterando os seus modos de vida e de consumo. Necessidades novas intensificam os vínculos com a vida das cidades, destruindo a autonomia da vida caipira, ligando-a estreitamente ao ritmo da economia da região (CANDIDO, 2001).

É este processo de transformação associado ao processo de urbanização no meio rural e seus efeitos na casa e nos modos de morar dos agricultores que este artigo foi formulado, objetivando analisar as transformações na estrutura física da casa e no seu

aparelhamento, identificando as tecnologias tradicionais e modernas incorporadas na cotidianidade das famílias que vivem no campo. A pesquisa utilizou dados censitários da década de 1960 até 2010, referentes ao Estado de Minas Gerais. O artigo traz também uma análise de caráter microssociológico dos bens de consumo presentes nas casas rurais de três cidades da Zona da Mata mineira, nos anos de 2013 a 2015. Os dados microssociológicos utilizados foram obtidos a partir do banco de dados do Grupo de Pesquisa Estudos Rurais: Agriculturas e Ruralidades, que vinculado ao Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa. Os dados selecionados para a utilização na presente pesquisa foram referentes a quatro estudos realizados nos anos supracitados em três pequenos municípios da microrregião de Viçosa: Araponga, Piranga e São Miguel do Anta.

Após esta introdução, o artigo apresenta a metodologia utilizada para a coleta dos dados dos censos demográficos e o banco de dados usado na análise micro. Em seguida, os dados levantados nos censos são apresentados, buscando-se relacionar as influências do processo de urbanização e industrialização nos modos de morar dos rurais em Minas Gerais. E, finalmente, apresentamos algumas inferências sobre o tema.

## **2. Metodologia**

Para a realização deste estudo, foi utilizada uma abordagem quantitativa por meio da análise de microdados do censo demográfico brasileiro, obtidos no projeto *Integrated Public Use Microdata Series, International* – IPMUS-International, criado pelo *Minnesota Population Center, University of Minnesota* que se dedica a inventariar e disseminar microdados do recenseamento de todo o mundo e que, no caso do Brasil, foram obtidos com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Os microdados dos censos demográficos utilizados para a realização deste trabalho correspondem ao estado de Minas Gerais, nos anos de 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

A análise foi realizada a partir de dois grupos de variáveis: o primeiro considerou o levantamento de dados relativos à infraestrutura da casa: material utilizado para a construção das paredes, a condição de proprietário ou não da terra, número de banheiros, acesso à água encanada, acesso à luz elétrica, coleta de lixo e destino dos dejetos. Por fim, o segundo grupo de variáveis correspondeu aos bens de consumo

presentes na casa situada no meio rural: tecnologias de informação e comunicação, eletroeletrônicos, eletrodomésticos e posse de veículos.

Para uma análise de caráter microsociológico relativo aos modos de morar no campo, utilizou-se também, dados referentes à mesorregião da Zona da Mata mineira, coletados no banco de dados do Grupo de Estudos Rurais: Agriculturas e Ruralidades (GERAR), do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa. Os dados são relativos a resultados de pesquisas realizadas por pesquisadores, estudantes da pós-graduação, oriundos da área de Ciências Agrárias e de Ciências Humanas Aplicadas, realizadas em três pequenos municípios de economia agrária, situados na Zona da Mata do estado de Minas Gerais, entre os anos de 2013 e 2015. A seleção das pesquisas, nos municípios da Zona da Mata mineira, realizadas por pesquisadores do GERAR se deu por todos eles apresentarem menos de 20 mil habitantes que, de acordo com Veiga (2004), são considerados pequenos municípios, além de possuírem baixa densidade demográfica e economia baseada na oferta de serviços de pouca diversidade, características típicas dos pequenos municípios de Minas Gerais.

### **3. Resultados e Discussão**

De acordo com Silva (1998), as tecnologias domésticas podem ser classificadas em três tipos: os **serviços de infraestrutura**, que consistem em água encanada, sistema de esgoto, recolhimento do lixo e acesso a energia elétrica. O segundo tipo é o grupo dos **eletrodomésticos**, composto por máquinas utilizadas na realização das tarefas domésticas, e as **mercadorias**, que representam os produtos processados adquiridos no mercado, sejam eles pré-processados ou semiprocessados. Por estarmos buscando compreender as transformações na estrutura física da casa e nos modos de morar, nos ativemos a investigar aspectos relacionados, especificamente aos dois primeiros tipos de tecnologias domésticas, consideradas por Silva (1998), que são: os serviços de infraestrutura e os eletrodomésticos. Além das variáveis que perpassam estes tipos, serão analisados aspectos relacionados à infraestrutura das casas e propriedade das mesmas.

Os padrões de saneamento da sociedade urbana mostraram ter sido crescentemente absorvidos nas sociedades rurais. Embora a questão sobre a existência de banheiros tenha sido inquirida somente no censo demográfico de 1991, os dados mostraram que, neste censo, 49,9% das moradias na Zona Rural em Minas Gerais possuíam banheiro, tendo este percentual aumentado para 65,1%, no censo de 2000 e

para 86,4%, no censo de 2010. Os dados do Censo nesses anos também fazem um detalhamento quanto à quantidade de banheiros por domicílio<sup>12</sup>, evidenciando que a situação sanitária intradomiciliar alcançou uma melhoria tanto no campo como na cidade no período analisado, havendo uma significativa diminuição na porcentagem de casas que não possuíam banheiro. Além disso, a porcentagem de moradias que possuíam dois banheiros aumentou tanto na cidade quanto no campo, podendo indicar uma extensão do conceito de higiene da cidade para o campo, além da existência de uma preocupação com o destino dos dejetos dentro da casa.

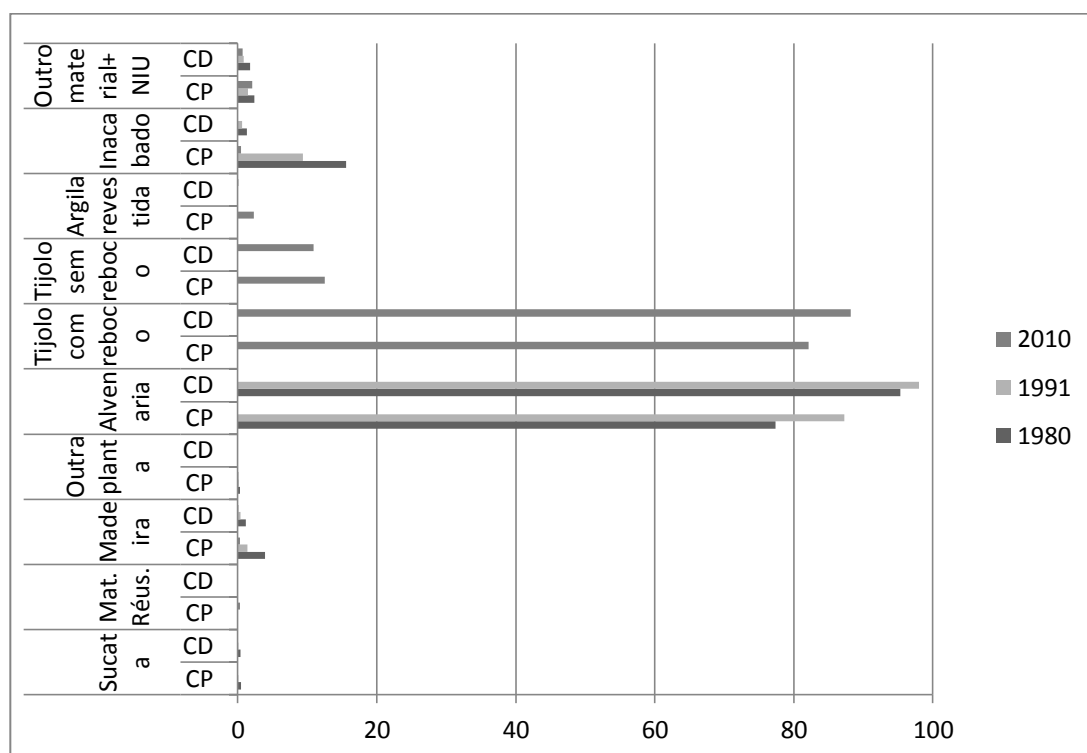
Outro quesito que mostra a forma como as sociedades rurais absorvem as influências da cultura urbana, diz respeito ao tipo de material de construção utilizado nas paredes das casas. Costa e Costa (2016) ao pesquisarem a relação entre os níveis de pobreza rural e urbano, por meio do indicador *fuzzy* de pobreza multidimensional, consideraram quatro variáveis para realizar as estimações: renda, educação, saúde e habitação e o indicador usado para estimar a pobreza na habitação foi o percentual de domicílios construídos com material durável. Em relação a esse aspecto, observou-se que, desde 1980, ano em que esta pergunta começou a ser feita no Censo, a alvenaria sempre foi o material mais usado nas casas, estando presente em 77,4% dos domicílios na zona rural (gráfico 1). Já, no ano de 2010, esta porcentagem subiu para 94,6%. Pode-se dizer que as casas construídas de forma precária pela população de caipiras e outros tipos nômades estudados por Candido (2001) na década de 1950, deram lugar, em 2010, ao padrão urbano de moradia<sup>13</sup>. As moradias das cidades mineiras apresentaram os mesmos padrões de construção observados no campo de modo que a alvenaria foi o material mais encontrado nas habitações desde a introdução da questão no censo demográfico de 1980, como pode ser observado no gráfico 1.

---

<sup>12</sup> As moradias do campo que possuíam um banheiro, de acordo com os dados do censo de 1991 eram 47,4%. Esta porcentagem passou a 60,1%, em 2000, e alcançou os 77,2% em 2010. O número de moradias que apresentavam dois banheiros, em 1991, era de 2,2%, tendo aumentado para 8% em 2010. Já nas cidades mineiras, em 1991, 71,4% das moradias possuíam um banheiro, porém, no ano de 2010, apesar de ter havido um aumento no número de domicílios que possuíam banheiros (aumento de 37,22% com relação ao ano de 1991), em termos percentuais houve uma diminuição para 69%. Ainda com relação as moradias citadinas, as que possuíam dois banheiros, passaram de 12,7% em 1991 para 22% em 2010, aumento de 145,74% com relação a 1991.

<sup>13</sup> Essas observações referem-se, sobretudo, às características das casas rurais relacionadas à região sudeste do país, especialmente à região onde estão relacionados os dados dessa pesquisa, Zona da Mata Mineira. Sabe-se, entretanto, que essas condições podem variar de região para região.

**Gráfico 1** - Material das paredes dos domicílios de Minas Gerais entre as décadas de 1980 a 2010<sup>14</sup>



Fonte: IBGE (1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010) por meio de IPMUS-International (2016).

Esta alteração nos materiais usados na construção da casa é um aspecto que aponta para a inserção de padrões da urbanidade na casa rural, pois, como foi retratado anteriormente, as casas rurais eram construídas com materiais encontrados na região. A utilização de material de construção de alvenaria revela uma aproximação das práticas realizadas na cidade.

Para aprofundar um pouco mais a observação referente aos modos de morar contemporâneo nas sociedades rurais, em Minas Gerais, foram utilizados também dados dos Censos de 1960 a 2010 relativos aos serviços básicos de fornecimento de água, energia elétrica, coleta de lixo e destino dos dejetos (esgoto). Tais dados permitem acompanhar o ritmo das mudanças no acesso a estes serviços públicos ao longo destas cinco décadas investigadas. No que se refere ao abastecimento de água, em Minas Gerais, nos anos 1960, menos de 5% das residências possuía acesso à canalização da água utilizada em suas residências. Em 2010, a situação se inverteu de modo que a porcentagem de residências rurais com acesso a água encanada<sup>15</sup> atingiu a porcentagem

<sup>14</sup> Legenda para as abreviações do gráfico 1: CP = Campo / CD = Cidade / Mat. Reus. = Material Reusado

<sup>15</sup> Os dados harmonizados pelo IPUMS com relação à água encanada descrevem os meios físicos pelos quais a unidade de habitação recebe sua água, e a distinção primária utilizada é com relação ao acesso à

de 83,2%. Nas cidades, em 1960, 46% dos moradores da cidade já tinham acesso à água encanada, porcentagem próxima a este valor, (44,8%) só foi beneficiada com o acesso à água encanada no campo no ano de 1991. No ano de 2010, de acordo com dados do censo demográfico, 97,5% dos moradores citadinos mineiros possuía acesso à água encanada. O acesso à água encanada nas cidades seguiu a tendência verificada no campo de uma menor porcentagem de acesso por parte dos moradores em 1960, apresentando um aumento significativo com o passar dos anos. Apesar das diferenças no acesso entre o campo e a cidade, as porcentagens encontradas nos dois locais são altas, permitindo assim que consideremos o acesso à água encanada no estado de Minas Gerais uma questão que está próxima a se tornar satisfatória tanto no campo como na cidade.

Tão impactante quanto o acesso à água encanada para os modos de morar é o acesso à energia elétrica. Segundo Da Mata, Pin e Resende (2007), o acesso à rede elétrica permite que o indivíduo tenha acesso à informação, possibilidade de educação à distância, acesso a bens culturais, segurança, dentre outros. Nos anos 1960, somente 7,8% da população rural tinha acesso à rede elétrica. Uma grande mudança pôde ser percebida no censo de 1980 para o censo de 1991, pois o acesso à energia elétrica aumentou em 166% com relação à década anterior. A partir daí o acesso à energia elétrica só aumentou na área rural e, segundo o censo de 2010, 96% das habitações rurais dispunham de energia elétrica, representando um aumento de 498,8% do ano de 1960 para o ano de 2010.

Na cidade, a questão do acesso à energia elétrica foi diferente. Em 1960, 67,1% dos moradores da cidade, no estado de Minas Gerais, possuíam acesso a este serviço. Este número pouco mudou na década de 1970, porém em 1980, a energia elétrica passou a estar presente em 83,4% dos lares citadinos, aumento de 172% com relação a 1960. A partir daí a porcentagem de moradias que possuíam o serviço só foi aumentando de modo a abranger 99,3% dos moradores das cidades mineiras.

As mudanças que os números relativos ao acesso à energia elétrica por parte dos moradores do estado de Minas Gerais sofreram ao longo das décadas analisadas estão diretamente relacionadas às políticas públicas que envolveram a distribuição e comercialização da energia elétrica, podendo-se destacar o Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios (PRODEEM), criado em 1994, o

---

água ocorre por meio de tubos de encanamento, não havendo distinção com relação à forma de acesso, como por exemplo, por meio de cisternas, rede geral, poço, nascente, carro pipa ou outros.

Programa Luz no Campo, criado em 1999, e o Programa Luz para Todos, criado em 2003 os quais tiveram grande impacto, especialmente nas áreas rurais do país<sup>16</sup>.

**Tabela 1** - Presença de energia elétrica nos domicílios de Minas Gerais entre as décadas de 1960 a 2010

Ano	Sim		Não		NIU+Desconhecido	
	CP	CD	CP	CD	CP	CD
1960	7,8	67,1	91,7	29,1	0,5	3,8
1970	8,7	68,3	90,7	29,2	0,6	2,5
1980	17,2	83,4	81,5	15,1	1,4	1,5
1991	51	96,3	48,3	3	0,7	0,7
2000	78,6	98,7	20,5	0,7	1	0,6
2010	96	99,3	3,4	0,2	0,7	0,5

Fonte: IBGE (1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010) por meio de IPMUS-International (2016)

A versatilidade da energia elétrica é apontada por Trigo (2004) junto com a difusão da corrente alternada, como um dos principais fatores para sua expansão. Uma grande quantidade de aplicações e produtos foi criada para utilizar a energia elétrica, a fim de atender uma vasta gama de atividades humanas, dentre elas: a **iluminação**, por meio dos vários tipos de lâmpadas, disponíveis em diferentes modelos e tamanhos; a **comunicação**, por meio dos sistemas de telefonia, seja fixa ou móvel, rádio, televisão, computador, televisão a cabo, dentre outros; a **refrigeração**, seja de alimentos ou qualquer outro tipo de perecível, em pequena, média ou larga escala, dispositivos, que melhoram a **ambiência**, por meio de sistemas de aquecimento ou refrigeração dos espaços; **aquecimento**, por exemplo, chuveiros, ferros de passar, além de **eletrodomésticos** destinados a cocção dos alimentos como sanduicheiras, fogões e fornos elétricos. Trigo (2004) e Silva (1998) destacam que existe uma relação muito estreita entre os serviços de infraestrutura e a presença de eletrodomésticos e mercadorias na casa, dado que eles dependem um do outro para a utilização por parte dos moradores. Dessa forma, o acesso aos serviços de infraestrutura permite que uma gama de produtos e serviços, como os anteriormente citados, seja desfrutada pelo indivíduo, permitindo a

<sup>16</sup> O PRODEEM teve cinco fases, além de uma fase emergencial em que foram implantados 8.956 sistemas fotovoltaicos, sendo 6.080 destinados aos sistemas energéticos, 379 voltados à iluminação pública e 2.497 aplicados para o bombeamento de água em mais 800 unidades destinadas ao bombeamento na fase emergencial (BRASIL, 2005). O Programa “Luz no Campo” atingiu 570 mil famílias – número equivalente a 68,2% do objetivo. Já o programa Luz para Todos, até o final do ano de 2013, em seus 10 anos de existência, realizou 3 milhões, 75 mil 519 ligações de energia elétrica no meio rural brasileiro, que beneficiaram, no período, 15 milhões de pessoas.

ele que as tarefas diárias se tornem mais rápidas em execução, enquanto a sua falta limita e dificulta em muitos aspectos suas atividades<sup>17</sup>.

Contudo, ao se considerar o destino dos dejetos, observa-se que o ritmo das mudanças não se deu da mesma forma que as transformações na edificação da casa e no acesso a água encanada e energia elétrica. Em 1960, apenas 3,9% dos domicílios rurais em Minas Gerais possuíam sistema de esgoto público. Em 2010, este percentual subiu para 26,3%; ou seja, mais de 70% dos domicílios rurais não possuíam sistema de esgoto público, em 2010. Mesmo a fossa séptica, mais comumente encontrada no meio rural, teve um avanço muito discreto, não alcançando 15% dos domicílios rurais, em 2010, no estado de Minas Gerais.

**Tabela 2** - Destino dos dejetos nos domicílios de Minas Gerais entre as décadas de 1960 a 2010

Ano	Sistema de esgoto público		Fossa séptica		Sem sistema de esgoto		NIU+Desconhecido	
	CP	CD	CP	CD	CP	CD	CP	CD
1960	1	32,9	2,4	11,2	96,1	52,2	0,5	3,7
1970	0,7	31,8	1,4	7,3	97,3	58,4	0,6	2,5
1980	2,5	51,9	3,6	3,4	93	43,5	0,9	1,2
1991	3	70	1,8	0,6	94,5	28,6	0,7	0,8
2000	4,5	79,7	4,9	2	66,8	16,5	23,9	1,8
2010	6,3	85,5	11,1	2	73,7	11,9	8,9	0,6

Fonte: IBGE (1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010) por meio de IPMUS-International (2016)

Por outro lado, nas cidades do estado de Minas Gerais os dados apontam para um acesso ao sistema de esgoto que possuía tendências diferentes das encontradas no campo no mesmo período de tempo analisado. Em 1960, 32,9% dos moradores citadinos já possuía acesso ao sistema de esgoto. Apesar deste número representar apenas um terço da população, em 1960, nas cidades mineiras, a porcentagem de acesso era superior à encontrada no campo de acordo com os dados de 2010. Esta porcentagem foi aumentando gradativamente e, em 2010, nas cidades mineiras, 85,5% das moradias possuíam acesso ao sistema de esgoto público. Por meio da comparação dos dados referentes à cidade e ao campo podemos observar a diferenciação entre estes dois

<sup>17</sup> Parece haver consenso de que o acesso à infraestrutura permitiu uma maior facilidade na execução das tarefas, particularmente as tarefas domésticas. Entretanto, não é unanimidade que o acesso às tecnologias domésticas trouxe um maior tempo livre às mulheres. Para Mattingly e Bianchi (2003:1), “apesar dos ganhos em relação a igualdade de gênero em outros domínios, as discrepâncias persistem na experiência do tempo livre”.

espaços com relação ao acesso ao sistema de esgoto público, dado que na cidade a porcentagem de residências atendidas é muito superior à encontrada no campo.

O destino do lixo só passou a ser investigado a partir do censo de 1991, e nesse ano, os dados retrataram que a queima foi a forma mais utilizada de descarte no campo. A coleta do lixo era realizada em somente 16,2% das residências rurais e, mesmo a coleta indireta, quando o lixo deve ser levado até uma caçamba para posterior coleta do caminhão, só acontecia em 6,9% dos domicílios, no ano de 2010. Já nas cidades do estado de Minas Gerais, no ano de 1991 a forma de descarte do lixo predominante era a coleta realizada diretamente nos domicílios, sendo responsável pelo recolhimento do lixo de 66,3% das moradias citadinas mineiras. No ano de 2010, 93,9% dos domicílios da cidade possuía a coleta do lixo realizada diretamente em suas residências. Esses dados não deixam margem de dúvida da maior cobertura desse serviço na cidade em detrimento ao campo.

O estudo de Santos e Silva (2016), ao analisar as características habitacionais de domicílios rurais na realidade sergipana apontou uma relação direta entre a presença de banheiro próprio no domicílio para uso exclusivo dos moradores e a realização da coleta de lixo por serviços de limpeza. Apesar de nosso estudo não ter considerado a relação estatística entre as duas variáveis, presumimos que uma discrepância expressiva entre estes dois fatores, dado que somente 16% dos domicílios possuíam coleta de lixo e 77,2% deles contavam com banheiro de uso exclusivo no domicílio. No caso de Minas Gerais, esses dados não indicam uma correlação positiva assim como foi verificada pelos autores.

Entretanto, este dado também nos permite outra interpretação. Os domicílios mineiros possuíam acesso à água encanada (83,2%) e banheiros de uso exclusivo em 77,2% deles. Entretanto, somente 26,3% das residências possuía sistema de esgoto público. Uma justificativa possível para haver um banheiro nas residências – não havendo sistema de esgoto para escoamento dos dejetos – é a presença deste cômodo como sendo uma manifestação da influência dos padrões citadinos de referência. A vontade de se aproximar da cidade, pode fazer com que estes padrões sejam mimetizados; ou seja, ter acesso aos mesmos serviços que ela, mesmo que para tal haja improvisado, pois o escoamento dos dejetos é realizado em forma de fossa negra (um buraco com cano enterrado no chão), lançado a céu aberto ou com o uso de uma fossa séptica. Dessa forma, mesmo não havendo um sistema próprio de escoamento, existe um cômodo denominado banheiro.

Outro aspecto das condições de moradia que pode ser usado como um identificador de diferenciação ou semelhança entre o morar no campo e na cidade diz respeito à expressividade da porcentagem de proprietários dos imóveis e a porcentagem ocupada pelo aluguel. No censo de 1960, a porcentagem dos que viviam em casa própria, na zona rural, em Minas Gerais, era de 60,4%. Mesmo que o censo de 1970 tenha mostrado uma queda, tendo esta porcentagem ficado em torno de 54,8%, houve uma nova tendência de aumento da casa própria, tendo este percentual atingindo o valor de 73,1%, em 2010. Tendências muito próximas às encontradas no campo foram verificadas na cidade nos anos investigados, em 1960, 57% das moradias entrevistadas pelo censo pertenciam à família moradora. Esta porcentagem foi aumentando com o passar dos anos e em 2010, atingiu os 73,7% (tabela 3).

**Tabela 3** - Condição de propriedade da moradia para os residentes no meio rural do estado de Minas Gerais, no período de 1960 a 2010.

Ano	Proprietário		Não Proprietário		NIU+ Desconhecido	
	CP	CD	CP	CD	CP	CD
1960	60,4	57	39,1	39,3	0,5	3,7
1970	54,8	63,7	44,6	33,8	0,6	2,5
1980	57,6	65,7	41,6	33,1	0,9	1,2
1991	64	72,9	35,5	26,4	0,7	0,7
2000	68,9	76,2	30,1	23,2	1	0,6
2010	73,1	73,7	26,2	25,8	0,7	0,5

Fonte: IBGE (1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010) por meio de IPMUS-International (2016)

Deve-se dar destaque, ainda, que a opção “não proprietário”, contempla ainda as moradias emprestadas pelo empregador, que se constitui em uma modalidade muito utilizada no campo, pois o dono das terras concede uma casa ou um pedaço de terra ao seu trabalhador e, em troca, ele e sua família trabalham na propriedade. Já o aluguel manteve-se pouco expressivo no campo ao longo destas cinco décadas. Nos anos 1960, o aluguel aparecia como uma modalidade de habitação apenas para 2,7% dos domicílios situados na zona rural, em Minas Gerais. Nota-se ainda que este percentual diminuiu ainda mais em 2010, passando para 2,2% no acesso à moradia.

Esse aspecto, entretanto, se distingue quando analisamos as casas citadinas onde o aluguel prevalece como uma modalidade importante para acessar a moradia. Apesar de nas cidades de Minas Gerais a moradia por aluguel ter variado bastante, ao mesmo tempo, ela manteve percentuais bastante expressivos ao longo do período analisado. O aluguel representou 32,9% das moradias entrevistadas em 1960 e passou a 19% em 2010. Essa foi uma queda apenas aparente dado que, de fato, houve um aumento de

135,42% na porcentagem de moradias alugadas com relação ao ano de início da análise. Ou seja, apesar da diminuição em porcentagem verificada ao longo dos anos, esta forma de morar era, em 2010, responsável por 1/5 das moradias citadinas mineiras.

Nesse processo de transformação de uma sociedade rural a uma sociedade mais urbanizada, há que se levar em conta que os grupos sociais não possuem todos a mesma capacidade de adaptação às mudanças ou de apropriação dos elementos urbanos. Uns adaptam-se mais facilmente enquanto outros, são mais resistentes e/ou têm mais dificuldades em se urbanizar. Ademais, tal qual observou Raposo (1998) ao estudar a apropriação dos modelos urbanos pelos grupos sociais rurais em Alte, Portugal, esses processos são condicionados pela sua situação econômica, social e cultural. As casas dos residentes que apresentam elementos urbanos atestam a mudança nos modos de vida no campo, tornando-o mais urbano, bem como, expõe a influência crescente dos modelos urbanos decorrentes da economia de mercado. Por outro lado, a falta de acesso dos rurais a serviços de infraestrutura reflete também a incapacidade do Estado de melhorar as condições de vida no campo. Nesses termos, a responsabilidade por parte do estado pode ser observada em relação aos serviços públicos de saneamento como acesso à água tratada e encanada, energia elétrica, tratamento do esgoto e destino correto ao lixo. No que tange à nossa pesquisa, os dados englobaram todo o estado de Minas Gerais, não evidenciando as realidades específicas municipais, cujas diferenças no acesso a estes serviços estão relacionadas a fatores como gestão, proximidade à sede do município, dentre outros aspectos. Estes, por sua vez, estimulam as desigualdades territoriais, dado que as políticas públicas devem garantir a oferta dos serviços onde as pessoas estão, colaborando diretamente para a diminuição das desigualdades territoriais. Quando não o fazem, há o efeito contrário, que gera, conseqüentemente, um aumento da desigualdade entre os cidadãos.

Os sinais da transformação dos modos de morar mais urbanizados evidenciam-se também no consumo de bens e eletrodomésticos. Braga et. al. (2015) e Soares et. al. (2014) apontam que o consumo com a finalidade de melhoria da casa é um dos marcadores mais notórios das transformações nas características dos modos de morar de um grupo social, que permite indicar permanências e modificações. Os dados pesquisados relativos a esse consumo nos domicílios do estado de Minas Gerais reforçam a tendência identificada até agora de aproximação entre os modos de morar dos rurais com os citadinos. A tabela 4, apresentada a seguir, destaca a evolução da aquisição de bens de consumo para uso doméstico, tais como: rádio, televisão, máquina

de lavar, geladeira, telefones fixo e celular, computador e acesso a internet no estado de Minas Gerais entre as décadas de 1960 a 2010.

**Tabela 4** - Presença de bens de consumo nas moradias em Minas Gerais entre as décadas de 1960 a 2010<sup>18</sup>

Bem de consumo	1960		1970		1980		1991		2000		2010	
	CP %	CD %	CP %	CD %	CP %	CD %	CP %	CD %	CP %	CD %	CP %	CD %
Televisão	0,1	4,5	1,2	31,6	11,9	70,2	34,9	82,6	65	93,4	88,8	97,2
Geladeira	0,7	13	1,6	28,8	6,4	55,1	25,9	75	55,7	89,3	86,3	96,5
Rádio	9,3	55,3	41,4	66,8	77	78,1	77,5	86,5	85,5	91,5	83,5	86,7
Celular	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	64,8	88,4
Maq. Lavar ou tanquinho	-	-	-	-	-	-	7,6	33,2	8	30,2	15,3	46,4
Computador	-	-	-	-	-	-	-	-	0,9	10,8	8,3	45,8
Internet	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5,4	35,9
Telefone fixo	-	-	-	-	0,7	19	1	22,4	3,3	48	4,5	46,3
Veículo (carro ou moto)	-	-	2,6	11,3	7,5	20,8	11,2	24,1	23	34,9	30,8	44,8

Fonte: IBGE (1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010) por meio de IPMUS-International (2016)

Os dados relativos ao Censo de 2010 mostram que os domicílios situados na zona rural de Minas Gerais apresentavam um expressivo percentual de televisões, geladeiras e rádios, acompanhando a tendência citadina. Esses dados corroboram os resultados dos estudos de Braga et. al. (2014, 2015), Nascimento et. al. (2013), e Fiúza et. al. (2014) que apontaram a geladeira e a televisão como bens costumeiramente identificados nas habitações do campo.

No que diz respeito ao consumo do celular, houve um incremento significativo dessa tecnologia nos domicílios rurais – mesmo considerando que esse percentual é bastante inferior ao dos domicílios citadinos. Os dados obtidos na pesquisa mostraram que mais de 60% dos domicílios estiveram associados ao consumo de celulares no campo e a 88,4% dos domicílios citadinos. Esse resultado é evidência do uso em larga escala das tecnologias da comunicação também no campo, o qual é motivado, sobretudo, pela era da Sociedade da Informação. O tema do consumo do celular e seus impactos nos modos de vida das populações têm sido objeto de recente interesse na

<sup>18</sup> Com relação aos valores apresentados nas tabelas, em alguns casos poderá ser observado que ao invés de um valor estará presente no campo referente à certa variável um traço. Este traço indica que para esta variável específica, no ano referente não havia valores disponíveis representativos a ela. Isto pode acontecer por alguns motivos, como: a não existência de alguns aparelhos em todos os anos de análise ou o não questionamento de algumas variáveis aqui analisadas desde o ano de início das análises.

academia agregando pesquisadores de várias áreas do conhecimento. A comunicação em rede tem sido percebida como uma realidade cada vez mais generalizada para a vida cotidiana, as empresas, o trabalho, a cultura, a política e os meios de comunicação. Para além do avanço representado por essa tecnologia, como promotoras do encurtamento das distâncias para os moradores do campo com o mundo, outros impactos ambientais também têm sido apontados, os quais têm profunda relação com as populações rurais: lixo eletrônico afetando o solo e lençóis freáticos, a influência das tecnologias sem fio na saúde das pessoas, etc.

Alguns estudos têm se dedicado a analisar os impactos socioculturais e econômicos das TIC em diferentes contextos (CASTELLS, 2000). Apesar de se considerar em termos numéricos a abrangência que a tecnologia teve no meio rural, os dados não permitem avaliar a efetividade desses serviços nesses contextos. Nesse sentido, é preciso considerar a diversidade presente nos diferentes contextos, inclusive rurais. Em realidade, locais de isolamento e falta de infraestrutura, ter acesso à Internet e telefonia de qualidade com preços acessíveis é ainda um desafio (LEITE et. al. 2017). Esse aspecto relativo à falta de infraestrutura pode estar associado à pequena porcentagem das moradias que possuíam máquinas de lavar<sup>19</sup>, computadores e internet.

Nas cidades de Minas Gerais, televisões, geladeiras e rádios foram os eletrodomésticos mais encontrados, sendo que os dois primeiros estavam presentes em mais de 95% das moradias e os rádios em pouco mais de 85% dos lares. Já os bens: máquina de lavar ou tanquinho, telefone fixo, computador e veículo (independente de ser carro ou moto) estavam presentes em média em 45,7% dos domicílios citadinos, de acordo com os dados referentes ao ano de 2010. Por fim, a internet esteve presente em 35,9% dos lares das cidades mineiras.

No que diz respeito ao item veículo (carro ou moto, pois os dados usados não segmentam esta variável por tipo), embora não se trate de um bem de consumo doméstico propriamente dito, trata-se de um bem que impacta muito no modo de morar, por permitir ao grupo familiar intensificar o deslocamento entre o campo e a cidade, acentuando, em decorrência disto, as formas de intercâmbio cultural, comercial e social. Pode-se perceber assim, que, no que diz respeito à posse de veículo, em 1970, somente 2,6% da população do campo, em Minas Gerais possuía algum transporte particular. Já no ano de 2010, este percentual atingiu 30,8%. Esse resultado vai ao encontro dos

---

<sup>19</sup> Em relação à máquina de lavar os dados não apontaram uma distinção sobre o tipo de tecnologia utilizada: se automática ou semiautomática, ou seja, se tratar de uma máquina de lavar ou um tanquinho.

resultados obtidos no trabalho de Braga et. al. (2015) ao indicar que a posse de carro no campo é um fator equivalente ao modo de vida citadino.

A partir destes dados podemos afirmar que apesar de haverem convergências com relação à porcentagem de presença de alguns eletrodomésticos e eletroeletrônicos na casa rural e urbana, ainda existem pontos de divergência, indicando que o morar no campo está em processo de transformação.

Com a finalidade de aprofundar mais a observação sobre os modos de morar nas sociedades rurais em Minas Gerais, na atualidade, realizou-se uma análise da realidade dos domicílios rurais em alguns municípios da Zona da Mata mineira, apresentados na tabela 5. O objetivo deste levantamento de dados, de caráter microssociológico, foi o de procurar entender de que forma as famílias rurais destes municípios de economia agrícola, se relacionavam com as influências advindas da sociedade urbano-industrial-informacional. Esta relação se estabelecia mantendo-se as especificidades culturais locais ou as descaracterizando? Utilizou-se, para tanto, dados adquiridos por meio do banco de dados do Grupo de Estudos Rurais: Agriculturas e Ruralidades (GERAR), um grupo de pesquisa estabelecido no Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa. Os dados referentes às pesquisas realizadas pelos pesquisadores do GERAR foram coletados pela pesquisa por acessibilidade, logo, trata-se de pesquisas amostrais da população total dos municípios pesquisados. Extraíu-se deste banco de dados informações relativas aos anos de 2013 a 2015, referentes a três pequenos municípios da Zona da Mata mineira: Araçuaia, Piranga e São Miguel do Anta.

**Tabela 5** - Posse de bens de consumo entre moradores entrevistados de municípios da Zona da Mata Mineira entre 2013 e 2015.

<b>Bem de consumo</b>	<b>Araponga - Guimarães - 2013 (%)</b>	<b>Araponga - Gomes - 2015 (%)</b>	<b>Piranga - Barros - 2014 (%)</b>	<b>São Miguel do Anta - Barros - 2014 (%)</b>
Fogão a gás	93,1	97,9	92,1	98,1
Parabólica	95,8	97,9	96,8	92,6
Liquidificador	91,7	94,7	93,7	96,3
Tanquinho de lavar roupa	93,1	91,5	79,4	92,3
Fogão a lenha	-	90,4	87,3	81,5
Ferro elétrico	91,7	72,3	3,2	3,8
Aparelho de DVD	33,3	61,7	30,2	38,5
Aparelho de som	61,1	59,6	46	48,1
Batedeira	41,7	30,9	19	40,4
Máquina de costura	47,2	30,9	-	-
Freezer	31,9	18,1	-	9,3
Micro-ondas	12,5	10,6	7,9	11,5
Forno elétrico	5,6	9,6	-	-
Ventilador	1,4	7,4	12,7	17,3
TV por assinatura	2,8	-	-	-
<b>Meios de transporte</b>				
Bicicleta	40,3	31,9	-	-
Moto	68,1	76,6	-	-
Carro	51,4	37,2	-	-

**Fonte:** Guimarães (2013), Barros (2014)<sup>20</sup> e Gomes (2015).

Os dados referentes à tabela 5, apresentados anteriormente, mostram tendências semelhantes às observadas nos municípios rurais do Estado de Minas Gerais expressos por meio dos dados macro, qual seja, um processo de aproximação dos modos de morar nas sociedades rurais em relação ao existente nas cidades. Contudo, pode-se observar, também, a manutenção de especificidades culturais, como o indicado pela presença expressiva do fogão à lenha. Ainda que o fogão à gás tenha tido presença superior ao de lenha, não se pode desprezar o fato de que a expressividade do percentual de fogões à lenha indica a manutenção de práticas relativas a um modo de vida tradicional, como o uso de lenha para cozinhar, bem como de panelas antigas próprias para este tipo de fogão, que permanecem sendo usadas para a feitura de muitos dos pratos típicos da culinária regional.

Soares et. al. (2014), Rua (2005) e Nascimento (2013) expõem que a manutenção de certas características no campo permite que o mesmo revele

<sup>20</sup> A pesquisa de Barros (2014) tinha como objetivo verificar as mudanças nos modos de vida dos idosos frente à influência exercida pela aposentadoria rural, logo, sua população foi composta por idosos. Talvez este fato tenha influenciado na baixa porcentagem de alguns bens como o microondas que possui uma tecnologia mais sofisticada e complexa de utilização, do que uma geladeira, por exemplo.

particularidades. No caso dos três municípios pesquisados da Zona da Mata mineira, são evidentes e significativas tanto as mudanças nos modos de morar nos domicílios rurais quanto suas transformações. A presença do fogão a gás, da geladeira e do tanquinho de lavar roupa indica que as práticas cotidianas relativas às atividades domésticas mudaram, tanto em termos da forma como eram realizadas, quanto no que diz respeito ao tempo e o esforço para a sua consecução. Cozinhar no fogão à lenha ganhou a condição de opção. Não há mais a necessidade de sair para apanhar a lenha para preparar a comida. O fogão à gás agilizou o uso do tempo, permitindo a dispensa do trabalho quase que cotidiano de sair de casa à procura de lenha para fazer a comida. A presença do microondas também já se faz notar, indicando que a refeição antes realizada de forma coletiva e num mesmo momento pela família passa a conviver com a prática individualizada de esquentar a comida para o consumo individual, de acordo com a disponibilidade de cada um.

Com relação às variáveis referentes às TIC, tais como, o telefone fixo, o celular, o computador e a internet, as mudanças podem ser consideradas também como muito significativas. O celular permite conectar a vida rural à citadina de uma forma nunca antes presenciada. Comunicações pessoais, comerciais e de toda sorte passaram a conectar os espaços e as pessoas, diluindo as distâncias físicas. Esta dinâmica de aproximação da vida do campo e da cidade se torna ainda mais evidente quando se observa a presença dos meios de transporte automotores, como a moto e o carro. A possibilidade de ir e vir da “roça” para a “rua”, bem como para os outros municípios da região, se torna parte do cotidiano, principalmente, dos mais jovens, que passam a experimentar, através do uso da moto, a possibilidade de deslocamento de uma forma mais rápida, considerando-se as possibilidades de ir e vir existentes na geração de seus pais e avós. Percebe-se, assim, através dos modos de morar dos rurais, mesmo em sociedades com baixo e médio IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), como é o caso da maior parte dos municípios de Minas Gerais, logo, abarca também os pequenos municípios da Zona da Mata mineira, a manifestação de transformações na relação com o tempo e o espaço, os quais se tornam mais fluidos e mutáveis, acompanhando a mesma tendência encontrada nas sociedades urbanas.

#### **4. Considerações Finais**

A presente pesquisa revelou um processo de mudança no morar das sociedades rurais, revelado por alterações no padrão de moradia de uma população. O processo de adaptação dos rurais à cultura urbana ficou perceptível, revelando que o campo está inter-relacionado à cidade e suas atividades e serviços, com reflexos sobre a maneira como as relações se estabelecem entre seus moradores.

O artigo analisou as mudanças nos modos de morar com base em dois grupos de variáveis, o primeiro deles relacionado aos serviços de infraestrutura de saneamento. Os resultados para este tópico nos permitem afirmar que os domicílios rurais mineiros, em sua maioria, são abastecidos com água da rede geral e possuem banheiro, porém o esgotamento sanitário público ainda peca de modo que a maioria dos moradores não conta com este serviço. A alternativa encontrada, mesmo que ainda não esteja sendo usada massivamente pelos rurais foi a fossa séptica. O destino do lixo também vem sendo um problema identificado no campo mineiro dado que a maior parte dos moradores utiliza a queima como solução para o não recolhimento do material por meio do sistema público. De maneira geral, os indicadores referentes à energia elétrica apresentaram valores altos, sendo este um serviço disponível para a maior parte dos moradores do campo em Minas Gerais. Sobre a infraestrutura, em sua maioria os domicílios rurais do estado são construídos de material durável, portanto, a alvenaria e possuem banheiros de utilização individual da família.

Com relação aos bens de consumo, segundo grupo de variáveis analisado, os dados nos mostraram que televisões, geladeiras e rádios são bens de consumo que apesar de estarem relacionados ao modo de morar citadino estão presentes no campo a mais tempo, tendo se tornado mais frequentes nas habitações a partir de 1991. Da mesma forma, celulares, computadores, acesso a internet e máquinas e lavar são tecnologias mais recentes, verificadas a partir do ano 2000 nos domicílios rurais mineiros. Pode-se verificar assim uma aproximação entre os elementos que constituem a casa na cidade e os que passam a estar presentes na casa no campo, de forma que a inter-relação entre os dois espaços seja estabelecida de maneira contínua, a partir do desenvolvimento e massificação de algumas tecnologias na cidade, de modo que as mesmas também passam a se fazer presentes em maior porcentagem nas habitações do campo.

Pode-se inferir que o modo de morar dos rurais em Minas Gerais absorveu muitas características advindas do modo de morar citadino; porém, isto não significa em uma extinção de suas tradições, como pode ser percebida por meio da utilização dos fogões a lenha e a gás aliados. Enfim, pode-se concluir que as sociedades rurais estão transformando o seu modo de morar pela incorporação de tecnologias, eletrodomésticos e eletroeletrônicos, apontando para um processo de hibridização de seus modos de vida, observados através da incorporação de valores e práticas da cultura urbana coexistentes com práticas e hábitos próprios das sociedades rurais.

## Referências Bibliográficas

ALGRANTI, Leila Mezan. **Famílias e vida doméstica**. In: *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 1, p. 83-154, 1997.

BARROS, Vanessa Aparecida Moreira de. **A aposentadoria rural e as mudanças nos modos de vida dos idosos que vivem no campo: Em análise os municípios de Piranga e São Miguel do Anta, Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa. Viçosa- MG. 176p. 2014.

BIANCHI, Suzanne M.; MATTINGLY, Marybeth J. 5. **Time, Work, and Family in the United States**. *Advances in Life Course Research*, v. 8, p. 95-118, 2003.

BRAGA, Gustavo Bastos; FIÚZA, Ana Louise Carvalho; PINTO, Neide Maria Almeida. **Padrões de consumo no campo: O modo de vida dos rurais brasileiros**. *Revista de Extensão e Estudos Rurais*, v. 4, n. 1, p. 56-73. 2015.

BRAGA, Gustavo Bastos; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; PINTO, Neide Maria de Almeida. **Os padrões de consumo no campo e na cidade: Vislumbrando aproximações entre os modos de vidas de citadinos e rurais**. *Estudios Rurales*, v. 1, n. 6. 2014.

BRASIL. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Atlas de energia elétrica do Brasil**. 2. ed. Brasília: ANEEL, 2005. Disponível em: < [http://www.aneel.gov.br/livros/-/asset\\_publisher/eZ674TKh9oF0/content/atlas-de-energia-eletrica-do-brasil/656835](http://www.aneel.gov.br/livros/-/asset_publisher/eZ674TKh9oF0/content/atlas-de-energia-eletrica-do-brasil/656835)>. Acesso em: 28 de agosto de 2017.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: Duas Cidades, v. 34, 2001.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. V.1. 2000.

COSTA, Rodolfo Ferreira Ribeiro da; COSTA, Genivalda Cordeiro. **Pobres no Campo, Ricos na Cidade? Uma Análise Multidimensional da Pobreza**. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 54, n. 3, p. 537-560, 2016.

COSTA, Victor Hugo Gurgel; BRAGA JUNIOR, Sérgio Alexandre de Moraes. **Políticas públicas e sustentabilidade para a universalização do acesso à energia elétrica**. Disponível em:< <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=dbc1c85e4b057d60>> Acessado 12 de agosto de 2017.

DA MATA, Daniel; PIN, Cedric; RESENDE, Guilherme Mendes. **Composição e consolidação da infra-estrutura domiciliar nos municípios brasileiros**. *Dinâmica dos Municípios*, Brasília: IPEA, 2008.

FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; PINTO, Neide Maria de Almeida; BRAGA, Gustavo Bastos. **Os modos de vida dos agricultores pluriativos nas aldeias minhotas do noroeste de Portugal**. *Ciência Rural*, v. 44, n. 12, 2014.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. 20.ed. Rio/Brasília: José Olympio/INL, 1980.

GOMES, Nahyara Freitas Martins. **A mobilidade socioespacial dos rurais e suas expressões cidadinas: Uma análise do município de Araponga, MG**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa. Viçosa- MG. 212p. 2015.

GUIMARÃES, Edilene Pereira. **Moradia e consumo no campo: Mudanças e permanências face ao processo de urbanização na zona rural de Araponga, MG**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa. Viçosa- MG. 265p. 2013.

IPUMS. *Integrated Public Use Microdata Series, International: Version 6.5* [dataset]. Minneapolis: University of Minnesota, Minnesota Population Center. 2017. <http://doi.org/10.18128/D020.V6.5>.

LEITE, Alessandro Moreira; BONINI, Luci Mendes de Melo; FRANCO, Francisco Carlos. Acesso à internet: **Condição de melhoria do bem estar social e desenvolvimento da cidadania**. Revista do Curso de Direito da Universidade Braz Cubas, v. 1, n. 1, 2017.

NASCIMENTO, Patrícia Ferraz do; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; PINTO, Neide Maria de Almeida; COSTA Thiago de Melo Teixeira da. **“Variáveis evidenciadoras dos processos de transformação do campo: o caso do Espírito Santo – Brasil”**. Mundo Agrario, v. 13, n. 26. 2013.

PEREIRA, Sandra Marques. **Casa e Mudança Social**. Uma leitura das transformações da sociedade portuguesa a partir da casa. Lisboa. Caleidoscópio. 2012.

RAPOSO, Isabel. **Apropriação dos Modelos Urbanos pelos Grupos Sociais Rurais: a Transformação da Habitação em Alte**. In Sociedade e Território, 24, 64-79. 1997.

RUA, João. **A resignificação do rural e as relações campo-cidade: uma contribuição geográfica**. Revista da ANPEGE, p. 45-66. 2005.

SANTOS, Andreia Vieira; SILVA, Marcos Aurélio Santos da. **Avaliação de Características Habitacionais de Domicílios Rurais em Recortes Territoriais Sergipanos**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 54, n. 1, p. 109-130, 2016.

SILVA, Elizabeth Bortolaia. **Tecnologia e vida doméstica nos lares**. Cadernos Pagu, n. 10, p. 21-52, 1998.

SOARES, Josarlete Magalhães; SIOLARI, Maristela; DIAS, Fabiana Silva. **Hábitos e modos de vida no interior de Minas Gerais: uma contribuição ao debate sobre a relação cidade-campo no Brasil contemporâneo**. Revista Labor & Engenho. Campinas. V.8 n.1, p. 5-17. 2014.

TRIGOSO, Federico Bernardino Morante. **Demanda de energia elétrica e desenvolvimento socioeconômico: o caso das comunidades rurais eletrificadas com**

**sistemas fotovoltaicos.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo (USP). Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia. 311p. 2004.

VEIGA, Jose Eli da. “**Destinos da ruralidade no processo de globalização**”. Revista Estudos Avançados 2004, Vol. 51, n. 18, p. 51-67. 2004.

## **ARTIGO 3**

**Morar no campo: Uma análise da microrregião de Viçosa-MG**  
**Living in the countryside: An analysis of the microregion of Viçosa-**  
**MG**

## **Resumo**

A partir da década de 1990, se acentuou o processo de urbanização do campo, tornando perceptível a aproximação dos modos de vida adotados pelos moradores do campo em relação aos encontrados na cidade. A pesquisa ora apresentada buscou compreender a forma como a casa rural e os seus moradores vêm incorporando as tecnologias domésticas e as de uso pessoal no cotidiano das famílias e, em que medida essas revelam mudanças nos modos de morar rural. A pesquisa foi realizada na zona rural de cinco pequenos municípios da microrregião de Viçosa. Analisaram-se as variáveis que compunham o constructo “modo de morar” elaborado neste trabalho. Os dados utilizados foram obtidos a partir do banco de dados do Grupo de Pesquisa Estudos Rurais: Agriculturas e Ruralidades, vinculado ao Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa. Os resultados indicaram transformações nos modos de vida no campo, em decorrência tanto de mudanças na composição familiar e infraestruturas das moradias; quanto na incorporação de eletrodomésticos, eletrônicos e TIC, influenciando o modo de morar. As práticas associadas ao modo de morar sofreram uma adaptação parcial das famílias às influências dos padrões e valores urbanos, caracterizando a presença de um morar híbrido no campo.

**Palavras-chave:** Habitação rural, modos de morar, tecnologias domésticas.

## **Abstract**

From the 1990s onwards, the process of urbanization of the countryside was intensified, making possible to approach the ways of life adopted by the rural inhabitants in relation to those found in the city. The present research sought to understand the way that the rural house and its inhabitants have been incorporating the domestic technologies and the ones of personal use in the daily life of the families and, how far these reveal changes in the ways of rural residences. The research was accomplished in the rural area of five small municipalities in the micro-region of Viçosa. The variables that compose the construct "way of living" elaborated in this work were analyzed. The data used were obtained from the database of the Rural Studies Research Group: Agricultures and Ruralities, linked to the Department of Rural Economy of the Universidade Federal de Viçosa. The results indicated changes in the rural way of life, as a result of both changes in family composition and housing infrastructure; and in the incorporation of home appliances, electronics and ICT (Information and Communication Technology), influencing the way of living. The practices associated to the way of living have undergone a partial adaptation of the families to the influences of the urban values and standards, characterizing the presence of a hybrid residences in the countryside.

**Keywords:** Rural housing, ways of living, domestic technologies.

## **1. Introdução**

A partir de meados do Século XX, a aproximação entre o campo e a cidade foi se intensificando no Brasil. De acordo com Kageyama (2008), essa aproximação é uma decorrência do processo de industrialização difusa, que se caracterizou pela interiorização de grandes e médias indústrias para pequenos e médios municípios. Esse contexto possibilitou que alguns dos membros das famílias de pequenos agricultores se deslocassem cotidianamente para trabalhar, mesmo vivendo e investindo no meio rural. Além disso, os meios de transporte como a moto, se tornaram mais acessíveis, bem como, os próprios meios de comunicação, como os celulares, que permitem contatos instantâneos nessas localidades. Contudo, ainda são escassos os trabalhos que se voltaram para a investigação dos impactos deste novo conjunto de bens materiais e tecnológicos sobre a vida das pessoas que vivem em sociedades rurais. A pesquisa que ora se apresenta, teve como objetivo compreender a forma como a casa rural e os seus moradores vêm incorporando as tecnologias domésticas e as de uso pessoal no cotidiano das famílias.

Este artigo está estruturado a partir da apresentação do marco teórico, o qual abarca discussões relacionadas às transformações dos modos de vida dos moradores do campo no Brasil e, também, na França. Em seguida são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados na execução desta pesquisa, que envolveram a apresentação do banco de dados utilizado na pesquisa e seus métodos e técnicas de análise. No item seguinte, são apresentados os resultados obtidos na pesquisa, relacionando-os com outros trabalhos realizados sobre temáticas semelhantes e, para finalizar, são apresentadas as conclusões a que este estudo nos permitiu chegar, bem como suas considerações finais.

## **2. Marco teórico**

### **2.1 O avanço da cultura urbana no contexto das sociedades rurais**

Silveira (2015), em uma pesquisa realizada sobre a resignificação e valorização do termo roça na sociedade brasileira identificou, tal como Rambaud (1973) já havia identificado na França, na década de 1960, que este processo de resignificação e valorização estava relacionada à forma como a “*cultura urbana*” estava sendo absorvida

de forma processual e diferenciada por diferentes segmentos da sociedade rural em suas relações rotineiras com os cidadãos. O conceito de urbanização apresentado pelo autor francês, em nada se assemelha ao sentido demográfico, relativo a um espaço com elevado número de pessoas. Para o autor, a urbanização está relacionada à disseminação de meios, atitudes e comportamentos originados na cidade, mas que estão dispersos por todos os espaços do globo, não se limitando à cidade. Estes meios, atitudes e comportamentos formam o modo de vida do qual os rurais buscam se aproximar, seja através dos seus modos de morar, de consumir, trabalhar, estudar ou se divertir. Assim, a urbanização se apresentaria para o autor como um movimento econômico, social, intelectual e afetivo, definido por sua orientação e sua finalidade – mais que por seu ponto de partida (RAMBAUD, 1973:5).

Como destaca Silveira (2015), Rambaud em sua obra “A urbanização das sociedades rurais” enfatiza que um dos fatores que mais aproxima o modo de vida das sociedades rurais da cultura urbana está relacionado à forma como as relações sociais que nelas se desenvolvem passam a ser intermediadas pelo dinheiro. Também a educação toma o lugar do conhecimento passado a partir da vivência, mas, que passa a se fundamentar na valorização do conhecimento teórico. Nessa mesma perspectiva, Gomes (2015) destacou em sua pesquisa realizada em um pequeno município rural da Zona da Mata mineira que as pessoas que viviam no meio rural se sentiam parte da cidade e que os deslocamentos pendulares que faziam rotineiramente entre o campo e a cidade demarcavam seus territórios cidadãos.

Todavia, o fato de haver uma maior proximidade entre a cultura urbana e a sociedade rural não significa que as relações sociais estabelecidas entre as pessoas e as vivências por elas vividas passem a se desenvolver da mesma forma nos dois espaços. Trata-se de um processo extremamente complexo porque além dos aspectos sociais, financeiros, afetivos e intelectuais, existem também as especificidades que cada sociedade rural traz consigo (aspectos culturais, comportamentais, pensamentos, valores e regras pertencentes a cada grupo). Dessa maneira, a aculturação resultante de uma maior proximidade entre os modos de vida rural e urbano não aconteceria de maneira homogênea. Candido (2001) já ressaltava exatamente esta mesma conclusão em seu estudo das sociedades caipiras do interior paulista, no final da década de 1940 e início dos anos 50. O autor constatou nos municípios por ele pesquisados, que havia três tipos de caipiras, os que absorviam toda a influência da cultura urbana, os que absorviam alguns aspectos advindos da influência urbana e os que não absorviam nada, mantendo

o seu modo de vida absolutamente tradicional. Assim, também para Candido (2001), o processo de aculturação não seria homogêneo, mas, sim, marcado por especificidades relativas à história do grupo.

Contudo, o processo de expansão da cultura urbana se espalha por diferentes vetores sociais, culturais e econômicos. Rambaud (1973) destaca que o processo de urbanização seria, primeiramente, mental, para depois se tornar material. Barros (2014), em pesquisa realizada sobre os efeitos da renda fixa advinda do recebimento da aposentadoria rural constatou que o processo de aculturação aos padrões urbanos se estabelecia de forma processual e consciente por parte dos habitantes do campo, que buscavam usufruir a parte positiva do modo de vida urbano e evitar as suas mazelas e sofrimentos. Não se trata de um processo pacífico, mas, antes, cheio de conflitos, pois ele se estabelece em ritmos diferenciados de acordo com os diferentes segmentos que compõem as sociedades rurais.

As pesquisas de Barros (2014) e Gomes (2015) também constataram que as pessoas que viviam no campo buscavam possuir todos os bens disponíveis aos moradores da cidade. Elas só não possuíam internet, por exemplo, por não disporem do oferecimento do serviço e não porque não o quisessem possuir. Como constatou Barros (2014), ao observar as condições de saneamento básico das casas situadas no meio rural, na Zona da Mata mineira, muitas vezes o desejo precedia às condições materiais disponíveis para o efetivo funcionamento de algo que se desejava possuir. Por exemplo, a reforma nas casas, realizada com a renda advinda da aposentadoria rural, permitia a muitas destas famílias terem um banheiro azulejado e dentro de casa, aos moldes das casas citadinas. Contudo, estes banheiros não possuíam as mesmas condições sanitárias que os encontrados na cidade. O aspecto de gênero também ficou demarcado nas pesquisas desses estudiosos. Tal como Bourdieu (2006) e Rambaud (1973) já haviam constatado na sociedade rural francesa, Barros (2014) também observou que em sociedades rurais do interior mineiro, a aceitação da cultura urbana se estabelecia de forma diferenciada por parte das mulheres e dos jovens em relações aos homens adultos e idosos. As mulheres e os jovens eram mais abertos à cultura urbana do que os homens.

A seleção das variáveis de interesse para compreensão do modo de morar das famílias rurais foi composta com base nos construtos teóricos trazidos por dois importantes autores, Rybczynski (1996) e Algranti (1997). Partindo de diferentes contextos, o primeiro, referindo-se a diferentes países da Europa e nos EUA, e a segunda, reportando-se à sociedade brasileira, retrataram as mudanças relacionadas aos

modos de morar nessas sociedades em decorrência do processo de urbanização dessas sociedades. Rybczynski (1996), ao analisar em seu livro como a ideia de conforto, privacidade, domesticidade e comodidade evoluíram ao longo do tempo, o autor apresenta uma visão geral das mudanças que a casa veio sofrendo com o passar dos anos na Holanda, França e Estados Unidos. Nas suas considerações, o autor destaca que mais importante que as inovações tecnológicas da época são as mudanças nos hábitos domésticos que elas acarretam às famílias. Já Algranti (1997) analisou a vida doméstica na colônia brasileira em suas primeiras décadas no contexto de um país recém-descoberto no século XVI que começa a ser desbravado pelos colonizadores. Os modos de morar apresentados pela autora realçam a dinâmica associada às condições dadas à época, marcadamente associadas ao uso da mão de obra escrava nos espaços públicos e privados e em decorrência do isolamento característico de um país ainda pouco urbanizado. A partir dessas obras, foi construído um construto por meio de uma conjunção entre as questões fundamentais apresentadas em cada uma dessas obras relacionadas aos modos de morar e de forma mais pragmática, buscou-se a possibilidade de análise empírica desses aspectos com base na equivalência das questões investigadas pelo censo demográfico brasileiro e nos dados disponibilizados pelas pesquisas do GERAR. Esta foi a estratégia encontrada para abarcar da melhor forma possível o fenômeno das mudanças dos modos de morar (Anexo 1 - Artigo 1).

### **3. Metodologia**

A fim de se alcançar o objetivo investigativo da presente pesquisa, voltado para compreender a forma como as mudanças na estrutura física das casas situadas no meio rural e a incorporação que as famílias que nelas viviam faziam das tecnologias domésticas e de uso pessoal se incorporavam no seu cotidiano, tomou-se os dados do censo demográfico de 2010 referentes a cinco cidades da microrregião de Viçosa, além do banco de dados do Grupo de Estudos Rurais: Agriculturas e Ruralidades (GERAR)<sup>21</sup>. Os dados selecionados para a utilização na presente pesquisa foram referentes a quatro pesquisas realizadas nos anos de 2013, 2014 e 2015, em cinco pequenos municípios da microrregião de Viçosa: Araponga, Cajuri, Coimbra, Piranga e São Miguel do Anta. Na

---

<sup>21</sup> O banco de dados do Grupo de Pesquisas GERAR, certificado pelo CNPq, encontra-se no Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa. O acervo é formado por pesquisas realizadas desde o ano de 2010.

tabela 1, apresentada a seguir, são sintetizadas as características das quatro pesquisas utilizadas na presente investigação.

**Tabela 1** - Caracterização geral das pesquisas realizadas nos municípios da mesorregião de Viçosa, MG, 2013 a 2015 utilizadas como fonte de dados

Autor	Cidade	Objetivo dos trabalhos do banco de dados do GERAR	Tipo de amostragem	Tamanho da amostra	Método de coleta	Observações
Gomes (2015)	Araponga	Analisar os deslocamentos entre campo-cidade realizados pelos rurais, sob a perspectiva de gênero e geração, no município de Araponga – MG	Amostra probabilística e representativa da população aleatória	94 questionários	Survey – questionário semi-estruturado combinando questões fechadas e abertas	Idade limite para os respondentes a faixa etária de 15 a 19 anos
Coutinho (2014)	Cajuri	Analisar, à luz dos deslocamentos cotidianos, as relações de interdependência entre campo e cidade, mapeando as suas demandas sociais, considerando as variáveis gênero e faixa etária	Amostra probabilística aleatória	49 questionários	Survey - questionário semiestruturado	Aplicado aos indivíduos sorteados, a partir de quinze anos
	Coimbra			45 Questionários		
Barros (2014)	Piranga	Verificar as mudanças nos modos de vida dos idosos frente à influência exercida pela aposentadoria rural	Amostra aleatória e representativa da população	63 entrevistados	Survey - entrevista semiestruturada	Somente idosos (pessoas com 55 anos ou mais) foram entrevistados
	São Miguel do Anta			54 entrevistados		
Guimarães (2013)	Araponga	Compreender as influências do processo de <i>urbanização do campo</i> no modo de moradia e de consumo das famílias que vivem no campo	Amostra não-aleatória intencional	72 famílias distribuídas em vinte comunidades	Questionários semi-estruturados, contendo questões abertas e fechadas.	-

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2017, a partir dos dados de Gomes (2015), Coutinho (2014), Barros (2014) e Guimarães (2013).

As análises realizadas no presente estudo foram elaboradas a partir de três conjuntos de variáveis: 1) **Perfil socioeconômico:** idade, sexo, estado civil, anos de estudo, número de moradores da casa e renda; 2) **Infraestrutura básica:** forma de acesso à água, sistema de esgoto, tipo de energia utilizada e destino do lixo; 3) **Estrutura física da propriedade e da casa:** material das paredes, presença e localização do banheiro e tecnologias domésticas.

Como o tema e o objetivo das pesquisas realizadas por outros pesquisadores do GERAR, as quais são utilizadas neste estudo, variou de acordo com o interesse que cada pesquisador tinha no seu estudo, a melhor maneira encontrada para realizar a compilação dos dados e a apresentação clara e didática dos mesmos foi selecionar os dados pretendidos no presente estudo, existentes nas pesquisas outrora realizadas. Assim, nem sempre os dados referentes a uma mesma variável apareceram em todas as quatro pesquisas utilizadas neste estudo. A tabela 2 apresenta os dados que foram apropriados de cada uma das quatro investigações realizadas pelos pesquisadores do GERAR.

**Tabela 2** - Organização da apresentação dos resultados

<b>Grupo de variáveis</b>	<b>Cidades</b>	<b>Pesquisadores</b>
<b>Perfil socioeconômico e Infraestrutura básica</b>	Araponga	IBGE (2010)
	Cajuri	
	Coimbra	
	Piranga	
	São Miguel do Anta	
<b>Estrutura física da propriedade e da casa</b>	Piranga e São Miguel do Anta (2014)	Barros (2014)
	Araponga (2013)	Guimarães (2013)
	Araponga (2015)	Gomes (2015)
	Cajuri e Coimbra (2014)	Coutinho (2014)

**Fonte:** Elaboração da autora, (2017) com base nos dados utilizados

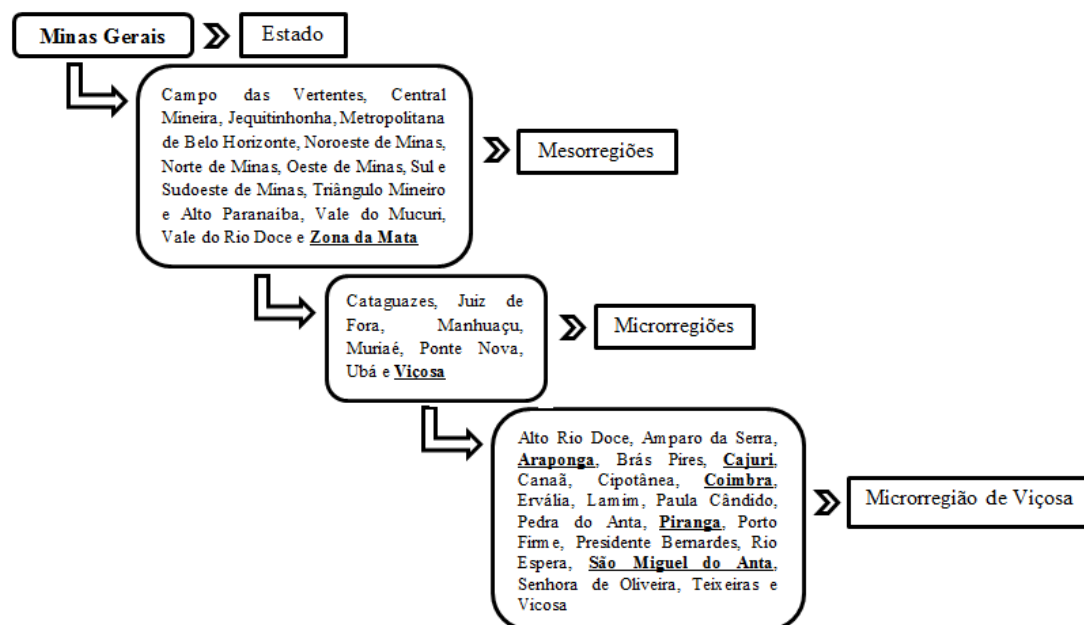
Apresentados os critérios utilizados para a seleção das variáveis analisadas, e as fontes de dados selecionadas de acordo com o grupo de variáveis, no próximo tópico se apresentará os resultados e as discussões a cerca dos mesmos.

## **4. Resultados e discussões**

### **4.1 Caracterização dos municípios pesquisados**

Os municípios analisados na presente pesquisa estão situados na Zona da Mata mineira. Segundo Veiga (2004), eles podem ser classificados como pequenos municípios por apresentarem menos de 20 mil habitantes, baixa densidade demográfica, economia fortemente baseada na agricultura e setor serviços de pouca diversidade, além de serem dependentes de repasses do Estado. A figura 1 apresentada a seguir, traz a organização geográfica do estado de Minas Gerais, destacando a localização dos municípios estudados.

**Figura 1** - Organização geográfica do estado de Minas Gerais



Fonte: Elaborado pela autora com base no IBGE (2016).

Já a tabela 3, apresentada a seguir, traz dados relativos ao Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios em que as pesquisas foram realizadas, juntamente com um comparativo com o estado de Minas Gerais e com o Brasil.

**Tabela 3** - PIB em 2013 nas cidades pesquisadas da microrregião de Viçosa

Produto Interno Bruto	Agropecuária	Indústria	Serviços
Brasil	105.163.000	539.315.998	1.197.774.001
Minas Gerais	15.568.048	54.306.183	97.398.820
Araponga	16.322,00	2.671,000	13.216,00
Cajuri	5.776,00	12.327,00	11.432,00
Coimbra	14.460,00	3.750,00	24.724,00
Piranga	19.123,00	4.149,00	41.034,00
São Miguel do Anta	12.815,00	3.227,00	14.092,00

Fonte: IBGE (2013)

Por meio da tabela 3 pode-se observar que, na maior parte dos municípios pesquisados, o PIB de serviços foi o mais expressivo com relação à participação no PIB total dos municípios, ficando em segundo lugar o PIB agropecuário e em terceiro o PIB da indústria. A exceção esteve relacionada ao município de Cajuri onde o PIB da indústria possuía maior participação no PIB total do município, apesar de bastante próximo ao PIB de serviços. Em Araponga a exceção foi outra, o PIB agropecuário do

município foi o mais representativo, o que se justifica pelo fato de esta ser uma região produtora de café. Os dados referentes ao PIB das cidades pesquisadas ajudam a comprovar a correspondência destas cidades a dois aspectos apontados por Veiga (2004) para a caracterização das pequenas cidades, sendo eles a presença de uma economia fortemente baseada na agricultura e no setor serviços de pouca diversidade.

A tabela 4, apresentada a seguir, complementa a descrição das características dos municípios estudados, trazendo: a distribuição populacional e os autores dos trabalhos em que os dados foram coletados e utilizados.

**Tabela 4** - População total, população urbana e rural dos municípios da mesorregião de Viçosa, MG.

Município	População	População urbana		População rural		Pesquisador		
Araponga	8.152 habitantes	3.041 (37,3%)	F	1.524 pessoas (18,7%)	5.011 (62,7%)	F	2.437 pessoas (29,9%)	Gomes (2015) Guimarães (2013)
			M	1.517 pessoas (18,6%)		M	2.674 pessoas (32,8%)	
Cajuri	4.047 habitantes	2.096 (51,76%)	F	1.049 pessoas (26,0%)	1.951 (48,21%)	F	878 pessoas (21,6%)	Coutinho (2014)
			M	1.047 pessoas (26%)		M	1.073 pessoas (26,4%)	
Coimbra	7.054 habitantes	5.156 (73,09%)	F	2.612 pessoas (37,0%)	1.898 (26,91%)	F	895 pessoas (12,7%)	Coutinho (2014)
			M	2.544 pessoas (36,0%)		M	1.003 pessoas (14,3%)	
Piranga	17.232 habitantes	5.958 (34,58%)	F	3.110 pessoas (18,0%)	11.274 (65,42%)	F	5.474 pessoas (31,8%)	Barros (2014)
			M	2.848 pessoas (16,5%)		M	5.800 pessoas (33,7%)	
São Miguel do Anta	6.760 habitantes	3.746 (55,41%)	F	1.917 pessoas (28,3%)	3.014 (44,59%)	F	1.407 pessoas (20,8%)	Barros (2014)
			M	1.829 pessoas (27,1%)		M	1.607 pessoas (23,8%)	

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2017, a partir dos dados do censo demográfico IBGE, 2010 e dados do GERAR.

**F:** população do sexo feminino / **M:** população do sexo masculino

Outro aspecto que se destaca é o fato de que, com exceção do município de Piranga, os demais possuíam menos de dez mil habitantes e apresentaram porcentagens consideráveis de moradores no campo. Com relação à variável idade, de acordo com os dados do censo demográfico realizado pelo IBGE (2010), a maior porcentagem da

população nos cinco municípios pesquisados estava compreendida na faixa etária de 25 a 34 anos. A concentração da maior parte da população nesta faixa etária é reflexo da diminuição da fecundidade, logo, diminuição na porcentagem de crianças na população que ficou evidente a partir dos dados do censo demográfico de 1980. Esta alteração direcionou a uma concentração em faixas etárias de mais idade, como foi o caso dos dados obtidos na presente pesquisa. As pesquisas de Froehlich (2011), Jardim (2002) e Camarano (2009), apontam para o envelhecimento do campo e reiteram esse resultado.

#### 4.2 Perfil sociodemográfico da população pesquisada

De acordo com os dados do IBGE (2010), nos quatro municípios pesquisados, os maiores percentuais estiveram associados à população masculina<sup>22</sup>. Confirmando o que literatura já aponta, os dados do IBGE (2010) apontam que a zona rural dos municípios aqui pesquisados – tal qual no Brasil – é habitada em sua maioria por pessoas do sexo masculino, enquanto na cidade, a maioria da população residente nas cidades é do sexo feminino.

**Tabela 5** - Sexo dos moradores do campo em cinco municípios da mesorregião de Viçosa, MG, 2010.

Sexo	Araponga	Piranga	S.M. Anta	Cajuri	Coimbra
<b>IBGE (2010)</b>					
Feminino	2437(48,6%)	5474 (48,5%)	1407 (46,7%)	878 (45%)	895 (47,1%)
Masculino	2674 (51,4%)	5800 (51,5%)	1607 (53,3%)	1073 (55%)	1003 (52,9%)
<b>Total campo</b>	5011	11274	3014	1951	1898

Fonte: IBGE (2010).

<sup>22</sup> No caso do público entrevistado nas cinco pesquisas do GERAR, as mulheres compuseram os maiores percentuais - 54,2% e 47,9% em Araponga, 61,9% em Piranga, 59,3% em São Miguel do Anta, 44,9% em Cajuri e 42,2% em Coimbra. Esse dado se justifica em função de as mulheres serem mais acessíveis com relação à sua participação em pesquisas, fornecendo respostas acerca das questões investigadas com mais facilidade e disponibilidade. Aliado a isso, existe o fato de pelas peculiaridades que envolvem o trabalho no campo, a mulher estar mais disponível, como, por exemplo, na divisão das tarefas. A mulher fica em posição subordinada, realizando atividades rotineiras, consideradas ajuda, pois, estão relacionadas ao serviço agrícola mais leve, as atividades domésticas, cuidado com os animais, principalmente os de pequeno porte, cuidado com o quintal e a horta (BRUMER, 2004). Estas atividades são desempenhadas mais próximas da construção principal, e por isso, as mulheres são mais facilmente encontradas no domicílio do que os homens, que executam suas tarefas mais afastados da casa. De acordo com Brumer (2004), pesquisas realizadas durante o dia podem se constituir em um elemento influenciador para que uma maior quantidade de mulheres seja entrevistada. A autora aponta que a divisão sexual do trabalho no campo se segmenta de forma que os homens sejam encarregados das tarefas “mais pesadas” e as mulheres cuidem das atividades domésticas e do entorno da casa, como criação de galinhas e porcos e o cultivo de hortaliças. Logo, no momento da realização das entrevistas, havia também a possibilidade de somente as mulheres estarem em casa disponíveis para a participação na pesquisa.

No que diz respeito ao estado marital, quando se considera a variável estado civil (tabela 6), em todos os municípios pesquisados, a porcentagem de casados superou a dos outros estados civis – mesmo que tenha havido uma variação entre os valores em cada caso. Essas diferenças são justificadas pelos critérios associados ao público selecionado para as investigações e, seguramente, aos objetivos associados a elas. Esse aspecto permite um olhar mais focado relacionado às mudanças nos modos de morar e do consumo das tecnologias domésticas, a partir do olhar majoritário do público casado, viúvo e solteiro, que prioritariamente compuseram as amostras estudadas.

**Tabela 6** - Estado Civil da população do campo, em cinco municípios da mesorregião de Viçosa, MG, 2010.

Estado civil	Araponga		Cajuri		Coimbra		Piranga		S.M. Anta	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Solteiro	1864	36,47%	831	42,59%	752	39,62%	4848	43,00%	1368	45,39%
Casado	2099	41,07%	713	36,55%	709	37,36%	3854	34,18%	1103	36,60%
Separado ou divorciado	78	1,53%	84	4,31%	52	2,74%	182	1,61%	79	2,62%
Viúvo (a)	243	4,75%	88	4,51%	107	5,64%	587	5,21%	113	3,75%
<b>Total</b>	100%									
<b>N*</b>	5111		1951		1898		11274		3014	

**Fonte:** IBGE (2010) \*Moradores do campo

Quando se considera o estado conjugal (como as pessoas vivem seus relacionamentos), os resultados apontaram que o casamento no civil e no religioso é predominante na zona rural dos municípios pesquisados, como pode ser observado na tabela 7. As uniões consensuais foram a segunda modalidade mais presente no campo quando considerou-se a variável estado conjugal, sendo representante de, em média, 16,9%, dos estados conjugais no campo.

**Tabela 7** - Estado conjugal da população do campo, em cinco municípios da mesorregião de Viçosa, MG, 2010.

Estado civil	Araponga		Cajuri		Coimbra		Piranga		S.M. Anta	
	Casamento civil e religioso	1851	75%	609	68,6%	602	68,7%	3446	81,9%	1270
Somente casamento civil	180	7,3%	70	8%	78	9,1%	185	4,4%	51	3,3%
Somente casamento religioso	52	2,1%	-	-	8	0,9%	65	1,5%	10	0,70%
União consensual	383	15,6%	208	23,4%	187	21,3	508	12,2%	187	12,3%
<b>Total</b>	100%									
<b>N*</b>	2466		888		876		4204		1518	

Fonte: IBGE (2010) \*Moradores do campo

Com relação à variável idade (tabela 8), pode-se dizer que, nas cinco cidades pesquisadas, no ano de 2010, a maior porcentagem da população estava compreendida na faixa etária até 19 anos, sendo representantes, em média, de 32,3% dos moradores das cidades. A faixa etária de 20 a 39 anos, (jovens adultos) ficou em segundo lugar, sendo representantes de 30,7% dos moradores. Os adultos, na faixa etária de 40 a 59 anos foi o terceiro grupo mais expressivo de moradores das cidades pesquisadas e representaram em média 23,39%. Já os idosos representaram 13,63% dos moradores das cidades pesquisadas. Pode-se observar que o perfil etário das cidades pesquisadas está delimitado, em sua maioria, por pessoas de até 29 anos. A porcentagem de idosos foi bastante expressiva, permitindo visualizar o processo de envelhecimento da população que está em curso no país. Segundo Salgado (2002), quando a proporção de idosos é maior que 10% do total da população, considera-se que esta população apresenta uma estrutura velha (em idade).

**Tabela 8** - Idade dos moradores em cinco municípios da mesorregião de Viçosa, MG, 2010.

Idade	Araponga 2013 (%)		Cajuri 2014 (%)		Coimbra 2014 (%)		Piranga 2013 (%)		S.M. Anta 2013 (%)	
Até 9 anos	1273	15,62%	514	12,70%	951	13,48%	2558	14,84%	876	12,96%
10 a 19 anos	1597	19,59%	727	17,96%	1156	16,39%	3531	20,49%	1175	17,38%
20 a 29 anos	1481	18,17%	677	16,73%	1074	15,23%	2883	16,73%	1097	16,23%
30 a 39 anos	1269	15,57%	553	13,66%	1027	14,56%	2249	13,05%	916	13,55%
40 a 49 anos	967	11,86%	503	12,43%	1015	14,39%	2075	12,04%	919	13,59%
50 a 59 anos	716	8,78%	487	12,03%	772	10,94%	1609	9,34%	781	11,55%
60 a 69 anos	440	5,40%	297	7,34%	523	7,41%	1161	6,74%	470	6,95%
70 a 79 anos	286	3,51%	193	4,77%	329	4,66%	728	4,22%	366	5,41%
80 a 89 anos	105	1,29%	79	1,95%	172	2,44%	369	2,14%	132	1,95%
90 anos ou mais	18	0,22%	17	0,42%	35	0,50%	69	0,40%	28	0,41%
<b>Total</b>	100%									
<b>N*</b>	8152		4047		7054		17232		6760	

Fonte: IBGE (2010) \*Total de moradores da cidade

O contexto geral das pesquisas realizadas pelo GERAR e os objetivos a elas relacionadas resultaram em diferentes perfis etários dos entrevistados nos cinco municípios relacionados. Assim, por exemplo, no caso das cidades de Piranga e São Miguel do Anta, a maioria dos entrevistados foi composta por idosos entre 60 a 79 anos. Já nas cidades de Araponga em 2013, Cajuri, no ano de 2014, Coimbra, no ano de 2014 e Araponga, no ano de 2015, majoritariamente a faixa etária dos moradores do campo esteve compreendida entre 20 e 49 anos.

Com relação à escolaridade dos moradores rurais dos municípios na microrregião de Viçosa, os analfabetos ou pessoas com o Ensino Fundamental incompleto foram a maior parte dos moradores. A tabela 9 apresenta a escolaridade por meio dos dados do GERAR, confirmados pelos dados do Censo de 2010.

**Tabela 9** - Escolaridade dos moradores do campo, GERAR e IBGE (2010)\* nos municípios da mesorregião de Viçosa, MG.

Nível de instrução	Araponga			Piranga		S. M. Anta		Cajuri (%)		Coimbra	
	2010 (%)	2013 (%)	2015 (%)	2013 (%)	2010 (%)	2013 (%)	2010 (%)	2014 (%)	2010 (%)	2014 (%)	2010 (%)
Analfabeto		6,9%	10,6%	3,2%		9,3%		4,1%		6,7%	
Ensino Fundamental Incompleto	84%	76,5%	62,8%	95,2%	75%	90,7%	71%	38,8%	69%	55,6%	67%
Ensino Fundamental Completo		4,2%	5,3%	1,6%		-		2%		6,7%	
Ensino Médio Incompleto	8%	9,8%	9,6%	-	13%	-	12%	4%	15%	17,8%	14%
Ensino Médio Completo		-	9,6%	-		-		24,5%		11,1%	
Ensino Superior Incompleto	5%	4,2%	2,1%	-	9%	-	12%	6%	12%	-	15%
Ensino Superior Completo	2%	2,8%	-	-	3%	-	4%	18,4%	4%	2,2%	4%
Pós-Graduação	-	-	-	-	-	-	-	2%	-	-	-
<b>Tamanho das amostras</b>	6898	72	94	49	14690	45	5881	63	3538	54	6127

**Fonte:** IBGE (2010), Guimarães (2013), Coutinho (2014), Barros (2014) e Gomes (2015)

\*Pessoas com 10 ou mais anos de idade.

Ao tomarmos os dados do IBGE (2010) na tabela 9, percebe-se que o perfil de baixa escolaridade se mantém, de forma generalizada em todos os municípios pesquisados. Certamente aqui, as características associadas aos municípios pesquisados trazem muitos dos aspectos tratados no estudo de Veiga (2004) sobre os pequenos municípios brasileiros. De acordo com o autor, mais de 80% dos municípios brasileiros apresentam características que estão muito associadas, a uma baixa densidade demográfica, uma economia fortemente baseada na agricultura e setor serviços de pouca diversidade, além de grande dependência de repasses do Estado.

Com relação ao número de moradores por habitação, predominaram habitações cujo número de moradores variou entre dois e quatro moradores (tabela 10).

**Tabela 10** - Número de moradores na habitação no campo, em cinco municípios da mesorregião de Viçosa, MG, 2010.

Número de moradores da casa	Araponga		Cajuri		Coimbra		Piranga		S.M. Anta	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1 a 2 pessoas	707	30%	392	33%	926	40%	1295	28%	650	32%
3 a 4 pessoas	1126	47%	534	44%	1102	47%	1915	42%	1041	50%
5 a 6 pessoas	444	19%	223	18%	275	11%	993	22%	313	15%
7 ou mais pessoas	94	4%	50	4%	35	1%	377	8%	54	2%
<b>Total</b>	100%									
<b>N*</b>	2371		1199		2338		4580		2058	

Fonte: IBGE (2010) \*Domicílios particulares permanentes

No que diz respeito às habitações, no entanto, os dados revelaram uma tendência citadina de diminuição no número de moradores nas casas: as casas no campo com até quatro moradores representavam 78,86% das habitações nos municípios pesquisados, de acordo com os dados do IBGE para as cinco cidades pesquisadas, corroborando com os percentuais encontrados nas pesquisas do GERAR.

Nos cinco municípios que compuseram essa pesquisa a renda ficou concentrada em até dois salários mínimos (tabela 11), de acordo com o último censo demográfico divulgado pelo IBGE, em 2010. De outro lado, a renda dos inativos, conforme apontou Barros (2014), advinda das aposentadorias e pensões representava um importante incremento às rendas das famílias rurais por ela pesquisadas.

**Tabela 11** - Renda das famílias do campo, em cinco municípios da mesorregião de Viçosa, MG, 2010.

Renda da família	Araponga		Cajuri		Coimbra		Piranga		S.M. Anta	
Sem rendimento	2083	30%	1363	39%	1825	30%	5849	40%	1694	29%
Até 1/4 SM	464	7%	184	5%	293	5%	1090	7%	461	8%
Mais de 1/4 a 1/2 a 1 SM	693	10%	110	3%	347	6%	1172	8%	563	10%
Mais de 1/2 a 1 SM	2460	36%	1356	38%	2051	33%	4499	31%	2042	35%
Mais de 1 a 2 SM	872	13%	334	9%	1116	18%	1604	11%	761	13%
Mais de 2 a 3 SM	113	2%	88	2%	204	3%	197	1%	165	3%
Mais de 3 a 5 SM	155	2%	61	2%	165	3%	156	1%	131	2%
Mais de 5 a 30 SM	58	1%	42	1%	132	2%	122	1%	66	1%
<b>Total</b>	100%									
<b>N*</b>	6898		3538		6127		14690		5881	

Fonte: IBGE (2010) \*Pessoas com 10 ou mais anos de idade

O quadro relacionado ao perfil das famílias na microrregião de Viçosa, no estado de Minas Gerais, é compreendido por moradores casados na sua maior parte em idade de 19 a 39 anos, com baixa escolaridade e renda, sendo as famílias compostas por até quatro membros. Vejamos a realidade desse grupo no que diz respeito às suas propriedades e consumo tecnológico, nosso próximo item.

### 4.3 Características e infraestrutura básica das propriedades e das moradias

Em todas as cidades e anos pesquisados, pelos investigadores do GERAR, mais de 60% dos entrevistados disseram ser donos das terras onde habitavam. Quanto ao tamanho da propriedade, houve maior incidência de percentuais significativos para propriedades com até 10 hectares (GUIMARÃES, 2013; COUTINHO, 2014). Essa área circunscreve a maior parte das propriedades estudadas à condição de minifúndio. Isso porque, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para a região onde estão localizados os municípios de Araponga, Coimbra, Piranga e São Miguel do Anta, um módulo de terra equivale a 28 hectares (apenas no caso de Cajuri, um módulo de terra é equivalente a 22 hectares). E, de acordo com o INCRA, propriedades com área inferior a 1 (um) módulo fiscal são consideradas minifúndios.

**Tabela 12** - Tamanho da propriedade no campo nos municípios da mesorregião de Viçosa, MG, 2013 a 2015

Tamanho da propriedade	Araponga 2013 (%)	Piranga 2013 (%)	S.M. Anta 2013 (%)	Cajuri 2014 (%)	Coimbra 2014 (%)	Araponga 2015 (%)
Até 5 hectares	28,3	76,2	75,5	43,2	59,9	57,3
5 a 10 hectares	23,4	7,9	13,2	26,5	8,8	13,8
10 a 15 hectares	13,4	6,4	5,6	4,1	4,4	7,5
15 a 20 hectares	5	1,6	1,9	12,2	4,4	7,4
20 a 25 hectares	10	4,7	1,9	2	-	3,2
Mais de 26 hectares	19,9	3,2	1,9	12	22,5	10,8
<b>Total</b>	100%					
<b>N</b>	72	63	54	49	45	94

**Fonte:** Guimarães (2013), Coutinho (2014), Barros (2014) e Gomes (2015)

A maior porcentagem de moradores entrevistados morava no local a mais de 31 anos (tabela 13). A alta porcentagem de respondentes com maior tempo de moradia na mesma propriedade (superior a 31 anos, como apresentado anteriormente) é um indicativo de uma maior adaptação ao modo de vida no campo<sup>23</sup>.

<sup>23</sup> Além disso, deve ser considerado também o fato de, nestas duas pesquisas, não haver limitações com relação à idade. Os entrevistados, em sua maioria, foram pessoas jovens adultas e/ou adultas – o que permite que o tempo de moradia na propriedade ultrapassasse os 31 anos.

**Tabela 13** - Tempo de moradia na propriedade no campo, segundo as pesquisas realizadas nos municípios da mesorregião de Viçosa, MG, 2013 a 2015

Tempo de moradia	Cajuri 2014 (%)	Coimbra 2014 (%)	Araponga 2015 (%)
Até 5 anos	12,1	15,7	16
6 a 10 anos	6,1	15,7	10,5
11 a 15 anos	16,3	13,6	10,5
16 a 20 anos	12,2	13,2	18
21 a 25 anos	12,2	-	12,8
26 a 30 anos	6,1	-	10,5
Mais de 31 anos	34,4	41,8	21,7
<b>Total</b>	100%		
<b>N</b>	49	45	94

Fonte: Coutinho (2014) e Gomes (2015)

Assim, em síntese, o perfil das propriedades pesquisadas é de propriedade da maior parte das famílias. A forma de aquisição destas propriedades variou entre herança, compra ou doação sendo que a renda dos moradores da região gira em torno de dois salários mínimos (COUTINHO, 2014; GOMES, 2015). Prevaecem as propriedades que possuem tamanho equivalente a um minifúndio habitados por seus moradores há muitos anos.

Com relação ao tipo de saneamento, o indicador social municipal aponta três tipos: adequado, inadequado e semi-adequado. Para as áreas rurais dos municípios pesquisados, os resultados são apresentados na tabela 14. De forma geral, observou-se que todas as casas do campo possuíam, em sua maioria, saneamento inadequado ou semi-adequado.

**Tabela 14** - Tipo de saneamento nas moradias do campo nos municípios estudados da microrregião de Viçosa, 2010.

Tipo de saneamento	Araponga (%)		Cajuri (%)		Coimbra (%)		Piranga (%)		S.M. Anta (%)	
	Camp	Cid	Camp	Cid	Camp	Cid	Camp	Cid	Camp	Cid
Saneamento adequado	0,1%	71,5%	11,6%	95,1%	-	64,5%	0,1%	74,1%	0,1%	83,9%
Inadequado	81,5%	0,3%	43,9%	-	59,7%	-	86,4%	1,3%	72,1%	-
Semi-adequado	18,4%	28,2%	44,6%	4,9%	40,3%	35,5%	13,5%	24,7%	27,8%	16,1%
<b>Total*</b>	<b>1410</b>		<b>563</b>		<b>585</b>		<b>2838</b>		<b>899</b>	

Fonte: IBGE (2010) \*Domicílios particulares permanentes rurais

Camp: Campo / Cid: Cidade

Esse indicador aponta que com relação aos serviços de saneamento, o campo ainda sofre muito com a falta de condições adequadas. O baixo percentual relacionado à população que tem acesso ao sistema de esgoto revela um baixo nível tecnológico associado ao meio rural no que diz respeito a esse serviço. Quando executado, o sistema de esgoto tem impactos diferenciados, segundo a sua concepção e tecnologias adotadas. Impactos negativos ao meio ambiente estão associados à falta de coleta e tratamento de esgotos, especialmente quando esses são lançados nos leitos dos rios, contaminando nascentes e comprometendo o abastecimento e o consumo de água no local e entorno. Os dados associados aos municípios pesquisados são reflexo da situação vivenciada em todo o estado, cujos investimentos públicos têm sido feitos a passos lentos. Em 1960 apenas 3,9% dos domicílios rurais, em Minas Gerais, possuíam sistema de esgoto público. Em 2010 este percentual subiu para 26,3%; ou seja, mais de 70% dos domicílios rurais ainda não possuíam sistema de esgoto público, em 2010.

A análise do acesso aos serviços de saneamento nas propriedades pesquisadas – especialmente em relação aos serviços de abastecimento de água e energia elétrica – aproxima a realidade rural da cidadina dos municípios de Minas Gerais<sup>24</sup>.

Tão impactante quanto o acesso à água encanada para os modos de morar é o acesso à energia elétrica. Segundo Da Mata, Pin e Resende (2007), o acesso à rede elétrica permite que o indivíduo tenha acesso à informação, possibilidade de educação à distância, acesso a bens culturais, segurança, dentre outros. No ano de 1960, somente 7,8% da população rural tinha acesso à rede elétrica. Uma grande mudança pôde ser percebida no censo de 1980 para o censo de 1991, pois, o acesso à energia elétrica aumentou em 166% com relação à década anterior. A partir daí o acesso à energia elétrica só aumentou na área rural e, segundo o censo de 2010, 96% das habitações rurais dispunham de energia elétrica – o que representou um aumento de 498,8%, do ano de 1960 para o ano de 2010.

Na análise da estrutura física das moradias se considerou: a composição das paredes e presença de banheiro. Nossa primeira variável de análise foi o material utilizado nas paredes das casas no campo. Nas cinco cidades investigadas (conforme apresentado na tabela 15), o material mais utilizado para a construção das paredes foi a alvenaria.

---

<sup>24</sup> No que se refere ao abastecimento de água, em Minas Gerais, nos anos 1960, mais de 95% das residências não possuíam acesso à canalização da água utilizada em suas residências. Em 2010 a situação se inverteu de modo que a porcentagem de residências rurais com acesso a água encanada atingiu a porcentagem de 83,2%

**Tabela 15** - Tipo de material das paredes externas nos cinco municípios da microrregião de Viçosa, 2010.

Tipo de material das paredes externas	Araponga (%)		Cajuri (%)		Coimbra (%)		Piranga (%)		S.M. Anta (%)	
Alvenaria com revestimento	1177	83,7%	504	89,6%	514	87,7%	2.366	83,4%	769	85,5%
Alvenaria sem revestimento	210	1,5%	59	10,4%	72	12,3%	408	14,3%	131	14,5%
Taipa revestida	9	0,6%	-	-	-	-	34	1,2%	-	-
Taipa não revestida	6	0,4%	-	-	-	-	25	0,9%	-	-
Outro material	4	0,3%	-	-	-	-	5	0,2%	-	-
Total*	1406 domicílios		563 domicílios		586 domicílios		2838 domicílios		900 domicílios	

Fonte: IBGE (2010) \*Domicílios particulares permanentes rurais

Nas cidades pesquisadas, a alvenaria foi o material mais comum encontrado nas paredes externas das casas nas cinco cidades pesquisadas. Moradias construídas de pau a pique e madeira não apresentaram percentuais expressivos em nenhum dos casos, o que aponta para uma incorporação dos valores citadinos, no que diz respeito aos materiais usados na construção das casas. A presença maciça de materiais industrializados na construção das casas revela o processo de expansão da economia capitalista no meio rural a qual trouxe alterações, adaptações e até o desaparecimento de alguns padrões tradicionais relacionados à vida do rural. Nesses termos, por exemplo, não se observou nas casas pesquisadas o emprego de antigas técnicas e/ou materiais, tal qual o adobe, a taipa de pilão, ou o pau-a-pique. Essas cederam lugar, ao longo do tempo, para os materiais industrializados que penetraram nas áreas rurais de forma majoritária. Tal qual observou Vilaça (2016:238), em relação às casas rurais na região do Minho, em Portugal, no período de 1750-1810, “os materiais mais perenes, como a madeira, não resistiram, tanto às intempéries da natureza como dos próprios herdeiros que as amputaram ano após ano”. Aqui também, nas propriedades analisadas esse material cede lugar à cerâmica, majoritariamente presente nas habitações mineiras.

Corroborando com as análises acima realizadas, a presença de banheiros nas habitações rurais revela a evolução dos padrões de moradia, com a presença de espaços especializados e a busca de privacidade (tabela 16). Embora a questão sobre a existência de banheiros tenha sido inquirida somente no censo de 1991, os dados mostraram que

neste censo, 50,6% das moradias na Zona Rural em Minas Gerais possuíam banheiro, tendo este percentual aumentado para 60,1% no censo de 2000 e para 77,2%, em 2010. O número de moradias que apresentavam dois banheiros, em 1991, era de 2,2%, aumentou para 8%, em 2010.

**Tabela 16** - Existência de banheiro ou sanitário nos municípios da mesorregião de Viçosa, 2010.

Tipo de esgotamento sanitário	Araponga (%)		Cajuri (%)		Coimbra (%)		Piranga (%)		S.M. Anta (%)	
	Tinham banheiro	2.201	93,2%	1.196	99,7%	2.331	99,7%	4.424	96,6%	2.048
Tinham sanitário	104	4,4%	-	-	5	0,2%	75	1,6%	4	0,2%
Não tinham nem banheiro nem sanitário	66	2,8%	3	0,3%	2	0,1%	81	1,8%	6	0,3%
Total	2.371		1.199		2.338		4.580		2.058	

Fonte: IBGE (2010) \*Domicílios particulares permanentes

Nas casas pesquisadas, o banheiro estava presente em média em 97,7% das moradias nas cinco cidades da microrregião de Viçosa. Os sanitários, apesar de presentes, não chegaram à 2% em média. Ainda foram identificados domicílios sem acesso a banheiro e nem a sanitários<sup>25</sup>, porém a porcentagem média nas cidades ficou em 1%.

Foi encontrada uma pequena porcentagem de casas com menos de cinco cômodos e estas representavam, em média, menos de 10% do total das habitações nas cinco cidades pesquisadas: a maior parte dos domicílios pesquisados possuía sete ou oito cômodos como pode ser observado na tabela 17.

<sup>25</sup> Banheiro refere-se ao ambiente que dispõe de chuveiro ou banheira e aparelho sanitário ou buraco para dejeções para o uso exclusivo de um grupo familiar. Já o sanitário refere-se ao ambiente reservado a um grupo (mais de uma unidade familiar), não necessariamente de grande dimensão, de uso coletivo onde possui vasos sanitários e/ou chuveiros.

**Tabela 17** - Número de cômodos nas cinco cidades da mesorregião de Viçosa, 2010

Número de cômodos	Araponga (%)		Cajuri (%)		Coimbra (%)		Piranga (%)		S.M. Anta (%)	
1 a 4 cômodos	228	9,7%	105	8,7%	229	9,8%	286	6,6%	219	10,6%
5 e 6 cômodos	878	37,0%	531	44,3%	1192	51%	1728	39,8%	888	43,5%
7 e 8 cômodos	1264	53,3%	564	47,0%	915	39,2%	2305	53,6%	943	45,9
Total	2.371		1.199		2.338		4.345		2.058	

Fonte: IBGE (2010) \*Domicílios particulares permanentes

A busca pelo conforto e pela privacidade das quais fala Rybczynski (1996), é evidenciada nas propriedades investigadas pela presença de maior número de cômodos nas casas. Esse fato certamente está associado aos valores emergentes na sociedade burguesa do século XIX, após a Revolução Industrial, de maior valorização do indivíduo. A partir de então, conforma-se um novo padrão – com novas distinções sociais, que se expandem também para as classes mais populares, no consumo das massas (TASCHNER, 2009). A tabela 18, abaixo continua esta discussão ao apresentar a densidade de moradores por dormitório.

**Tabela 18** - Densidade de moradores por dormitório em cinco cidades da mesorregião de Viçosa, 2010.

Densidade de moradores por dormitório	Araponga (%)		Cajuri (%)		Coimbra (%)		Piranga (%)		S.M. Anta (%)	
Até 1 morador	1.013	42,7%	483	40,3%	1.147	49,0%	1.903	41,5%	807	39,4%
De 1 a 2 moradores	1.104	46,7%	602	50,2%	1.029	44,0%	2.171	47,4%	1.070	52,1%
De 2 a 3 moradores	198	8,4%	78	6,5%	122	5,21%	359	7,8%	136	6,7%
Mais de 3 moradores	53	2,2%	38	3,0%	37	1,58%	149	3,3%	36	1,8%
Total	2.371		1.199		2.338		4.580		2.058	

Fonte: IBGE (2010) \*Domicílios particulares permanentes

A tabela 18 apresenta a densidade de moradores, e, na maior parte dos casos, a ocupação máxima de pessoas no mesmo cômodo servindo de dormitório fica em até dois moradores. Sendo assim, a variável se apresenta como mais uma forma de expressão de valores da cultura urbana por meio da individualização dos usos cômodos destinados ao descanso.

A localização da cozinha nas casas rurais também tem sofrido modificações ao longo do tempo<sup>26</sup>. No estudo de Guimarães (2013) ela observou que 77,8% dos casos a cozinha se localizava internamente e em 20,8% existiam duas cozinhas presentes na casa, uma interna e outra externa (tabela 19). A manutenção das cozinhas na área externa em quase 21% dos casos revela o resquício do período colonial, explicando-se pelo fácil acesso e maior funcionalidade que essa localização permite aos residentes e possibilidade de conjugação com as atividades de trabalho doméstico e agrícola. Além disso, esse ambiente também está associado ao espaço de maior sociabilidade da família (ALGRANTI, 1997).

A manutenção da cozinha e do banheiro na área externa está ligada aos modos de ser do camponês, podendo significar também um fortalecimento do hibridismo cultural existente. No período colonial, esse cômodo não fazia parte da maioria das residências. Conforme apontaram os estudos de historiadores e pesquisadores da época, era costume, durante o dia, que os moradores fizessem suas necessidades fisiológicas ao ar livre ou em qualquer outro espaço; à noite era comum o uso de artefatos como o pinico<sup>27</sup>. A ausência de instalações sanitárias nas residências e a falta de escoamento dos dejetos contribuíram para a manutenção desse costume e retardou a incorporação dos banheiros às casas. Assim, o banheiro permaneceu, por muito tempo, localizado na área externa das casas e se percebe que algumas propriedades ainda mantêm esta localização. Esse costume também esteve associado aos modos de ser do camponês, conforme apontou Beatriz Heredia (1979) em estudo realizado sobre os pequenos produtores no nordeste do Brasil. Nas casas rurais de Araponga pesquisadas por Guimarães, em 2013, foi identificada a presença do banheiro interno, acoplado às casas, na maioria das propriedades (87,3%). Mas quase 10% mantinham um banheiro fora e outro dentro das casas.

Práticas tradicionais e outras modernas reforçam um padrão híbrido relacionado às construções rurais pesquisadas. Guimarães (2013) evidenciou a presença crescente de materiais industriais nas aberturas, como janelas e portas. O uso do metalão (20,8%), vidro (16,7%) e do uso misto desses materiais com a madeira (30,6%) reforçam um padrão urbanizado às construções rurais, mesmo que a presença da madeira ainda componha um grande percentual (30,6%), como pode ser visualizado na tabela 19.

---

<sup>26</sup> Os dados referentes à localização do banheiro e das cozinhas, material de revestimento tiveram como referência apenas o banco de dados da pesquisa de Guimarães (2013). Entretanto, por se tratarem de dados reveladores dos modos de morar no campo, fez-se a opção por utilizá-los.

<sup>27</sup> O estudo de Vilaça (2016), que examinou a “A casa rural do Minho – 1750 – 1810”, ao analisar a inventários e testamentos das propriedades, percebeu que dentro o mobiliário relacionado a esses documentos, constava como um dos itens a ‘retrete’ ou a ‘necessária’.

A mão de obra empregada na construção da moradia também revela um indicador do morar. Em 69,4% das moradias entrevistadas a mão de obra utilizada foi especializada. A mão de obra familiar foi utilizada em 23,6% das construções das habitações e o mutirão em somente 5,6% das moradias. Esse dado pode estar assinalando uma mudança nas antigas práticas construtivas associadas ao uso da mão de obra familiar e ao mutirão apontado por Sabourin (1999), ao pesquisar as práticas de reciprocidade e de dádiva em comunidades rurais do Sertão Nordestino e as políticas de desenvolvimento local, como uma categoria de ajuda mútua que se subdivide em dois tipos: as destinadas ao bem comum e as destinadas à comunidade, como por exemplo, construção de casas e cercas ou estradas e escolas. Essas ajudas denominadas mutirão, e são assim chamadas em todo o Brasil, porém, há uma variação com relação a nomenclatura de acordo com a região. De acordo com Brandão (2007), o “pagamento” por estas ajudas, se dá por meio de uma confraternização de alimentos ou um prato específico, bebidas, danças, jogos, uma grande celebração pelo cumprimento do trabalho, além do acordo subentendido de participação da família ajudada na empreitada da(s) família(s) que a ajudou(aram), quando necessário. No novo padrão que se estabelece o gasto com mão de obra na construção das casas pelas famílias pode significar um investimento nas mesmas, tanto em qualidade da moradia, quanto no seu valor de mercado.

**Tabela 19** - Detalhes da casa no campo, no município de Araponga, MG, 2013

Local do banheiro (%)		Local da cozinha (%)		Material da janela (%)		Tipo de mão-de-obra (%)	
Interno a casa	87,3	Interno	77,8	Vidro	16,7	Mutirão	5,6
Externo a casa	2,8	Externo	1,4	Madeira	30,6	Individual/Familiar	23,6
Externo e interno a casa	9,9	Interno e externo	20,8	Metalão	20,8	Especializada	69,4
				Misto (vidro e madeira/metalão)	30,6	Não soube responder	1,4
				Outros (Folhão)	1,4		
<b>N</b>	72						
<b>Total</b>	100%						

Fonte: Guimarães (2013)

As propriedades pesquisadas por Guimarães tinham sofrido, a maior parte delas, alguma reforma nos últimos cinco anos (79,2%). E, 62,5% dos proprietários tinham

intenção de realizar ainda alguma reforma na casa, apontando uma valorização do espaço (tabela 20). Por meio das reformas, as moradias têm adquirido características consideradas mais urbanas, seja pelo material utilizado para a realização das mesmas ou pelo local da compra deste material. Esses não se tratam de materiais disponibilizados localmente, mas adquiridos em lojas especializadas. Nas justificativas dos seus proprietários, busca-se uma maior valorização dos imóveis, além de um maior conforto e bem-estar aos seus moradores.

**Tabela 20** - Casas reformadas no campo, no município de Araponga, MG, 2013

Reforma feita nos últimos anos		Planeja reformar	
<b>Sim</b>	79,2 %	<b>Sim</b>	62,5 %
<b>Não</b>	20,8 %	<b>Não</b>	37,5 %
<b>N</b>	72		
<b>Total</b>	100%		

Fonte: Guimarães (2013)

Estes dados deixam evidenciar que as casas burguesas localizadas no campo do período colonial, constituídas por um único cômodo, multifuncional, sem uma clara divisão entre as áreas ficaram no passado. No lugar delas, a divisão definida dos cômodos está presente na casa do campo do século XXI. A tendência de aumento no número de cômodos da casa, já abordada nesse trabalho, evidencia a possibilidade de uma divisão básica de uma casa de acordo com as áreas: social, serviço e descanso. À frente, no próximo tópico, buscar-se-á como tem se dado o acesso às tecnologias domésticas nas propriedades estudadas.

#### 4.4 Bens de consumo e tecnologias domésticas dos domicílios

Nesse ponto, buscou-se caracterizar o acesso aos bens de consumo presentes nos municípios pesquisados, bem como, analisar em que medida esse consumo está relacionado a mudanças no modo de morar dos rurais, particularmente, a partir do maior consumo das tecnologias domésticas. Os estudos de Fiúza et. al. (2014) e de Nascimento (2013), realizados nas aldeias minhotas do noroeste de Portugal, e nas montanhas capixabas brasileiras, respectivamente, apontaram que a geladeira e televisão eram eletrodomésticos encontrados mais frequentemente nas casas do campo. Trata-se

de bens originalmente relacionados ao modo de vida urbano<sup>28</sup>, mas que aos poucos vão se tornando cada dia mais presente nos domicílios do campo. A tabela 21 apresenta os bens duráveis inquiridos no questionário do censo. Dentre os bens que se fizeram presentes na maior quantidade de casas, os destaques foram: geladeira, rádio e televisão, variando em porcentagem em cada uma das cinco cidades investigadas.

**Tabela 21** - Bens de consumo na casa no campo nos cinco municípios da microrregião de Viçosa, 2010.

Bem durável	Araponga (%)		Cajuri (%)		Coimbra (%)		Piranga (%)		S.M. Anta (%)	
Automóvel	241	17,1%	151	26,8%	186	31,7%	576	20,2%	225	25,0%
Geladeira	1.042	74,1%	524	93,0%	540	92,1%	2.232	78,6%	776	86,2%
Maquina de lavar	60	4,3%	106	18,9%	104	17,7%	206	7,25%	148	16,4%
Computador	51	3,6%	61	10,8%	78	13,3%	82	2,88%	28	3,1%
Computador com internet	19	1,3%	26	4,6%	12	2,04%	6	0,2%	4	0,4%
Moto	811	57,7%	242	43,0%	242	41,3%	921	32,4%	410	45,5%
Rádio	1.172	83,3%	508	90,2%	547	93,3%	2.418	85,2%	752	83,5%
Telefone celular	572	40,7%	356	63,2%	387	66,0%	1.662	58,5%	571	63,4%
Telefone fixo	20	1,42%	21	3,7%	12	2,04%	48	1,6%	26	2,8%
Televisão	1.251	88,9%	543	96,4%	561	95,7%	2.486	87,6%	838	93,1%
Total	1406 domicílios		563 domicílios		586 domicílios		2.838 domicílios		900 domicílios	

Fonte: IBGE (2010) \*Domicílios particulares permanentes rurais

O banco de dados dos investigadores do GERAR relativos aos bens de consumo nas casas rurais contemplou outros equipamentos que não compõem a base de dados do IBGE, evidenciando uma maior diversidade no consumo das famílias do que aquelas previstas no censo de 2010. Assim, comparando-se a presença de cada um dos eletrodomésticos, pode-se concluir que a televisão, dentre eles, é o equipamento que mais está presente nas casas. A grande presença da parabólica evidencia a busca por uma qualidade do sinal da televisão já que, no campo, a parabólica funciona como um receptor que melhora qualidade dos canais recebidos via satélite, além de disponibilizar uma quantidade maior de canais em relação à televisão comum. Esta provavelmente é a justificativa para mais de 92% dos moradores pesquisados de todas as quatro cidades possuírem o aparelho.

<sup>28</sup> O estudo de Pinho (2013) ao estimar os perfis de curvas de carga por aparelhos para consumidores residenciais do Rio de Janeiro, atendidos na BT (Baixa Tensão), constatou que os eletrodomésticos, que, em média, estão mais presentes nas casas são: geladeira, televisão, ventilador e ferro elétrico.

A geladeira também foi um eletrodoméstico bastante presente nas casas da microrregião de Viçosa, de modo que, nos anos pesquisados, ela esteve presente em mais de 90% dos domicílios. Outro eletrodoméstico que foi identificado em mais de 90% dos domicílios pesquisados nas quatro cidades foi o liquidificador.

**Tabela 22** - Bens de consumo na casa no campo, segundo as pesquisas realizadas nos municípios da microrregião de Viçosa, MG, 2013 a 2015.

Bem consumo	Araponga - Guimarães - 2013 (%)	Araponga - Gomes 2015 - (%)	Piranga - Barros 2014 - (%)	São Miguel do Anta - Barros 2014 - (%)
Fogão a gás	93,1	97,9	92,1	98,1
Parabólica	95,8	97,9	96,8	92,6
Liquidificador	91,7	94,7	93,7	96,3
Tanquinho de lavar roupa	93,1	91,5	79,4	92,3
Fogão a lenha	-	90,4	87,3	81,5
Ferro elétrico	91,7	72,3	3,2	3,8
Aparelho de DVD	33,3	61,7	30,2	38,5
Aparelho de som	61,1	59,6	46	48,1
Batedeira	41,7	30,9	19	40,4
Máquina de costura	47,2	30,9	-	-
Freezer	31,9	18,1	-	9,3
Micro-ondas	12,5	10,6	7,9	11,5
Forno elétrico	5,6	9,6	-	-
Ventilador	1,4	7,4	12,7	17,3
TV por assinatura	2,8	-	-	-
<b>Meios de transporte</b>				
Bicicleta	40,3	31,9	-	-
Moto	68,1	76,6	-	-
Carro	51,4	37,2	-	-

**Fonte:** Guimarães (2013), Barros (2014) e Gomes (2015).

O fogão a gás esteve presente em mais de 92% dos domicílios pesquisados. Sua presença nas habitações rurais é mais um símbolo da urbanidade dado que, no passado, as casas no campo utilizavam o fogão alimentado à lenha para a cocção dos alimentos. A alta frequência de fogões a gás nas casas pesquisadas não significa, no entanto, o abandono do antigo fogão a lenha. Ao contrário, ele se encontra presente em pelo menos 80% das casas pesquisadas. Assim, o fogão a lenha passa a dividir espaço com o fogão a gás, muitas vezes, literalmente, lado a lado, ocorrendo um uso combinado dos dois equipamentos. Nesse caso, certamente que o seu uso está mais associado a elementos de uma cultura campesina que permanecem, do que à eficiência e rapidez que o seu uso pode trazer no preparo de uma refeição.

Juntos, os três eletrodomésticos, geladeira, fogão e liquidificador, estavam presentes em mais de 90% dos domicílios. A presença maciça desses equipamentos é

indicadora de mudanças dos modos de morar no campo, na medida em que esse espaço passou a agregar eletrodomésticos anteriormente associadas exclusivamente aos modos de morar citadinos, cuja demanda está associada a um ritmo de vida mais acelerado, que valoriza o uso eficiente do tempo. Nesse novo *ethos*, quanto mais às atividades puderem ser simplificadas e delegadas às máquinas, maior aproveitamento do tempo poderá ser obtido. Percentuais significativos relacionados a equipamentos associados a preparações que requerem rapidez e praticidade, a exemplo da batedeira, freezer e microondas, indicam a permanência dessa tendência e o investimento da família em itens menos básicos associados aos trabalhos domésticos.

Essa mesma lógica estaria associada também ao tanquinho de lavagem de roupa, presente na maioria das casas. A partir do uso desse equipamento, passou a não ser mais necessário o trabalho manual associado à lavagem e higienização das roupas. A sua presença na casa rural vem tornar menos pesado e mais rápido esse trabalho. A facilidade na execução das tarefas proporcionada pelos eletrodomésticos e eletroeletrônicos é muito característica da cultura urbana que vive o tempo do relógio e, por isso, dita que o tempo deve ser gasto da melhor maneira possível.

Os dados analisados relacionados à presença do celular nos municípios pesquisados é um forte indicador de apropriação das TIC no meio rural. A inserção desta tecnologia no cotidiano dos moradores do campo pode ser observada com base na porcentagem de famílias pesquisadas que possuíam o aparelho. Com exceção da cidade de Piranga, que pouco mais de 50% dos entrevistados possuía o aparelho celular, nas outras três cidades, a presença do celular foi acima de 75%, podendo o aparelho ser considerado inserido no cotidiano dos moradores do campo. A democratização<sup>29</sup> e massificação do celular estão muito relacionadas a dois fatores: o primeiro deles é a possibilidade de diminuir as distâncias e, dependendo do caso, eliminá-las; o segundo fator é o custo para sua aquisição que pode ser considerado baixo (SILVEIRA e SCHWARTZ, 2011). No meio rural, o uso da telefonia celular tem seu uso plenamente justificado tanto no uso doméstico, quanto para as atividades produtivas.

A possibilidade de acesso ao mundo se coloca também, a partir do acesso aos meios de transporte possibilitando a mobilidade socioespacial dos habitantes do campo.

---

<sup>29</sup> De acordo com o modelo e funções do aparelho que se deseja adquirir, é que ocorre a variação dos preços, tornando-o democrático com relação as condições econômicas dos interessados na tecnologia e facilitando sua aquisição. Além disso, a manutenção do aparelho pode ser realizada de duas formas, sendo ele pré ou pós pagos, fatores que também serão escolhidos de acordo com as condições econômicas do dono do aparelho, possibilitando ao usuário a utilização do aparelho para as funções de comunicação, multiplicação de conhecimento e informações (SILVEIRA e SCHWARTZ, 2011).

A presença expressiva dos veículos motorizados, moto e carro, possibilita o encurtamento das distâncias entre o campo e a cidade e intensificação das relações das pessoas com o espaço e o seu cotidiano. O aumento do consumo<sup>30</sup> do transporte individual é verificado nos percentuais de consumo da moto nos domicílios, cujo crescimento pode ser verificado em dois momentos históricos na cidade de Araçuaia. Seu baixo custo de compra e manutenção (melhor custo/benefício), quando comparado a outros veículos motorizados, representa um atrativo e coloca a moto como alternativa mais viável de transporte para os rurais, propiciando-os uma maior autonomia, rapidez e velocidade no deslocamento.

Entretanto, as perspectivas de um mundo sem fronteiras colocadas a partir da Sociedade em Rede, ainda é uma realidade incipiente quando vislumbramos o consumo da internet no meio rural. Os percentuais pouco expressivos do uso do computador e da internet no meio rural, verificados tanto nos dados do IBGE (2010), como na base de dados do GERAR, são evidências das barreiras encontradas para o avanço dessas tecnologias nas sociedades rurais. Conforme aponta Silveira (2003) o avanço da Sociedade da Informação no Brasil se confronta com as condições concretas de sua implantação e os esforços governamentais têm se mostrado insuficientes e excludentes das áreas rurais. Em muitas áreas do estado de Minas Gerais, os provedores de internet ainda não expandiram sua cobertura, de forma a permitir que os moradores do campo tenham acesso a esse serviço. Dessa forma, mesmo que haja o desejo de utilização da tecnologia não se tem as condições concretas para isso.

## **5. Considerações Finais**

A pesquisa, realizada por meio do banco de dados do GERAR e do censo do IBGE (2010) relativa aos municípios de Araçuaia, Piranga, São Miguel do Anta, Cajuri e Coimbra localizados na microrregião de Viçosa, Zona da Mata de Minas Gerais permitiu concluir que a população pesquisada possui um morar hibridizado.

No construto dos modos de morar se considerou o perfil socioeconômico da população, as características e infraestrutura básica das propriedades (tamanho do imóvel, tempo de moradia, propriedade do imóvel, abastecimento de água, saneamento básico, tipo de energia utilizada e destino do lixo) e as características das habitações

---

<sup>30</sup> Esse aumento está também associado ao investimento do governo brasileiro que, a partir de 1990, tem, a partir de programas e políticas públicas incentivado a fabricação, a compra e uso da motocicleta no país. Esse aspecto foi tratado por VASCONCELLOS (2013), DUARTE, SANCHÉZ e LIBARDI (2012).

(nível tecnológico associado aos materiais construtivos, mão de obra, número de cômodos, densidade habitacional por dormitório, presença e número de banheiros, localização da cozinha e do banheiro e reforma), bem como, o consumo de tecnologias domésticas. Na análise desses aspectos que envolveram as características das populações, das propriedades, das habitações e do seu consumo obteve-se a identificação dos modos de morar dos rurais.

Aspectos relacionados ao perfil socioeconômico da população, como a baixa renda e escolaridade, bem como, as precárias condições de saneamento básico e a precariedade no acesso à internet evidenciaram a falta de investimento do Estado na infraestrutura do meio rural e as desigualdades presentes no campo e na cidade.

A pesquisa permitiu verificar que a população absorveu aspectos da cultura urbana que se revelaram nas características das casas e na forma como o ambiente era vivenciado pelos moradores. A presença maciça de eletrodomésticos e eletroeletrônicos nas casas apontou para a busca dessa população rural pela facilidade e aceleração do tempo de execução das tarefas domésticas. A incorporação das tecnologias domésticas no consumo das famílias vem atender a uma demanda associada a um ritmo de vida mais acelerado, que valoriza o uso eficiente do tempo. Nesse novo *ethos*, quanto mais as atividades puderem ser simplificadas e delegadas às máquinas, maior aproveitamento do tempo poderá ser obtido. Dentro dessa mesma lógica, a presença expressiva dos veículos motorizados, moto e carro, revelavam a busca pelo encurtamento das distâncias entre o campo e a cidade.

No entanto, a presença de alguns utensílios e equipamentos domésticos típicos do modo de vida rural tais como o fogão à lenha atesta para a permanência de elementos associadas à cultura campesina. Percebe-se, então, a permanência de utensílios rurais combinados com urbanos caracterizando um modo híbrido de morar que agrega elementos da cultura urbana e rural.

## Referências Bibliográficas

- ALGRANTI, Leila Mezan. **Famílias e vida doméstica**. In: *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 1, p. 83-154, 1997.
- BARROS, Vanessa Aparecida Moreira de. **A aposentadoria rural e as mudanças nos modos de vida dos idosos que vivem no campo: Em análise os municípios de Piranga e São Miguel do Anta, Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa. Viçosa- MG. 176p. 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **O camponês e seu corpo**. Revista de sociologia e política, n. 26. 83p. 2006.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Festas de trabalho**. In: Salto para o futuro: Aprender e ensinar nas festas populares. Mercator-Revista de Geografia da UFC, v. 6, n. 11, 2007.
- BRUMER, Anita. **Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul**. Revista Estudos Feministas, v. 12, n. 1, 2004.
- CAMARANO Ana Amélia, KANSO Solange. **Perspectivas de crescimento para a população brasileira: Velhos e novos resultados**. Rio de Janeiro: Ipea; 2009. (Texto para Discussão, n. 1.426).
- CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: Duas Cidades, v. 34, 2001.
- COUTINHO, Elenice Aparecida. **Mobilidade cotidiana campo-cidade: O caso dos moradores rurais de Cajuri e Coimbra/MG**. Dissertação (Mestrado em Economia Domestica), Universidade Federal de Viçosa. Viçosa- MG. 137p. 2014.
- DA MATA, Daniel; PIN, Cedric; RESENDE, Guilherme Mendes. **Composição e consolidação da infra-estrutura domiciliar nos municípios brasileiros**. Dinâmica dos Municípios, Brasília: IPEA, 2008.
- DUARTE, Fábio; SÁNCHEZ, Karina; LIBARDI, Rafaela. **Introdução à mobilidade urbana**. Jurua Editora, 2012.
- FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; PINTO, Neide Maria de Almeida; BRAGA, Gustavo Bastos. **Os modos de vida dos agricultores pluriativos nas aldeias minhotas do noroeste de Portugal**. Ciência Rural, v. 44, n. 12, 2014.
- FROELICH, José Marcos; RAUBER, Cassiane da Costa; CARPES, Ricardo Howes; TOEBE, Marcos. **Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS**. Santa Maria: Ciência Rural, Vol. 41, nº9. 2011.
- GOMES, Nahyara Freitas Martins. **A mobilidade socioespacial dos rurais e suas expressões citadinas: Uma análise do município de Araponga, MG**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa. Viçosa- MG. 212p. 2015.

GUIMARÃES, Edilene Pereira. **Moradia e consumo no campo: Mudanças e permanências face ao processo de urbanização na zona rural de Araponga, MG.** Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa. Viçosa-MG. 265p. 2013.

HEREDIA, Beatriz. **A morada da vida.** Rio de Janeiro: Paz e terra, p. 51-76, 1979.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em:< <https://cidades.ibge.gov.br/> > Acessado 19 de junho de 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios** . 2013. Disponível em< [https://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa\\_resultados.php?id\\_pesquisa=46](https://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=46) >. Acesso em: 15 de junho de 2017.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Tabela com módulo fiscal dos municípios.** Brasília: INCRA, 2013

JARDIM, Maria de Lourdes Teixeira. **Evolução da população do Rio Grande do Sul.** Documentos FEE, Porto Alegre, v. 51, p. 57-87, 2002.

KAGEYAMA, Angela A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro.** UFRGS, 2008.

NASCIMENTO, Patrícia Ferraz do; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; PINTO, Neide Maria de Almeida; COSTA Thiago de Melo Teixeira da. “**Variáveis evidenciadoras dos processos de transformação do campo: o caso do Espírito Santo – Brasil**”. Mundo Agrario, v. 13, n. 26. 2013.

PINHO, Jose Aguinaldo Mendes. **Calibração de resultados de pesquisas de posses e hábitos pela medição eletrônica de consumo de eletrodomésticos.** Dissertação (Dissertação de Mestrado). PUC-Rio. 166 p. 2013.

RAMBAUD, Placide. **Société rurale et urbanisation.** Paris: Seuil, 1973.

RYBCZYNSKI, Witold; VON STAA, Betina. **Casa: pequena história de uma ideia.** Record, 1996.

SABOURIN, Eric. **Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro.** Revista Raízes, v. 1, n. 20, p. 41-49, 1999.

SALGADO, Carmen Delia Sánchez. **Mulher idosa: a feminização da velhice.** Estudos interdisciplinares sobre o envelhecimento, v. 4, 2002.

SILVEIRA, Ada Cristina Machado da. **Sociedade da informação: TICs e o combate à exclusão digital no meio rural do Brasil.** In: SILVEIRA, A. M. C. da. (Org.). Divulgação científica e tecnologias de informação e comunicação. Santa Maria, RS: UFSM-Facos, 2003.

SILVEIRA, Ada Cristina Machado da; SCHWARTZ, Clarissa. **TICs e relações afetivo-produtivas na agricultura familiar: enfrentando o isolamento e a exclusão digital**. In: II Conferência do Desenvolvimento. Brasília. 2011.

SILVEIRA, Lidiane Nunes da. **Roça, uma marca registrada: O processo de valorização do rural na sociedade brasileira**. Tese (Doutorado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa. Viçosa-MG, 323 p. 2015.

TASCHNER, Gisela. **Cultura, consumo e cidadania**. Bauru, SP: EDUSC, 2009.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara de. **Risco no trânsito, omissão e calamidade: Impactos do incentivo à motocicleta no Brasil**. São Paulo: Instituto Movimento, 90p. 2013.

VILAÇA, Olanda Barbosa. **The rural house of Baixo Minho (1750-1810)**. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 29, n. 57, p. 235-262, 2016.

VEIGA, Jose Eli da. **“Destinos da ruralidade no processo de globalização”**. Revista Estudos Avançados 2004, Vol. 51, n. 18, p. 51-67. 2004.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação buscou identificar possíveis ocorrências da influência do modo de vida urbano sobre os modos de morar dos rurais. Considerando que a casa é um dos espaços em que é possível perceber a influência do ambiente macrossocial sobre o microcosmo, perguntou-se, a princípio, se as práticas associadas ao modo de moradia expressariam formas de aculturação plena ou de adaptação parcial às influências da cultura urbana, ou ainda, a possibilidade da manutenção de especificidades culturais relativas aos modos de morar no meio rural.

Com a finalidade de descobrir qual dessas perspectivas possuía maior compatibilidade no campo empírico analisado, nomeadamente nos municípios de Araponga, Piranga, São Miguel do Anta, Cajurí e Coimbra localizados na microrregião de Viçosa, Zona da Mata de Minas Gerais, analisou-se os censos populacionais nos últimos 50 anos para identificar permanências e alterações no modo de morar e sua incidência na família. Uma análise histórica do morar no campo permitiu uma melhor visualização dos padrões estabelecidos na contemporaneidade, com relação aos padrões que existiram nos séculos passados.

Diante destes questionamentos, a investigação foi conduzida com base nos objetivos específicos definidos na dissertação. Os resultados obtidos para estes objetivos nos apontaram uma aproximação entre o modo de morar característico da cultura urbana e o encontrado nas moradias do campo no estado de Minas Gerais. De acordo com a pesquisa, segmentando nossas variáveis de análise em três grupos (perfil socioeconômico da população, características e infraestrutura básica das propriedades e da moradia e, bens de consumo e tecnologias domésticas presentes nos domicílios), os resultados apontaram para as marcas de um morar no campo bastante próximo à cultura urbana, simultaneamente a manutenção de características do morar no campo no passado.

Como dito anteriormente, a interferência de padrões urbanos foi evidenciada no morar do campo em Minas Gerais e por meio de nossas análises. As variáveis referentes ao perfil socioeconômico foram as primeiras a evidenciar estas mudanças. Primeiramente com relação à variável idade, verificou-se um envelhecimento da população do campo. Assim como vem ocorrendo nas cidades, o perfil etário dos moradores do campo passou de um predomínio de crianças e jovens adultos para uma preponderância de jovens adultos e adultos e um aumento substancial na porcentagem

de idosos. Outro fator relacionado à individualização das famílias foi a diminuição da natalidade que está associada também ao envelhecimento da população ocasionado pela transição da estrutura etária brasileira e que traz como consequência, um aumento na porcentagem de pessoas idosas (acima de 60 anos).

O segundo indicador que apontou mudanças no modo de morar no campo no estado de Minas Gerais foi o tamanho das famílias. No passado as famílias extensas do campo se justificavam por representarem mão de obra para a família, particularmente para a agricultura. Os anos recentes analisados permitiram perceber uma diminuição no tamanho das famílias de maneira que as famílias do campo estão equivalentes em tamanho às famílias urbanas, compostas em sua maioria por até quatro membros. A diminuição no tamanho das famílias está relacionada a outro resultado muito expressivo com relação ao modo de morar no campo contemporâneo, a constituição das famílias. No passado, a família nuclear, composta do casal mais seus filhos, foi o tipo familiar mais comum. Atualmente, apesar de ainda continuar sendo o mais presente, esse arranjo deu lugar a novos modelos de família, compostos por casais sem filhos ou unidades domiciliares unipessoais, aquelas compostas por somente um membro, logo, unidades compostas por um número menor de membros. A diminuição no tamanho das famílias junto ao aumento na porcentagem de habitações com número superior de cômodos foram fatores que destacaram a tendência de individualização das famílias nas habitações no campo, revelado por uma relação inversamente proporcional entre o número de moradores e o número de cômodos.

Por nosso lócus de análise ser o morar, a infraestrutura da casa também foi reveladora de possíveis transformações e se mostrou, ao longo da investigação, um forte indicador. A partir das análises, constatou-se que, para além das transformações na infraestrutura das construções, como a presença da alvenaria na construção das casas, as moradias do campo ainda enfrentam problemas com relação aos serviços de esgotamento sanitário e destinação do lixo. A maioria dos moradores não conta com estes serviços. Vale destacar que se trata de serviços oferecidos pelo poder público, logo, independem da vontade de acesso por parte dos moradores.

A presença de dois serviços de infraestrutura básica se destacou com relação às possibilidades que eles representavam para os moradores do campo. O primeiro deles foi o acesso à água encanada, que permite que todas as atividades relacionadas à limpeza, sejam elas em nível pessoal ou do domicílio possam ser realizadas sem que haja o trabalho de outrora de transportar a água dos cursos d'água até o local de

utilização. O segundo serviço de destaque para o morar no campo contemporâneo foi a luz elétrica. Baseado nos dados verificou-se que sua presença frequente nos lares rurais proporciona e estimula a aquisição e incorporação de elementos e produtos característicos do morar citadino para a casa no campo. Combinados, os serviços de água encanada e luz elétrica foram capazes de influenciar modificações no morar do campo, pois aumentaram as possibilidades, seja para diversão, entretenimento, dinamização das atividades domésticas, informação ou comunicação. A partir do oferecimento frequente dos serviços de água encanada e luz elétrica, simultaneamente foi havendo uma incorporação de eletrodomésticos, eletroeletrônicos e das TIC, em especial, do celular. Entretanto, as perspectivas de um mundo sem fronteiras colocadas a partir da Sociedade em Rede, ainda é uma realidade incipiente quando vislumbramos os baixos consumos da internet no meio rural, particularmente nos municípios analisados. Dessa forma, o acesso a estes serviços (de forma gradual, mas crescente, no caso da internet) tem alterado os hábitos de consumo dos rurais mineiros, aproximando-os dos moradores da cidade, com relação ao aparelhamento das casas, permitindo que particularidades do cotidiano familiar fossem alteradas, resultando em uma alteração nos modos de morar das famílias.

A incorporação de eletrodomésticos, como geladeira e máquina de lavar, interferem diretamente no serviço doméstico, dado que existem para facilitar e acelerar a realização dos mesmos. Dito isso, sua incorporação nos lares rurais pode ser considerada uma influência do ambiente macrossocial sobre o microcosmo. Outro fator de destaque, ainda relacionado aos bens de consumo, são os meios de transporte (carro, moto ou bicicleta), que também alteram a mobilidade socioespacial dos moradores do campo, e, assim como, os eletrodomésticos e eletroeletrônicos comprimem o tempo e o espaço, aproximando campo e cidade, sendo responsáveis pelo intercâmbio entre os modos de vida e de morar. Esta aproximação leva à manifestação de espaços híbridos, resultantes destas interações.

Ao analisar o estado de Minas a nível micro, por meio dados do GERAR referentes a pesquisas realizadas na microrregião de Viçosa – MG, localizada na Zona da Mata mineira, nos municípios de Araponga, Piranga, São Miguel do Anta, Cajuri e Coimbra, pôde-se concluir que, mesmo a nível micro, trata-se de uma casa no campo em que a infraestrutura atende a maior parte das características das casas citadinas. Estas conclusões foram alcançadas graças à análise de variáveis como o número de cômodos, a localização da cozinha e do banheiro, pois expressam mudanças na forma

em que o ambiente da casa é vivenciado por seus habitantes, passando a comunicar uma valorização do espaço individual, tal qual acontece nas cidades.

Ainda considerando o microcosmo estudado, a posse das terras onde a moradia se encontra, o tamanho das mesmas, e o tempo de moradia também permitiram constatar que se tratam de pequenas propriedades, e na maioria dos casos, as moradias já haviam passado por reformas e/ou pretendia-se reformá-las na época em que os dados foram coletados, permitindo concluir que se tratam de famílias que apesar de morar no campo absorveram valores da cultura urbana ao mesmo tempo em que mantiveram características do morar no campo tradicional.

Todas as variáveis analisadas ao longo desta dissertação e sumariamente apresentadas nestas considerações apontam para uma hibridização dos modos de morar no campo no estado de Minas Gerais, mostrando que tradição e modernidade passam a conviver simultaneamente nos lares do campo. Os rurais incorporam em seus modos de morar as influências da cultura urbana, mesmo que por meio de um ritmo que não é uniforme e a hibridização dos modos de morar que alia práticas tradicionais e modernas é uma das formas de se observar este fato.

Sabe-se que análises percentuais não contemplam todas as variáveis que deveriam ser analisadas para um entendimento mais completo da questão do modo de morar, e especialmente no que tange as mudanças ocorridas. Porém este estudo possibilitou lançar um olhar sobre a questão das transformações nos modos de morar no campo e, com isso, subsidiar e fortalecer outras pesquisas que desejam pesquisar esta temática.